



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS**

**GRÃO-CHANCELER**

Dom Gilberto Pereira Lopes

**MAGNÍFICO REITOR**

Prof. Pe. José Benedito de Almeida David

**VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

Prof. José Francisco B. Veiga Silva

**VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ACADÊMICOS**

Prof. Carlos de Aquino Pereira

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS**

Prof<sup>a</sup> Juleusa Maria Theodoro Turra

**Endereço para Correspondência:**

Revista Notícia Bibliográfica e Histórica  
Caixa Postal, 1539 - 13020-904 - Campinas, SP

# NOTÍCIA BIBLIÔGRÁFICA E HISTÓRICA

Responsável

**ODILON NOGUEIRA DE MATOS**

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

---

**ANO XXIX - Nº 164 ISSN-0101-4919 JANEIRO - MARÇO 1997**

---

## SUMÁRIO

Páginas campineiras (apresentação) .....	3
Odilon Nogueira de Matos	
Reminiscências do Distrito de Campinas em Bairro, Freguesia e Vila .....	7
Ricardo Gumbleton Daunt	
A Vila de São Carlos .....	23
Odilon Nogueira de Matos	
A instalação da vila .....	32
Omar Simões Magro	
A primeira luta política e o primeiro capitão-mor de Campinas .....	34
Celso Maria de Mello Pupo	
Por que São Carlos? .....	40
Roberto Thut	
Aclamação da Independência do Brasil na vila de São Carlos .....	43
Benedito Otávio	

Depoimentos de viajantes sobre a vila de São Carlos .....	45
Luís D'Alincourt, A. de Saint-Hilaire e Daniel P. Kidder	
A geografia de meu bairro .....	53
Benedito Barbosa Pupo	
Os bondes: uma etapa de modernidade em Campinas .....	57
Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci	
Bonfim: origem e formação .....	66
Dulio Battistoni Filho	

## PÁGINAS CAMPINEIRAS

Odilon Nogueira de MATOS

Pela terceira vez, nossa publicação acolhe em suas páginas um elenco de temas campineiros: a primeira, em 1974, ao ensejo do bicentenário de Campinas, quando seu número 59 foi todo preenchido com uma série de textos de interesse para a história da cidade; a segunda, em 1985, quando seu número 117 reuniu diversos trabalhos avulsos, visando todos a transmitir aos leitores "um pouco da história de Campinas", título que foi dado ao volume, para o qual contamos com a colaboração de Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci.

Agora, estas "páginas campineiras" retomam a preocupação de divulgar a crônica histórica de nossa cidade, motivada por importante efeméride que o ano em curso assinala, qual o bicentenário da criação do município de Campinas. Ocorrência marcante e significativa na história de uma cidade, esta da instalação do poder municipal, como demonstração da evolução natural do aglomerado urbano, desde que Barreto Leme lançou seus primeiros fundamentos (1774) até as providências de fins de 1797, quando a freguesia das Campinas deixou de ser apenas um aglomerado pertencente ao termo de Jundiáí.

Boa parte destas **Páginas Campineiras** visa à reconstituição dos acontecimentos que resultaram na instalação da **Vila**, não mais de Campinas, mas de **São Carlos**, nome imposto, como se verá, pela maior autoridade da Capitania paulista, seu capitão-mor Antônio Manuel de Castro e Mendonça. Contudo, um nome apenas oficial, que não "pegou", não suplantando nem eliminando o nome que lhe fora dado pelos primeiros povoadores. Dois textos de viajantes que estiveram em Campinas quando já fazia mais de vinte anos que seu nome fora mudado para São Carlos, mostram que este novo nome só aparecia nos documentos oficiais, e assim mesmo, na maior parte só nos de procedência governamental. No uso corrente, o aglomerado urbano

continuou a ser **Campinas**. Tanto que, ao ser elevado à categoria de "cidade", em 1842, teve restaurada sua primitiva denominação.

Para a elaboração deste número especial de nossa revista, servimo-nos de matéria já publicada, mas de acesso difícil, ao lado de alguns capítulos inéditos. Abrimos o fascículo com a reprodução do trabalho do Dr. Ricardo Gumbleton Daunt sobre as origens da cidade e sua evolução até o início do século passado. Tem este trabalho grande interesse por ser o primeiro publicado sobre a história de Campinas e mereceu várias reproduções, às quais juntamos mais esta. Apareceu originalmente no **Almanaque Literário de São Paulo**, volumes 4 e 5, de 1878 e 1879; posteriormente, no **Catálogo da Primeira Exposição Regional de Campinas**, de 1885; na **Revista do Centro de Ciências, Letras e Artes**, nº 2, de 1904; na **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, volume 40, de 1942 (edição que utilizamos) e no **Suplemento Histórico**, do "Correio Popular", de Campinas, dirigido por José de Castro Mendes, nº 1, de 6 de junho de 1968.

Médico irlandês (1818-1893), Ricardo Gumbleton Daunt veio para Campinas em 1841. Além do exercício de sua profissão, teve intensa participação na vida pública e cultural da cidade, pois foi vereador, juiz-de-paz, inspetor da Instrução Pública e deputado à Assembléia Provincial. Historiador e genealogista, deixou vários trabalhos, entre os quais o que transcrevemos neste fascículo. Pertenceu ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e é patrono de uma das cadeiras da Academia Campinense de Letras, ocupada, desde a fundação do sodalício, por outro médico e historiador, Lycurgo de Castro Santos Filho.

Campinas não o esqueceu, dando seu nome a uma importante rua da cidade. E a casa onde residiu, à rua Marechal Deodoro, ainda existente, abriga uma das dependências de nossa Pontifícia Universidade Católica e ostenta, em sua parede externa, placa alusiva, colocada a 30 de agosto de 1918, por ocasião do centenário do homenageado.

A diversos outros cultores da história campineira fizemos empréstimos para a elaboração deste volume: a Omar Simões Magro, na descrição da instalação da vila; a Celso Maria de Mello Pupo, no belo estudo sobre a primeira luta política de Campinas; a Roberto Thut, na explanação bem fundamentada acerca da origem do nome "São Carlos", dado à nova vila; aos viajantes Luís d'Alincourt, Auguste de Saint-Hilaire e Daniel Kidder, em seus depoimentos sobre a vila de São Carlos; a Benedito Otávio, no documento

por ele divulgado relativo à aclamação da Independência do Brasil na vila sancarlense: ao jornalista e cultor da História, Benedito Barbosa Pupo, na sua magnífica evocação de importante bairro da cidade, a Vila Industrial.

De nossa autoria, o histórico com toda a documentação respectiva, da efeméride comemorada no ano em curso. Todas as peças aqui transcritas encontram-se no volume terceiro da coleção **Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo**, pp. 3 a 25, edição do Arquivo do Estado, de 1894. Honramo-nos com a prioridade de ter sido o primeiro a divulgar esses documentos em nossa cidade, quando, em 1938, dedicamos ao assunto três artigos no "Diário do Povo", dias 30 de janeiro, 1 e 2 de fevereiro. Cinquenta anos depois, aproveitamo-los de maneira mais completa no pequeno livro **Um pouco da História de Campinas**, de 1985. Entre essas nossas duas publicações, diversos historiadores campineiros divulgaram-nos: Theodoro de Souza Campos Júnior em seu documentadíssimo estudo sobre a fundação de Campinas, incluído na **Monografia Histórica do Município de Campinas** (1952), Jolumá Brito, no terceiro volume de sua extensa **História de Campinas** (1957) e José de Castro Mendes, no segundo fascículo do já mencionado **Suplemento Histórico** do "Correio Popular" (1968).

A dois historiadores, dos mais representativos da nova geração - Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci e Duílio Battistoni Filho - devemos a matéria original deste fascículo. Ambos cuidam de temas de alta relevância e grande interesse para a história da cidade e pelos quais muito vem se interessando a historiografia urbana no Brasil: a ampliação da área original, com a criação e expansão de seus bairros (e Battistoni toma como exemplo o "Bonfim") e a criação e desenvolvimento do sistema de transportes. E para isto, Rangel Ricci julgou importante tratar dos bondes, que a autora considera "um dos marcos do modernismo da cidade". Significativa sua preocupação em reconstituir os itinerários das diversas linhas então existentes, fato hoje pouco lembrado embora não faça ainda trinta anos que os bondes foram suprimidos.

## Apoio bibliográfico para as transcrições

D'ALINCOURT, Luís - **Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá**. Belo Horizonte, Itatiaia/São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1975. Col. "Reconquista do Brasil", v. 25.

**Documentos interessantes para a história e os costumes de São Paulo**, vol. III. Edição do Arquivo do Estado. São Paulo, Tip. da Companhia Industrial de São Paulo, 1894.

KIDDER, Daniel P. - **Reminiscências de viagem e permanência no Brasil**, vol. I: Rio de Janeiro e província de São Paulo. Trad. de Moacyr de Vasconcelos. São Paulo, Martins, 1940. Biblioteca Histórica Brasileira, vol. 3.

MATOS, Odilon Nogueira de - **Um pouco da história de Campinas**. (Com a colab. de Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci). Campinas, Puccamp, 1985.

**Monografia histórica do município de Campinas**. Rio de Janeiro, IBGE, 1952.

OTÁVIO, Benedito - **Campinas e a Independência: documentos e notas**. Campinas, Casa Genoud, 1922.

PUPO, Benedito Barbosa - **Oito bananas por um tostão: Campinas de outros tempos**. Segunda edição. Campinas, Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Turismo, 1995.

**Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, vol. 40. São Paulo, 1942.

SAINT-HILAIRE, A. de - **Viagem à Província de São Paulo**. Trad. de Rubens Borba de Moraes. São Paulo, Martins, 1940. Biblioteca Histórica Paulista, vol. 2.

## REMINISCÊNCIAS DO DISTRITO DE CAMPINAS EM BAIRRO, FREGUESIA E VILA

Ricardo Gumbleton DAUNT

Apesar do **Almanaque de Campinas** no primeiro tomo conter uma interessante notícia da criação da freguesia, extraída do Livro do Tombo da Matriz da Senhora da Conceição, restam alguns fragmentos de tradição acerca desses tempos que ali não foram incorporados e que, apesar da sua trivialidade, não deixam de possuir interesse para os curiosos.

Nos primitivos tempos, os jundiaianos que exploraram este lado de seu território, deram ao distrito que medeia entre o Bairro da Rocinha e o rio de Atibaia, o nome de bairro do Mato Grosso, em razão da frondosa floresta secular que o cobria e que se estendia além até os campos que mereceram ao atual Mogi-Mirim o nome de Mogi-dos-Campos, cuja área descoberta decerto facultou ali a formação da povoação com antecedência a tal sucesso em Campinas, sendo o primeiro estímulo em ambos os casos o fato de serem pousos para os viajantes de Goiás e Cuiabá, permitindo Mogi melhores acomodações para o descanso ou mesmo internada das tropas.

Nessa época, a jurisdição da estola de Jundiá estendia-se até o rio Atibaia; e tal era a tortuosidade do caminho, que se reputava estar a barranca deste rio distante 14 léguas da Matriz, e apesar desta distância, conduziam-se a Jundiá os corpos de quem por cá morria; notando-se que era isto mui repugnante tarefa em relação aos falecidos de picadas de cobras, que então abundavam, por serem tais cadáveres de mui pronta decomposição ou putrefação.

Além de jundiaianos que se aventuravam até este bairro, entravam, para nele se fazerem de perdidos e esquecidos, os fugitivos do recrutamento, e aqueles que tinham questões a deslindar com a justiça e a quem faltavam padrinhos. Como fugidos do recrutamento, pode-se apontar o avô de uma família Lima, que mora na beira da antiga estrada

de Belém, hoje Itatiba, - que correu do largo do Palácio, em São Paulo; e o avô da família Ortiz, moradora na Rocinha.

Ávidos de recursos espirituais, e desejando aproveitar do não infrequente trânsito de sacerdotes que procuravam as minas de Goiás, estes primitivos moradores tentaram e realizaram a edificação de uma pequenina capela feita de barrotes e paus roliços e coberta de sapé; estando à testa do serviço F. Pedroso, vindo da Parnaíba, onde cometera um homicídio, e neste serviço trabalhou, puxando barrotes nos ombros, Luís Antônio Carvalho Banhos.

Este Carvalho era moço e filho de um lavrador que morava nos extremos limites do atual município de Indaiatuba, encostado ao então território jundiaiano. Sendo designado para o serviço militar no memorável recrutamento a que se procedia em Itu, ele refugiou-se no bairro de Mato Grosso, que já se começava a chamar - as Campinas - por motivo que oportunamente darei, e ali foi protegido pelo referido Pedroso.

Passado tempo, e apertando-lhe as saudades do pai, assentou ele numa noite de procurar a casa paterna. Infelizmente, choveu; e no outro dia capitães-de-mato que vigiavam o sítio do velho Luís de Carvalho Banhos, deram com o rastro de pegadas de pé de homem vindo do lado do mato; conheceram que o filho viera, cercaram a casa e levaram o moço a Itu donde, seguindo para o sul, regressou depois de longos anos de militância.

A então estrada de Jundiá às minas de Goiás passava por onde era depois o sítio da Samambaia e chácara de D. Maria Fausta; e alcançando o lugar depois conhecido por Campinas Velhas, tomava pelo caminho que corre em frente da chácara hoje do dr. Sampaio Peixoto, até cair na atual estrada do Taquaral ou de Mogi-mirim.

No lugar Campinas Velhas formaram uma clareira onde se fizeram os primeiros ranchos e onde descansavam os viandantes.

Nessa época, o único lugar onde se encontrava verdura para alimentação de animais de carga e de montaria era no sítio hoje ocupado pela cadeia e a Matriz Velha, ou de Santa Cruz, à qual por isto chamaram de Campina.

Aqui traziam as tropas à tarde e recolhiam-nas pela madrugada para seguir viagem. O acesso, porém, muito difícil, pois que, excetuando este ponto, e os sítios mais elevados das Campinas Velhas e a fronteira do terreno da Estação, o terreno sobre o qual se edificou ao depois as primeiras casas da atual povoação em um brejo ou tremedal que até hoje forma o subsolo de grande parte da cidade, em prejuízo de sua salubridade.

Existia, porém, uma estreita vereda que vinha ladeando os terrenos do antigo Cambuizal e Misericórdia, e desembocava em algum ponto próximo à atual cadeia, e por ali se alcançava o lugar da pastagem de onde a nascente povoação recebeu o nome de Campinas.

O primeiro sítio de cuja posse foi lavrador de alguma importância, do qual tenho notícia, é uma parte do antigo bairro das Anhumas, que abrangia a fazenda que ao depois foi do sargento-mór Antônio Ferraz de Campos, sogro do sargento-mór José da Rocha Camargo, que já em 1737 era cultivado por José de Sousa Antunes, ascendente de todos os campineiros do apelido Sousa; cujo sítio se descreve como situado à beira do caminho que vai da Vila de Nossa Senhora do Desterro de Jundiá às minas de Goiás, pois, então, nem sombra de povoação mais vizinha havia.

Este José de Sousa foi sobrinho carnal de um Gabriel de Sousa, que jazeu sete anos em prisão no Paraguai, e depois pôde voltar a Itu, sua terra, tendo sido preso quando fora em uma expedição de caça de índios em território das missões do Paraguai (ou além como se pretendeu) do qual foi chefe Manuel de Campos Penteado, de quem se relata que fora o homem mais obeso até então conhecido na capitania, e que era parente deste Sousa.

Ficando generalizado o conhecimento da produtividade das terras de Campinas, começou o aumento de imigração de lavradores, e entre estes, veio de Taubaté, cidade então mui florescente, Francisco Barreto Leme, casado, com família, que sitiou-se no lugar denominado Taquaral.

Crescia proporcionalmente o sentimento da necessidade da organização da povoação e do distrito de que era centro, que já contava mais de 400 fogos, e de dotá-la com a regular administração dos sacramentos que pela distância de Jundiá, estavam praticamente fora do alcance destes povos.

Começou-se então a solicitar dos poderes competentes o alvará de criação de pia batismal e criação de freguesia. Nesta questão, papel importante necessariamente coube ao pároco de Jundiá, cujo domínio se pretendia retalhar; e, opondo-se ele ao projeto com verdadeiro assanhamento, conseguiu atrapalhar por algum tempo a realização da vontade popular.

Em uma das informações por este pároco prestadas ao ordinário, diz ele de que todos os signatários do primitivo requerimento, só o primeiro deles possuía bens de valor, e que este negava haver assinado; sendo as mais pessoas miseráveis, sem recursos no presente para sustentar um pároco, e sem esperança de um futuro mais favorável.

Nunca pude saber quem era este único abastado, pois o requerimento não se encontrava mais no Livro do Tombo, quando pela

primeira vez o examinei, e por uma descrição que de certo documento me fez o finado José Teodoro da Costa Machado, estou certo que ficou em poder de pessoa da família Costa Machado, moradora em Santa Bárbara e lá perdeu-se irreparavelmente.

Desconfio, porém, que o reverendo pároco foi fácil naquilo que asseverou, pois não podia isto ser exato em relação a Barreto Leme, homem de teres, que até dotou a fábrika da nova paróquia com o patrimônio de um quarto de légua de terreno, que se começou a medir desde um córrego dito de Barbosa, do lado do bairro de Santa Cruz, seguindo na direção da saída para Jundiá e Itu; e não consta de outro morador de então igualmente potentado.

Tendo lido esta informação do pároco de Jundiá no Livro do Tombo da matriz de Campinas, com outros vários documentos atinentes ao mesmo assunto, os fiz copiar e fiz presente da cópia ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro; o que foi providência acertada porque dali a pouco, precisando de novo consultar este livro (que naquele tempo andava extraviado) achei-o com falta de várias folhas no principio, nas quais estavam compreendidas aquelas que fizera copiar.

Venceram-se alfim os obstáculos, e em setembro de 1774 foi a paróquia inaugurada, e a pia levantada, havendo missa cantada com benzimento da matriz provisória ereta no lugar onde hoje se acha a cadeia, visto que não fora possível de, com tempo, concluir o edificio que devia ficar definitivamente servindo.

Entre os sacerdotes que assistiram estavam frei Antônio de Pádua Teixeira, que tendo servido de guardião do convento franciscano de Itu, fora encarregado pelo bispo (o grande D. Frei Manuel da Ressurreição) com o cargo de vigário e criador da nova paróquia, e o padre Antônio Ribeiro do Prado Siqueira, vigário colado de Mogi-Mirim, sacerdote ilustrado, filho de Parnaíba, que já visitara a Europa, tendo ido depois de ordenado beijar a mão a seu tio e benfeitor, o grande paulista padre Ângelo Ribeiro do Prado Siqueira (autor de dois livros ascéticos e missionário apostólico), a quem veio encontrar na cidade de Tuy, na Galiza, cercado da veneração do bispo e do povo e com ele regressou ao Brasil.

O padre Prado depois renunciou à vigararia de Mogi e residiu por algum tempo em Campinas, sendo sem dúvida um elemento de civilização e moralidade para a nova povoação. Por último, retirou-se ao Salto de Itu como capelão e lá jaz enterrado.

Frei Antônio Teixeira era mineiro e logo vendo que terra de promessa era Campinas, escreveu à sua família, naquela capitania, convidando-a a vir. Aceitaram o convite seus pais e irmãos e estabeleceram-se, uns aqui, outros em Itu; vindo a falecer seus pais em Campinas, e são o tronco da família Teixeira: tendo vindo também os pais do finado notável campineiro Antônio Manuel Teixeira, de quem mais se dirá oportunamente.

Após algum tempo, frei Teixeira recolheu-se a Itu e foi sucedido como pároco pelo reverendo padre Bernardo José de Sampaio, de nobre família ituana, irmão do pai do sr. Barão de Indaiatuba, e da primeira mulher do capitão Francisco de Paula Camargo.

Depois, sucedeu pela segunda vez frei Antônio e depois deste ainda voltou o padre Bernardo, e estes tiveram vários sucessores, vigários encomendados, e até proximamente ao fim do século XVIII foi colado o padre Joaquim Gomes, de quem é impossível não fazer-se menção em qualquer notícia desta terra.

O vigário frei Antônio teve um irmão, padre José Teixeira, que foi logo nomeado vigário da vara e tomou a si a direção dos serviços necessários para a conclusão da atual matriz; no que, sendo auxiliado pelo povo em geral, o foi muito especialmente por José Francisco de Moraes, de quem existe um filho com oitenta e tantos anos de idade, o sr. capitão Manuel Joaquim de Moraes.

O padre vigário da vara (como era conhecido) chegou a conseguir a criação de uma torre na referida matriz, hoje de Santa Cruz, mas como a caipora por muito tempo acompanhou empreendimentos desta ordem em Campinas, a torre veio abaixo numa tarde, em tempo de chuva, e não se tratou mais de elevar outra.

Encontrei velhos que referiram com admiração a paciência do padre à vista da destruição do ornato da igreja, em cuja construção ele tanto se empenhara.

Foi prosperando o distrito cada vez mais e já entravam a adquirir sítios membros de famílias importantes de distritos mais velhos, cujo clima ou terreno era inferior.

Assim veio da Cotia o capitão José de Camargo Paes, que havia servido de ouvidor pela lei em São Paulo no processo do músico Caetano, dramatizado pelo dr. Paulo do Vale, com seus filhos (entre os quais o capitão-mór Floriano) e mais parentes: o padre Joaquim Duarte, o capitão Francisco de Paula Camargo, estes últimos de Itu; de Parnaíba, já esterilizados com o longo plantio do algodão, e, ao depois, capitão-mór João Francisco de

Andrade, o pai do sr. José Fernandes de Oliveira e seu primo Cláudio Fernandes de Abreu e outros muitos.

Do lado de São Paulo, entre outros, o capitão Raposo, João Monteiro, alferes Antônio José de Matos, etc., etc.

De Santo Amaro, os pais do sr. Reginaldo de Moraes e outros muitos; e assim de Itu muitos; de São João de Atibaia; de Minas Gerais muitos, e sobretudo artistas hábeis.

Entre os paulistas que se estabeleceram em Campinas em fins do século XVIII destaca-se o vulto notável de Pedro Gonçalves Meira, ituano, que tendo-se ilustrado por viagens ao sertão e residência em Mato Grosso (então mais adiantado do que São Paulo) foi atraído à nascente povoação como oferecendo campo à sua atividade empreendedora.

Foi ele quem construiu o primeiro sobrado, aquele que faz esquina no pátio do Rosário e rua Direita; e então, desejando beneficiar a sua imediata vizinhança, encetou a edificação de uma igreja no lugar onde existe hoje o vasto sobrado que foi edificado pelo finado José Francisco de Paula.

Este passo ofendeu o então pároco que alegou a incompatibilidade do terreno para tal edifício por estar ainda lodoso e infiltrado d'água, vestígio do antigo brejo. Brigou-se muito, e apesar de ser Meira sogro do prestante cidadão Inácio Caetano Leme, de quem é filha a veneranda esposa do sr. Domingos Teixeira Nogueira, foi pela autoridade vedada a projetada edificação.

Meira teve a sorte de todos que inoportunamente sobressaem às mediocridades que dominam moralmente as sociedades. Desgostos e contrariedades lhe foram proporcionados; e com grande prejuízo do progresso de Campinas, ele se recolheu ao seu sítio em Indaiatuba, e depois a Itu onde faleceu. Convém consignar o fato que ele em Indaiatuba (então bairro de Itu) ocupou carro de passeio puxado a quatro burros, sendo este o primeiro carro de condução de pessoas de que tenho notícia de Jundiá para o interior.

Foi ele irmão de Joaquim Gonçalves Bicudo, que lhe sobreviveu longos anos e residia em Indaiatuba, e era notável como tendo feito com cilindros de madeira a primeiro engenho horizontal para cana, que houve na província, como versadíssimo na língua indígena e mui conhecedor das virtudes das plantas medicinais do país. Foi ele também um dos últimos paulistas que foram buscar índios no mato, apesar da severíssima proibição que havia.

As taipas da projetada igreja se conservaram de pé por muitos anos, e o cercado que formaram foi o primeiro cemitério de Campinas, onde foram enterrados escravos e pessoas humildes. Os primeiros enterramentos foram feitos, primeiro na matriz provisória e no pátio em frente; segundo, na matriz permanente e em extensão grande do pátio. O último corpo sepultado na Matriz, o foi em 1846.

No último decênio do século de que se trata, a população do distrito e mesmo da sede da freguesia era grande; e como as casas na sua quase totalidade (havia todavia exceções) eram de frentes estreitas, uma porta e uma janela, ou quando muito, duas; na mesma extensão de rua cabia um número de casas sem comparação maior do que é o caso agora.

Eram poucas de taipa, e a maior parte de barrotes, e muitas eram cobertas de sapé. Na construção, só por exceção, era o ferro empregado. Os pregos eram de guarantã; as fechaduras, de madeira.

Nesse tempo, o jornal de um oficial carpinteiro era de 60 a 80 réis. Os brasileiros, e os homens do interior especialmente, tinham então maravilhosa habilidade para suprir de recursos próprios quaisquer necessidades.

Todos os sentidos estavam aperfeiçoados pela obrigação imposta de prover a si mesmo com todo o necessário. Operações cirúrgicas, e sobretudo amputações, que o serviço da moagem da cana em engenhos verticais tornava de mui freqüente necessidade, eram feitas com felicidade por vários curiosos, e especialmente pelo guarda-mór Teixeira, pai do finado Antônio Manuel Teixeira.

Os engenhos de cana eram em grande número. Já homens de posição em São Paulo tinham ou comprado terras, ou tirado sesmaria, e as cultivavam por sócios ou administradores; e a importância do distrito forçou ao governo de conceder sua elevação aos foros de vila, o que teve lugar em 1798; apenas 26 anos depois que após extrema luta pôde o distrito obter ser paróquia, e quando realmente sua lavoura era tão limitada que os direitos chamados de Estanque foram arrematados em Jundiaí por 12\$300 na primeira arrematação em 1775, em cuja ocasião serviu de fiador do arrematante Domingos da Costa Machado, português, que em segundas núpcias havia casado com D. Maria Barbosa, filha do fundador da povoação, Francisco Barreto Leme.

Este Domingos foi pai da primeira criança batizada na pia da nova freguesia, o major Domingos da Costa Machado, de quem a viúva ainda

vive, irmão paterno do major Domingos, foi José Francisco de Moraes, de quem já se falou.

Não é sem interesse notar que a morada urbana de Francisco Barreto Leme foi a casa hoje nº 3 da rua do mesmo nome, entre as casas do major Azevedo e D. Ana de Campos Pais.

Como em Campinas nunca houve índios administrados, a língua usada exclusivamente a portuguesa, o que não sucedia nos distritos de mais antiga ocupação, como Porto Feliz (Araritaguaba), onde de portas a dentro não se falava senão guarani. Profundo conhecedor desta língua foi um genro de Barreto Leme, Sebastião de Sousa Pais, que morreu com cem anos, em memória de alguns que ainda vivem.

O primeiro Domingos da Costa também viveu mais de cem anos, continuando a existir depois de haver atingido tal decrepitude que era carregado em braços.

É muito de lastimar que pela ignorância que então havia quanto às qualidades de terrenos, e pela preferência que se dava às terras roxas, embora baixas, muitos dos primeiros povoadores de Campinas ficaram tão mal arranchados que suas famílias caíram em relativa pobreza e obscuridade.

Nesses primeiros tempos, o tronco estava colocado no pátio da matriz.

Já o distrito atraía a atenção de um advogado mineiro, formado em Coimbra, Dr. José Barbosa dos Santos, que morava em casebre no pátio da matriz; teve terras de cuja propriedade a família foi esbulhada depois de sua morte; e além do que a respeito mais adiante terei de contar dele. Ele mal escapou ser pronunciado pela morte de um ituano (Fabiano Machado) morador em chácara no caminho que vai para as Cabras, pois na véspera da pronúncia e expedição do mandato de prisão, descobriu-se que o homem fora morto pelos próprios escravos. Eu vi uma neta deste doutor a mendigar vintens pelas ruas de Campinas. Má estrela teve, pois, aqui a advocacia.

Nesse tempo abundavam todos os animais de caça, e igualmente as onças, tendo-me contado uma senhora octogenária, que alcancei, filha de João Monteiro, que nos primeiros tempos de abertura de sítio nas margens do Atibaia, na distância de duas léguas e meia da povoação, ouvia-se todas as noites o miar de onças.

Quando este Monteiro escolheu o terreno (que obteve por sesmaria) ele, por falta absoluta de caminho, embarcou em canoa no Atibaia no caminho das Cabras e assim foi explorando o terreno margeando o rio.

Duas espécies de pássaros, então abundantes, desapareceram do distrito: a anhuma, que deixou recordação no nome do bairro do melhor terreno, e a tapeúna, que era utilíssima como devoradora de insetos e pequenos reptis.

Como prova de que Campinas já tinha elementos para gozar do privilégio de foro, referirei que o capitão Francisco de Paula Camargo serviu em Jundiá no cargo de juiz de órfãos, e recorda-se que tão ativo era que partia de madrugada de sua fazenda, na Ponte Alta, umas três e meia léguas além de Campinas, ao lado de Mogi-Mirim, dava audiência em Jundiá e vinha cear em casa.

Passarei agora a dar notícias tradicionais que se me tem referido em relação ao período que começa com a inauguração da vila de São Carlos, em 1798. Tendo crescido assim rapidamente em importância a freguesia de Campinas, já contando mais de 60 homens bons, aptos para os cargos públicos ou republicanos como então eram chamados para os distinguir da massa; os seus habitantes, afinal, em data de 16 de novembro de 1797, foram atendidos pelo capitão-general, o malfadado Pilatos (Antônio Manuel de Castro Melo e Mendonça), apenas excedido nos anais paulistas, no rigor do seu desapiedado despotismo pelo presidente Tavares Bastos, que então baixou uma provisão ordenando a erecção da freguesia em vila; porém, em honra de um príncipe recém-nascido e que pouco viveu, mudou o nome para São Carlos, que o município conservou até 1842, quando tornando-se a vila em cidade, se deu a esta o nome primitivo da povoação.

A provisão recebeu execução a 12 do mês de dezembro, assistindo as autoridades de Jundiá, e neste dia teve lugar a eleição dos oficiais da Câmara que deveriam entrar em exercício no dia 1º de janeiro de 1798, e foi designado o lugar do pelourinho e da cadeia.

O lugar de primeiro juiz ordinário do novo conselho coube, e merecidamente, ao nobre capitão José de Camargo Pais (pai do capitão-mor Floriano) que já em São Paulo havia ocupado cargos da república (linguagem de então), e como ouvidor pela lei, havia assistido ao processo do músico Caetano, cujo infortúnio foi dramatizado pelo Dr. Paulo do Vale.

Não tardou que o júbilo dos novos vilanos fosse nublado e teve lugar um sucesso que agourou a procelosa vida que por longo tempo devia perturbar a esperada felicidade municipal.

Tratava-se de preencher o importante posto de capitão-mór. Na escolha intervinha o elemento popular, fato que estranharão muitos incuriosos sábios de hoje. O conselho mandava ao capitão-general uma lista triplíce, da

qual este tirava o nome que merecia preferência. Se alguma vez o executivo procurava e obtinha falsificar a expressão da vontade popular na organização da lista, não foi senão a antecipação de semelhante marcha em tempos de parlamentarismo constitucional.

Foi o que tentou o capitão-general, quanto à formação da primeira lista para o lugar de capitão-mór de São Carlos, e a que com um civismo (hoje difícil de encontrar) resistiu com denodada valentia o senado da Câmara.

Entre os então moradores do novo município, contava-se o sargento-mór Raimundo Alves dos Santos Prado Leme, oriundo de uma nobre família dos Algarves, e pertencente a vários troncos de apurada nobreza da capitania. Este distinto paulista era homem de grande cultivo literário, e convivera desde moço com os capitães-generais e com a melhor sociedade da capital. Residia em Jundiá (antes de sua mudança para São Carlos), onde possuía um sobrado (que depois veio a pertencer ao sr. José Pereira de Queiroz), em cujo quintal cresceu o primeiro pé de cafezeiro, conhecido a este lado de São Paulo, presente a ele do capitão-general.

Sobre o sargento-mór Raimundo queria pois o capitão-general que recaísse a eleição do conselho a fim de que o pudesse escolher. Com tal desejo, porém, não se importaram os distintos cidadãos que compareceram à Câmara. Já a família Teixeira Nogueira (irmãos do primeiro vigário frei Antônio), mineiros, e ocupando elevada posição social, e já casados em São Paulo, fez valer a sua popularidade, e apresentou como candidato o muito inteligente e empreendedor capitão Felipe Neri Teixeira, cujo nome com aqueles de outros dois cidadãos de menos aptidão, e com a exclusão do nome do sargento-mór Raimundo, formou a lista tríplice enviada ao governo.

O capitão-general anulou a proposta e ordenou que fosse reformada. Isto fez a Câmara, incluindo sempre o nome do capitão Felipe, excluindo aquele do amigo de s. excia.

Continuou por algum tempo este jogo de trocas de anulações e de novas propostas entre o irado capitão-general e os heróicos representantes do povo de São Paulo, até que s. excia. pôs termo ao conflito, mandando presos para a barra de Santos os cidadãos que na ocasião ocupavam os cargos do conselho, a quem ele agregou, como maior criminoso, o presumido acessor da Câmara, o dr. José Barbosa da Cunha (fundador do foro de Campinas) e aceitando de seus sucessores uma lista em que não vinha nem um nem outro dos nomes que coligiram, e desta ele tirou, para capitão-mór, capitão que foi de ordenanças em Parnaíba, João Francisco de Andrade; e nomeou para

sargento-mór o cunhado deste (alferes na Cotia) e ao depois capitão-mór Floriano de Camargo Penteado.

A prisão dos membros da vereança foi de alguns meses, porém aquela do sempre encaiporado acessor foi de dois anos e meio.

Deste advogado eu vi uma neta pedir esmolas de vintens pelas ruas de Campinas!

Serenada esta tempestade, e sob o governo mais brando do general Horta, o município continuou a prosperar e gozou de regular sossego até o começo da luta que resultou na separação do então reino do Brasil daquele de Portugal.

Poucos são os fatos a rememorar deste intervalo.

Nessa época era numerosa a população do município, devido isto ao número de agregados que os proprietários toleravam em seus terrenos, e cujos descendentes quase todos se foram emigrando para o sertão, depois que a cultura do café abriu os olhos dos proprietários ao valor real de suas terras.

Durante anos deste período existiu um relógio de sol no pátio da igreja matriz, fato que abona muito a civilidade dos costumes dos menores, pois posteriormente nem por oito dias seria por estes respeitado um objeto desta ordem.

Pessoa fidedigna contou-me que nessa época trouxeram em rede o corpo de um caipira para ser recomendado na igreja e depois sepultado. Descansaram o corpo à porta da igreja até vir o sacristão e o padre, quando o suposto morto voltou do letargo em que estava, e horrorizado com seu estado de sepultando correu pelo pátio afora, amortalhado, como viera da raça.

Em 1812, foi o tenente-coronel Joaquim de Camargo Aranha nomeado pela Câmara administrador das obras da nova matriz, por falecimento do capitão Felipe Neri Teixeira, o primeiro diretor.

Não faltavam nesse tempo os meios de instrução primária e secundária em São Carlos. Os sacerdotes eram numerosos e vários deles se dedicavam ao ensino. Entre estes, primava o padre Diogo Antônio Feijó, que para cá viera de Parnaíba, e em sua chácara ensinava as humanidades e a filosofia.

A medicina e a cirurgia eram exercidas por Experientes, dos quais o primeiro lembrado era de Minas, como foram alguns dos seus sucessores e por ex-ajudantes de cirurgia do exército, e licenciados do proto-medicado; algumas destas duas últimas classes como o insigne cirurgião

paulista Francisco Álvares Machado, e o não menos insigne médico mineiro Cândido Gonçalves Gomide, se havendo instruído na escola anatômico-cirúrgica, então existente em São Paulo, dirigida pelo delegado do físico-mór do reino e pelos cirurgiões-móres do exército.

Tendo tocado neste assunto, seria o cúmulo da injustiça deixar de mencionar o nome do respeitável clínico Antônio Luiz Patrício da Silva Manso, cujos vastos conhecimentos científicos e literários, e cujos arrojados sentimentos políticos tornaram-no uma das notabilidades brasileiras. Filho de Santos, de lá veio em março com seus pais, que possuíram em Campinas um engenho de cana, sendo seu pai notável pintor, cujas obras se vêem na matriz de Itu, e dificilmente seriam igualladas hoje. Pai e filho morreram em Campinas. A irmã do cirurgião Patrício empregava-se no ensino de meninas e mereceu a confiança de muitos chefes de família.

Circunstâncias especiais de seu nascimento e a perda de seu único filho varão tornaram Patrício misantropo e monomaníaco. Em represália a um atentado imputado a ele, foi afinal assassinado em seu cafezal, encerrando assim uma existência tornada infeliz por nímia cultura intelectual e habilitação a uma posição social superior àquela que os preconceitos da época lhe permitiam gozar.

O primeiro doutor em medicina que habitou Campinas, estabeleceu-se aqui no período a que se refere nossa crônica, e foi este o Dr. Melo Franco, homem formado em Gottingen, casado com uma senhora hanoveriana, nobre, de cujo consórcio teve vários filhos. Era este médico filho de outro do mesmo nome, que foi médico do paço e autor de um livro sobre higiene.

Os primeiros artistas - carapinas, ourives, seleiros, etc. - eram quase todos mineiros, ou ituanos. O ofício de pedreiro se limitava ao serviço de reboco, não se empregando pedra ou tijolo nas construções, e existindo mui poucas braças de ruas calçadas.

Importante melhoramento na indústria açucareira foi a introdução do maquinismo horizontal para a moagem de cana por cilindros de ferro. O primeiro engenho deitado que trabalhou em Campinas foi da fazenda do prestimoso lavrador Joaquim José dos Santos Camargo, que mandou vir da Bahia o mestre, não havendo em São Paulo quem fizesse a obra.

Em Indaiatuba já tinha havido um destes engenhos em ponto pequeno, feito por Joaquim Gonçalves Bicudo, quase o último dos paulistas dos tempos heróicos; porém, os cilindros eram de pau, e por ele mesmo confeccionados. Este Bicudo foi irmão de Pedro Gonçalves Meira. Tinha

sido bandeirante; era versadíssimo no conhecimento das virtudes medicinais das plantas indígenas e perfeito mestre da língua guarani.

Os senhores de engenho nesse tempo tiveram em grande desprezo a cultura do cafeeiro, que reputaram ser um ramo apenas de quitanda, não obstante a boa aceitação que em pontos da província do Rio de Janeiro esta nova lavoura tinha adquirido.

Em Campinas, os primeiros pés foram plantados pelo tenente-coronel Antônio Francisco de Andrade, mas o plantio do arbusto tomou mais sérias proporções às mãos do falecido pai do sr. Barão de Três Rios, Francisco Egídio de Souza Aranha, a instâncias de seu sogro e tio, coronel Joaquim de Camargo Aranha.

O desfavor com que certos lavradores, então muito importantes, receberam esta cultura, influiu desastrosamente sobre a fortuna e condição social de seus descendentes, assim como fez a falta de conhecimento da qualidade das terras em relação às famílias de muitos dos primeiros povoadores.

Para o fim deste período, tratamos da época incluída no reinado de D. João VI. Fez-se a atual cadeia e paço da Câmara, cuja primitiva construção importou em 1:400\$000 sendo o encarregado o então procurador da Câmara, Bento de Abreu, precedendo à construção grande conflito quanto à escolha do lugar; um partido querendo edificá-la em terreno do conselho na rua hoje do General Osório, fazendo esquina no largo do Rosário, de cuja pretensão tiveram de retroceder.

Nos primeiros anos desse período, depois da vinda da rainha e família real ao Brasil, teve lugar a edificação de uma série de ranchos de taipa para pouso dos viandantes, desde São Paulo até Goiás. Coube um destes a Campinas, sendo situado no largo de Santa Cruz, e só mui recentemente foi demolido.

Foi uma instituição humanitária e satisfazia necessidades da viação da época. Pelo governo, foram cedidos alguns paramentos e alfaias que haviam pertencido à Companhia de Jesus e ainda existem várias peças na sacristia da matriz, da atual paróquia da Conceição.

Durante a regência de D. João foi que vieram a São Carlos onde se aboletou um na fazenda de cada um dos principais lavradores, os casais de ilhéus que o governo da rainha mandou vir dos Açores para ensinar processos aratórios e aperfeiçoamentos de lavoura aos proprietários paulistas!

O único resultado prático que me consta desse tentamen civilizador, foi que os ditos casais logo que ficaram senhores de bons quinhões de terras à custa dos patronos.

O governo recomendava as doações, e os proprietários, quer para se verem livres dos incômodos hóspedes preceptores, quer levados pelo espirito de dócil submissão à vontade de tudo quanto é governo, foram cedendo cortes de sítios a gosto e a contento destes ilhéus. Uma qualidade teve esta gente, e foi a de custar a morrer. Salvo raras exceções, todos ficaram nonagenários, vários eu conheci que completaram cem anos; e um, Bernardo dos Santos Carnaxildes, viveu 114 anos.

Chegamos agora à época da retirada do rei para Lisboa; iniciava-se aqui uma época tormentosa na vida pública campineira, que perdurou por largos anos.

Com a efervescência do período da chamada independência, acharam-se em frente um do outro em São Carlos, o partido Corcunda que queria a desligação dos dois reinos, mas não queria a comédia do constitucionalismo; o partido exaltado e que queria ser patriota por excelência, que aderiu à causa das cortes revolucionárias e ultra-liberais de Lisboa; e o partido moderado, ao qual pertenciam Feijó, os prestantes cidadãos Alferes Raimundo Álvares dos Santos Prado Leme (filho do paulista do mesmo nome de que já se tratou), major Miguel Ribeiro de Camargo, capitão Francisco de Paula Camargo, etc. Membro notável do primeiro foi o tenente-coronel Pedro Taques de Almeida, homem instruído, neto do grande cronista Pedro Taques, mas muito engenhoso e excêntrico.

Este cidadão teve durante alguns anos vida muito amargurada, sofrendo mil pirraças e contrariedades, acontecendo-lhe ser num domingo à tarde arrastado sobre o chão por soldados desde a sua morada, na rua Lusitana, até a cadeia, por ordem da autoridade, que era o exaltado cirurgião-mór Tomaz Gonçalves Gomide.

Existe também um assento no livro mais antigo da guarda nacional de São Carlos em que a ocasião do primeiro alistamento, foi declarado que o tenente-coronel Pedro Taques não era alistado como guarda nacional por ser indigno de fazer parte da sociedade brasileira!

Cito este revoltante escândalo para dar uma idéia do estado dos ânimos por muitos anos, a datar de 1820.

Todavia, não obstante tal exacerbação de espirito e a guerra que mui diretamente lhe foi aberta, o capitão-mór Andrade não sofreu violência alguma como à quase totalidade dos capitães-mores succedeu. Foi ele acusado

ao governo provisório; este ordenou uma sindicância confiada a pessoas amigas e ficou ele vitorioso confundindo os contrários. Teve ele um velho e constante amigo no governo, o grande paulista padre João Gonçalves Lima, vigário de Parnaíba, e padrinho do padre Feijó. Eis o que o salvou.

Durante todo o tempo decorrido entre a retirada do rei e o malogrado movimento de 1842, Campinas foi um dos principais centros de exaltação política. Aqui tinham ramificações as sociedades secretas que pululavam no Império, e muito especialmente aquela dos Invisíveis que tamanha parte teve em promover os sucessos que levaram o sr. D. Pedro I a abdicar.

Não é, pois, de admirar que o projeto do apelo às armas em 1842 achasse aqui muita aceitação entre os liberais, posto que o elemento saquarema e português era também bastante forte para garantir às autoridades o exercício de suas funções na povoação.

Ao governo coube a posse da vila, mas grandes forças se conservaram em várias fazendas de importantes lavradores à espera do sinal da reunião. Não poucos campineiros foram a Sorocaba incorporar-se à força principal destinada a conquistar a capital.

Resolvendo os chefes do movimento em Campinas medir suas forças com as do governo, foram reunindo seu povo no sítio conhecido pelo nome de Venda Grande, na estrada da Limeira, distante cerca de uma e meia légua de Campinas. Ali as tropas do governo prontamente as assaltaram, sem deixar-lhes o tempo preciso de se organizar, de modo que a vitória foi fácil e inglória. Grande atraso ao município foi a conseqüência imediata desta última e mal planejada manifestação da moralidade e das recordações da antiga quase independência paulista contra a centralização e a corrupção carioca democrática. Vários chefes de família tiveram de homisiar-se por um prazo assaz longo. Outros sofreram prisão e muitos vexames, sofrendo a lavoura todos os prejuízos naturais de tal estado de coisas.

Um fato que vou relatar mostrará a brutalidade e a selvageria dos agentes do governo do Rio de Janeiro. Comandava a mesquinha artilharia paulista no infeliz combate da Venda Grande um paulista da mais apurada nobreza - Amaral e Camargo - por nome Boaventura Soares do Amaral. Era capitão de 2ª linha e durante anos militou nas campanhas do sul contra os castelhanos.

Melhor do que ele ninguém conhecia a impossibilidade de lutar com vantagem com o governo, porém por sentimentos exagerados de gratidão ao brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar, ele acudiu ao chamado deste, aceitou o comando das peças, e marchou como o paciente ao cadafalso.

Houve debandada dos provincianos, mas o capitão Boaventura não cuidava em si, recusou abandonar seu posto e quando se viu cercado pelo inimigo quis constituir-se prisioneiro de um oficial cujo camarada d'armas fora no sul, a fim de assim obter a garantia de sua vida. Ele ofereceu sua espada ao referido oficial, e o infame, rindo-se, virou as costas deixando o paulista à mercê da tropa. Prenderam-no, e no ato propositalmente feriram-no, levando-o para a casa da antiga fazenda que era sobrado. Ali atiraram-no a uma cama e na mesma noite os soldados assassinaram-no a sangue frio.

Infelizmente ignoro o nome do oficial que fez o asqueroso papel narrado, mas consta-me que morreu lazarento. Este capitão Boaventura Soares do Amaral era homem de caráter mui elevado e um tipo de antigo paulista.

O estabelecimento do correio em Campinas data do ano de 1822, mais ou menos. Por muito tempo foi o serviço da remessa e distribuição das cartas feito gratuitamente, sendo o primeiro encarregado o benemérito brasileiro adotivo Bento José de Abreu. Passados anos, foi remunerado, porém mal, e em todo o período de que se trata era instituição muito acanhada. No começo, o correio não seguia em direitura para São Paulo, mas reunia-se em Itu com o correio de Sorocaba e de lá pátria.

Durante o reinado das cortes em Lisboa, quando o povo ituano exigiu ao sr. D. Pedro de Bragança a sua permanência no Brasil, como seu defensor perpétuo, e instituiu a federação das vilas, esta de São Carlos esposou a causa, cujo estandarte foi hasteado por Itu, colocando-se em oposição ao grupo republicano português da capital, e nomeou para seu delegado no conselho das vilas coligadas o preclaro cidadão reverendo Dr. Miguel Arcanjo Ribeiro de Camargo.

Dou aqui por encerrados os apontamentos sobre o passado e o desenvolvimento deste município, que prometi. De época posterior à elevação a cidade não é conveniente ainda tocar, por ser história por demais contemporânea. Não peço desculpa pelo desalinho e por alguma confusão na ordem cronológica que caracterizam este escrito. Não é trabalho voluntariamente feito, mas sim realizado em obediência à instância, à qual não pude furtar-me a atender. Vai sem que eu pudesse rever uma única linha, pois a pressa e as atrapalhações de minha vida profissional pelo tempo que absorvem, e o cansaço que resulta, me inutilizam para quase tudo o mais que requer atenção séria e contínua.

## A VILA DE SÃO CARLOS

Odilon Nogueira de MATOS

Mais para o fim do século XVIII, o desenvolvimento de Campinas, cuja economia tinha por base a cana-de-açúcar e a agricultura de subsistência, levou seus moradores a solicitarem ao governo da Capitania a elevação da Freguesia à categoria de **Vila**, desmembrada da de Jundiáí. Na estrutura administrativa da época, a criação de uma vila implicava na instituição do poder municipal. Alegavam os campineiros o valor de seus rendimentos, o número de suas lavouras e o fato de serem quase todos **engenheiros**, isto é proprietários de engenhos, o que lhes trazia grande prejuízo em terem de servir à Câmara de Jundiáí. A petição, assinada por 47 moradores, foi avalidada pelo pároco da Freguesia:

"Dizem os moradores da nova freguesia de Campinas, do termo da Vila de Jundiáí, que constam do assinado junto, que se vêm vexados em servirem os cargos da República da dita Vila por morarem desviados da mesma, oito, dez, doze e catorze léguas, no que sentem gravíssimos prejuízos nas suas lavouras, por serem engenheiros, quando a freguesia dos suplicantes tem no todo o número de duas mil, cento e sete pessoas, e de três anos a esta parte tem crescido seiscentas e oitenta e oito pessoas, como fazem certo pela atestação junta do seu pároco e de fogos há mais de quatrocentos, e de rendimento poderá ter a vila cinquenta mil réis, a cuja atenção recorrem os suplicantes a Vossa Excelência para que, a esta verdadeira representação, mandar fazer vila a nova freguesia de Campinas, porque assim poderá servir aos cargos da República sem prejuízo de tratarem da sua lavoura. P. a alta proteção de V. Ex<sup>a</sup> se digne atender ao requerimento dos Suplicantes, mandando erigir vila a dita freguesia de Campinas".

Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, o novo governador da Capitania de São Paulo, ao qual se dirigiram os campineiros, considerando

justa a petição que lhe fora endereçada, houve por bem atendê-la por provisão de 4 e portaria de 16 de novembro do mesmo ano de 1797.

A portaria, que abaixo se transcreve, determinou, entre outras medidas para a instalação da vila, que ela passasse a denominar-se **São Carlos**. As conjeturas acerca do novo nome são várias: homenagem a uma princesa lusitana nascida poucos meses antes, homenagem à própria esposa do Príncipe D. João, Dona Carlota Joaquina, ou em honra de São Carlos Borromeu, de quem o governador Melo Castro parecia ser devoto e cujo onomástico se celebra a 4 de novembro, data da provisão. O que se sabe, todavia, é que o nome imposto a Campinas não "pegou", sendo usado apenas em documentos oficiais. E, segundo o depoimento do viajante francês Saint-Hilaire, até em atos oficiais o nome Campinas freqüentemente aparecia. Só em 1842, ao ser elevada à categoria de **Cidade**, foi a denominação Campinas restabelecida.

"Atendendo á justa representação que me fizeram os moradores da freguesia das Campinas, termo da Vila de Jundiá, para que a mesma freguesia fosse criada e ereta Vila, alegando por fundamento haver nela duas mil, cento e sete pessoas, como fizeram certo pela atestação do seu respectivo pároco, entre as quais se contavam mais de sessenta homens bons, capazes de ocupar os empregos públicos da Câmara, e como tais se viam obrigados a ir servir à referida Vila de Jundiá, de oito, dez, doze e catorze léguas de distância, o que lhes causava maior vexame e prejuízo, por deixarem ao desamparo suas casas, famílias, lavouras de açúcar, em que a maior parte deles se ocupa, tendo consideração à verdade do exposto, e a que a ereção da mesma freguesia em Vila é tudo conforme às Régias Instruções de 26 de janeiro de 1705 e outras ordens posteriormente dirigidas aos Governadores e Capitães-Generais desta Capitania: hei por bem ordenar no Real Nome de Sua Majestade e por serviço da mesma Senhora ao Doutor Ouvidor-geral desta cidade e comarca Caetano Luís de Barros Monteiro, que, passando em continente à mencionada freguesia das Campinas, faça erigir a sua povoação em Vila, cuja se denominará - Vila de São Carlos - levantando aí pelourinho, e assinando-lhe termo de que mandará lavrar auto, o que será remetido às Câmaras confinantes, para nelas ficar registrado. E demarcará também logo lugar e terreno para os Paços do Conselho e cadeia, procedendo à eleição dos juizes, vereadores e mais oficiais da Câmara, que hão de servir por

confirmação minha, o primeiro ano que terá princípio em janeiro de mil setecentos e noventa e oito. São Paulo, 16 de novembro de 1797".

Determinada a criação da vila, restavam os atos da instalação. Estes realizaram-se durante quatro dias: 12, 13, 14 e 15 de dezembro do mesmo ano de 1797. No dia 12, atendendo às ordens do governador, passaram a Campinas e lavraram o edital respectivo, o Ouvidor e o Secretário do Governo; no dia 13, o referido edital foi afixado para conhecimento de todos; no dia 14 tiveram lugar a cerimônia de ereção da nova Vila, o levantamento do pelourinho (símbolo da autonomia municipal) e a demarcação dos terrenos para a Cadeia e a Câmara; finalmente, no dia 15 tiveram lugar a demarcação do **rocio**, o estabelecimento das divisas com as vilas limítrofes e a eleição da primeira Câmara, que deveria servir durante o ano de 1798. De tudo, conforme determinação do Governador, foram lavradas as atas respectivas, documentos primevos de nossa vida municipal.

No dia seguinte à instalação da Vila procedeu-se à eleição para a primeira Câmara, que deveria servir no ano que se iniciaria dentro de uma quinquena. Já com a petição para a criação da Vila, foram arrolados mais de 60 "homens bons", capazes de servir na nova municipalidade. Será oportuno recordá-los: Capitão José de Camargo Pais, Alferes Floriano de Camargo Penteado, Inácio Ferreira de Sá, Joaquim Bernardo Gomes, Tenente Francisco de Paula Camargo, Salvador do Prado Cortez, Nicolau Alves da Silva, Albano de Almeida Lima, José de Sousa Siqueira, Joaquim José de Almeida, Joaquim Cardoso de Gusmão, Alferes João José da Silva, José de Almeida Lima, Capitão Antônio de Cerqueira César, Capitão Antônio Ferraz de Campos, Alferes Manuel Ferraz de Campos, José da Rocha Camargo, Tenente José Alves de Lima, Antônio da Silva, Bernardo Guedes Barreto, Manuel Pereira Tangerino, João Ferraz de Campos, João da Rosa Dias, Jerônimo Pedroso de Barros, Joaquim Pedroso de Barros, Joaquim de Oliveira Leite, Capitão Felipe Néri Teixeira, José Gonçalves César, Capitão Joaquim José Teixeira Nogueira, Luís Mendes de Godoy, Antônio Mendes de Godoy, Boaventura de Camargo, José Barbosa do Rego, Antônio José de Matos, Tenente Pedro Gonçalves Meira, Tenente José Pedro da Cunha, Joaquim Antônio de Arruda, João Manuel do Amaral, Alferes José Antônio do Amaral, Felisberto de Godoy de Almeida, Alferes Inácio Caetano Leme, Rafael de Oliveira Cardoso, Rafael Antunes de Campos, João de Camargo Pimentel, Inácio de Campos Bueno, João Pimentel de Camargo, Francisco de Camargo Pimentel, Ângelo Cordeiro do Amaral, João Monteiro de Oliveira, Dr. José Barbosa da Cunha, Ventura Barbosa da Cunha, João

Evangelista Cabral, Vicente José Machado, Manuel Mendes de Godoy, Tenente Domingos da Costa Machado, Domingos da Costa Machado (filho), Alferes Francisco de Morais, Antônio Antunes de Campos, Cláudio Furquim de Campos, Agostinho José de Campos.

Cumpre observar que, de todo esse rol, apenas 34 pessoas compareceram à eleição do dia 15 de dezembro de 1797, da qual se lavrou a presente ata:

"Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e noventa e sete, aos quinze dias do mês de dezembro do dito ano, nesta Vila de São Carlos, Comarca da Cidade de São Paulo, em casas de aposentadoria do Doutor Ouvidor-Geral e Corregedor da Comarca Caetano Luís de Barros Monteiro, aonde eu, escrivão do seu cargo adiante nomeado, fui vindo para efeito de proceder a eleição de Juizes e mais oficiais da Câmara que hão de servir nesta Vila o futuro ano de mil novecentos e noventa e oito, para cujo fim já se havia publicado e fixado Edital na forma do costume, e sendo aí procedeu ele, Ministro, à dita eleição, e mandou que votasse a nobreza e povo em pessoas de sãs consciências que bem pudessem governar esta Vila, e fossem isentos de parentesco e se deu princípio na forma seguinte: (segue-se a especificação do voto de cada um dos votantes). E, por esta forma, por não haver mais quem votasse na presente eleição, a houve ele, Ministro, por finda e acabada, na qual, depois de examinada, achou estarem com mais votos: para Juizes o Capitão José de Camargo Pais, com trinta e quatro votos; o Dr. José Barbosa da Cunha, com dezenove; para Vereadores: Francisco de Camargo Pimentel, com vinte e quatro; Bernardo Guedes Barreto, com vinte e um; José da Rocha Camargo, com vinte; para Procurador do Conselho, José Gonçalves César, com dezenove. E para constar, etc."

Embora legalmente eleita, esta Câmara não chegou a tomar posse. Na escolha da lista triplíce para provimento do cargo de **Capitão-mor** da nova Vila, ocorreu o que Celso Maria de Melo Pupo denominou "a primeira luta política" em Campinas. O governador da Capitania quis impor o nome de Raimundo Álvares dos Santos Prado, que a Câmara não aceitou. O Capitão-General determinou a dissolução da Câmara, convocando novas eleições e fez a nomeação imediata de seu protegido para o cargo de **Comandante da Vila**, já que não dispunha de meios legais para nomeá-lo Capitão-mor.

A 26 de abril de 1798 realizaram-se, então, as eleições que deram como resultado: para Juizes o Alferes Antônio de Camargo Penteado e Alexandre Barbosa de Andrade; para Vereadores, Manuel Pereira Tangerino, Alferes João José da Silva e Rafael de Oliveira Cardoso; para Procurador, Albano de Almeida Lima. "todos elementos das mesmas famílias e do mesmo grupo que preponderou na Câmara anterior", segundo observa Mello Pupo, que, muito pertinentemente pondera, ainda, que, embora a influência governamental pareça ter aumentado com os atos arbitrários já relatados, "a maioria, entretanto, representava ainda a reação campineira, cujo espírito predominava no legislativo local altivo e independente, apenas acolhedor de ordens formais que não poderiam ser desobedecidas sem o desencadeamento de represálias violentas e sem o sacrifício integral da paz e sossego do lugar."<sup>1</sup>

Como foi exposto, as cerimônias de instalação da vila duraram quatro dias: 12, 13, 14 e 15 de dezembro. Julgamos de maior interesse transcrever, na íntegra, o termo da eleição da nova Câmara, que ocorreu no último dia, por nos parecer o documento mais significativo. Mas, não devemos olvidar os outros, referentes à demais partes do ofício. Assim, o levantamento do pelourinho e a demarcação para os Paços do Conselho e cadeia, no dia 14:

"E logo no mesmo dia, mês e ano do auto de erecção (...) foi escolhido um terreno livre, e desembaraçado de todas as partes, que se acha em distância bastante da Igreja matriz, e fronteiro a mesma, por parecer o melhor para nele se levantar pelourinho, e depois de apregoado pelo Porteiro em alta voz, que se levantava o pelourinho para sinal de jurisdição, mandou o dito ministro levantar, o qual é de um páu de cabreúva oitavado. E aí defronte do dito pelourinho se escolheu lugar para os Paços do Conselho, e Cadeia, ficando-se três estacas em sinal de onde há de principiar a obra, e seguir para a parte da Igreja, ficando de ambos os lados desembaraçado de cada parte quarenta palmos para passagem, e saída do Pátio da Matriz, e Praça do Pelourinho..."

Não era o pelourinho, como geralmente se supõe, um simples lugar de suplicio (como a forca), mas o símbolo da justiça municipal, a insígnia de sua jurisdição. Junto a ele se proclamavam os editais, os "bandos", enfim, as determinações da Câmara. Mas - este o lado triste - também nele se

(1) Pupo, Celso Maria de Mello - **A primeira luta política e o primeiro capitão-mór de Campinas**, em *Monografia histórica do município de Campinas*, 197-211. Rio de Janeiro, IBGE, 1952.

castigavam os condenados, presos por correntes às argolas nele existentes, onde eram inúmeras vezes açoitados. Isto levou o povo a esquecer, aos poucos, o significado principal do pelourinho, vendo nele, apenas, um símbolo da crueldade da época. Daí, a expressão "ficar no pelourinho", ainda usada, embora pouco, para qualificar os desesperados da justiça, à espera de soluções no mais das vezes demoradas, acarretando-lhes muito sofrimento. Ou aqueles, vítimas de processos injustos ou alvo de críticas violentas, mas nem sempre bem fundamentadas.

Também era de muita significação a demarcação do "rocio". Corresponde este termo ao que se denomina hoje "perímetro urbano", dentro do qual poderiam ser construídas as casas e, assim, aos poucos, ir-se constituindo a área da vila:

"... foi determinado que o Rocio que devia ter esta Vila para logradouro dos habitantes dela, e fundarem suas casas sem alguma pensão de foro era de um quarto de légua, dando medido do Pelourinho para quatro lados, no fim dos quais poria em cada um seu marco para sinal do limite do dito rocio, e mandou que a Câmara logo que principiasse a servir, mandasse fazer dita medição e demarcação na forma referida, e para constar mandou lavrar este termo..."

Por insignificante que fosse o "rocio" de 1797 especialmente quando colocado sobre uma planta moderna da cidade, deve-se considerar que a primitiva demarcação levou mais de um século para ser ultrapassada. Com efeito, a planta divulgada por Leopoldo Amaral no livro **Campinas em 1900** mostra-nos uma cidade quase igual à vila de fins do século XVIII. No sentido Norte, o canal de saneamento era praticamente o limite da área urbana, embora a avenida Barão de Itapura já aparecesse assinalada, inclusive com a localização do Instituto Agrônômico. Pouco além passavam os trilhos da "Mogiana" e da "Funilense", vendo-se o Guanabara e o Taquaral ainda em formação, embora já indicado o antigo Liceu de Artes e Ofícios, o "Nossa Senhora Auxiliadora" de hoje. Ao sul, pouca coisa havia além dos trilhos da "Paulista"; incipientes, a Vila Industrial, a Ponte Preta e o Fundão, este praticamente limitado ao caminho para o cemitério. No sentido de leste, praticamente a cidade terminava no Bosque dos Jequitibás, sendo a Coronel Quirino a última via pública assinalada; quase nada do que é hoje o Cambuí; o povoamento não alcançava ainda a valeta do córrego Proença, o que, aliás, vai demorar a ocorrer. E finalmente a Oeste os trilhos da "Sorocabana" eram os limites da cidade; o Bonfim aparecia como bairro em formação, beneficiado por algumas indústrias ao longo da ferrovia; e também com o hipódromo no

limite com a Vila Industrial. Vê-se, por esta descrição quão pouco ultrapassara Campinas os limites da primitiva vila de São Carlos, em pouco menos que um século.

Finalmente, uma medida complementar de alto interesse: a demarcação dos limites com as vilas vizinhas: Jundiá, Itu, Atibaia, Bragança e Mogi-mirim. isto ocorreu no dia 15, conforme termo lavrado, termo bem diferente dos demais, por menos minucioso nas suas declarações. O problema transcendia à competência das autoridades presentes, pois em muitos casos era precário o conhecimento das áreas onde as divisas deveriam passar. Um único topônimo foi mencionado: o córrego da Rocinha, na divisa com Jundiá. Nos demais casos, marcaram-se apenas as distâncias: cinco léguas para Mogi-mirim e para Itu, para Jundiá três léguas "mais ou menos" e para Nova Bragança, "as que se acharem, por não haver informação quantas eram".

É com muita satisfação que registramos a circunstância de Campinas não ter esquecido, na sua nomenclatura urbana, os nomes mais significativos de sua história primitiva, não só desta fase da criação da vila, mas da própria criação da freguesia, um quarto de século antes.

O bairro conhecido por **Jardim Guanabara**, um dos mais privilegiados da cidade, situado na suave encosta que se estende do antigo leito ferroviário da "Mogiana" até ao alto do espigão, percorrido atualmente em toda a sua extensão pela avenida Francisco José de Camargo Andrade, teve suas vias públicas denominadas pelo dispositivo legal de 27 de maio de 1929, de iniciativa do Professor Ernesto Kuhmann, então vereador à Câmara Municipal. Interessado na história da cidade, pretendeu o ilustre professor e vereador fixar nas placas das ruas do então novo bairro os primeiros nomes da vida pública de Campinas, em fins do século XVIII, tornando assim, o Jardim Guanabara, pelas suas ruas, uma autêntica lição da história setecentista de Campinas.

Comportam algumas distinções os nomes sugeridos pelo dr. Kuhmann para as ruas do Jardim Guanabara: a) nomes dos companheiros de Barreto Leme, signatários da petição para a criação da freguesia, em 1774, num total de oito, fora o próprio Barreto Leme cujo nome já havia sido dado a uma importante rua da parte central da cidade; b) nomes dos integrantes das duas primeiras câmaras de Campinas: a que não chegou a ser empossada, conforme narramos, em virtude da ação discricionária de Raimundo Álvares dos Santos Prado e a que resultou da nova eleição, realizada a 26 de abril de 1798; c) figuras da administração da Capitania de São Paulo que estiveram em Campinas para a instalação da vila e do competente poder municipal, em

dezembro de 1797; d) nomes significativos de nossa primitiva vida religiosa; e e) nomes de duas respeitáveis matronas - as irmãs Rosa e Joana de Gusmão, casadas, respectivamente, com Barreto Leme e com seu irmão Diogo da Silva Rego. Aliás, na opinião de Teodoro de Souza Campos Júnior, que bem estudou o assunto, seus nomes não estão corretos: Rosa de Gusmão chamava-se Rosa Maria de Jesus e Joana de Gusmão chamava-se Joana Cardoso; parece dever-se ao genealogista Silva Leme alteração que fixou os nomes nas formas atualmente conhecidas.

Feita esta exposição preliminar, percorramos, agora, o Jardim Guanabara e conheçamos suas ruas. Sigamos, de início, pelo Avenida Brasil. Cerca de trezentos metros após o antigo leito da "Mogiana", encontramos uma praça de formato circular, que ostenta um dos mais expressivos nomes da Campinas primitiva: **Sousa Siqueira**, um dos companheiros de Barreto Leme e também dos primeiros povoadores. A Avenida Brasil transpõe a praça e segue até ao alto do espigão. Da mencionada praça Sousa Siqueira, partem quatro ruas, duas à direita e duas à esquerda, tomando como referência o eixo da avenida Brasil. Interessam-nos as da esquerda: trazem os nomes das duas aludidas matronas, **Joana de Gusmão e Rosa de Gusmão**. A deste nome é bem mais extensa, seguindo paralela à Avenida Brasil até quase ao alto do espigão, enquanto que a primeira é bem menor, com apenas duas quadras, terminando no logradouro conhecido por **Bosque dos Alemães**, oficialmente Praça João Lech Júnior. É por esta que nosso passeio deverá desenvolver-se. Logo na primeira esquina, encontramos a rua **Camargo Pais**, vereador à primeira Câmara. Na esquina seguinte, o cruzamento com as ruas **Albano de Almeida Lima** (procurador da segunda Câmara) e **Barros Monteiro**, o ouvidor da Capitania de São Paulo, encarregado da instalação da vila (Caetano Luís de Barros Monteiro era o seu nome completo).

A rua Albano de Almeida Lima, a mais extensa do bairro, funcionando como verdadeira artéria de penetração e de referência, corta, no trecho que nos interessa, mais seis ruas: **Gonçalves César** (procurador da primeira Câmara), **Rocha Camargo** (vereador à primeira Câmara), **Barbosa da Cunha** (juiz da primeira Câmara), **Frei Antônio de Pádua** (o primeiro vigário de Campinas) e **Frei Manuel da Ressurreição** (o bispo de São Paulo na época). Esta última, das mais extensas, serve praticamente de limite ao bairro, embora algumas ruas a ultrapassem de algumas quadras.

pequena praça donde partem três ruas: **Ferreira de Almeida**, o escrivão da Ouvidoria da Capitania e que lavrou todos os termos relativos à criação da vila; **Barbosa de Andrade** (juiz da segunda Câmara) e **Pereira Tangerino**, um dos companheiros de Barreto Leme, rua este que se estende até ao alto, contornando o Bosque dos Alemães e terminando numa praça formada com a interseção da Frei Manuel da Ressurreição, e onde se bifurca, à moda de um Y: a perna direita tem o nome de **Alferes João José**, e a esquerda o de **Oliveira Cardoso**, ambos vereadores à segunda Câmara. Uma estiradazinha pela rua Camargo Pais nos fará encontrar a rua **Camargo Penteado**, juiz da segunda Câmara.

O traçado irregular das ruas do Jardim Guanabara permitiu a formação, em várias esquinas, de pequenas praças, que receberam os demais nomes que estamos recordando: **Silva Leme**, **Silva Rego**, **Guedes Barreto**, **Luís de Almeida**, **Pereira Magalhães** e **Salvador de Pinho**, todos companheiros de Barreto Leme no povoamento inicial do que veio a ser Campinas.

As ruas do bairro que vimos descrevendo, obviamente, não foram suficientes para evocar todos os nomes dos primitivos anais campineiros. Muitos ficaram ausentes ou atribuídos a ruas de outros bairros. Casos, por exemplo, como os do **Tenente Gonçalves Meira**, de **Felipe Neri Teixeira**, de **Cláudio Furquim de Campos**. E o do próprio Morgado de Mateus, o governador que "mandou" fundar Campinas, esquecido, ao que parece, na feliz proposta do dr. Kuhlmann. Todavia, muitos anos mais tarde a falha foi sanada, atribuindo-se o seu nome a uma rua do Jardim Proença. Só que esta, em vez de chamar-se **Morgado de Mateus**, título pelo qual ele se tornou conhecido e entrou para a história paulista, recebeu o seu nome, qual seja D. Luís Antônio de Sousa, forma abreviada do nome completo, que era D. Luís Antônio de Sousa Botelho e Mourão.

Os atos do Morgado de Mateus referentes à fundação de Campinas foram assinados a 27 de maio de 1774. O ato de denominação das ruas do Jardim Guanabara foi assinado a 27 de maio de 1929. Terá sido mera coincidência? ou terá havido por parte do poder municipal de então a intenção deliberada de comemorar tão importante data na história da cidade? De qualquer maneira, estamos diante de uma bela evocação da história primitiva de Campinas nas simples placas de ruas e praças de um bairro. Para aqueles que distinguem valor cultural na nomenclatura de vias públicas, nada mais significativo.

## A INSTALAÇÃO DA VILA

Omar Simões MAGRO

Pode-se imaginar, sem grande dose de fantasia, a cena numa dessas lindas e ensolaradas tardes das vésperas de Natal.

O povo, alvoroçado, derrama-se pela praça da matriz, ainda não concluída. O vigário, os homens bons; a "Nobreza", como diz o auto, rodeia o desembargador, que vem revestido de sua toga, empunhando a vara da justiça. Seguem-no o juiz presidente da Câmara de Jundiáí, tenente Francisco de Paula Camargo (que era morador em Campinas) e os vereadores José Luiz de Quadros, José Vicente Ferreira (depois capitão-mor de Jundiáí) e João Rodrigues de Siqueira, todos de capa envolta e cabeleira comprida, empunhando estas suas varas pretas, sendo a do juiz vermelha.

Vêm depois os capitães Antônio Ferraz de Campos, Felipe Neri Teixeira, José de Camargo Pais, Antônio de Cerqueira Cesar, os tenentes José Alves de Lima, Pedro Gonçalves Meira, Domingos da Costa Machado, os alferes João José da Silva, José Antônio do Amaral, Inácio Cactano Leme e José Francisco de Moraes, e os engenheiros de açúcar, os fazendeiros, os negociantes, todos em trajes de festa. Mulheres espiam por detrás das rótulas.

Conduzindo o **livro da erecção**, lá vem o escrivão Vicente Ferreira e Almeida, seguido pelo porteiro Salvador Vieira da Maya. A "ordenança" estende-se pelo largo em fileiras, bambas, com o seu comandante à frente. Todo paramentado, o vigário padre Joaquim José Gomes, que tanto contribuíra para o sucesso, ali está, seguido por um menino do coro, que conduz a caldeirinha da água benta.

Bem ao centro da praça está um quadrado de tijolos, e perto, estendido ao solo, um mourão de cabriúva oitavado. As crianças, rompendo a multidão, olham curiosamente para aquele madeiro, muito intrigadas com ele, indagando da sua serventia. Alguns pedreiros esperam ao pé, pacientemente, tendo ao lado uma gamela de argamassa, na qual esperamas suas colheres. Próximo repousa o prumo e o nível d'água rebrilhando ao sol.

Chega o séquito oficial. Rufa por três vezes o tambor. O porteiro adianta-se e aparece isolado, cheio de importância. Então, tomada a vênica ao ouvidor, em altas vozes declara erecta a vila de São Carlos. Novos rufos. Aclamações. Vivas a Sua Majestade, a piedosa dona Maria I. Vivas ao Príncipe do Brasil, à Princesa, à sereníssima senhora Dona Carlota Joaquina, e à bebezinha sua filha que, insciente da honra, paraninfa assim mesmo o ato.

De repente, um silêncio. Avança agora o padre Gomes, com hissopo em punho; e, de acordo com o ritual, benze a coluna ainda estendida por terra. Ressoa, de novo, a caixa de guerra, e o porteiro anuncia que se vai erguer o pelourinho, "para signal de Jurisdiçam". Elevam os pedreiros aquele marco e o firmam sobre alguns degraus, bem ao centro do quadrado que tinham preparado. Está levantado o pelourinho: São Carlos é vila.

Nem bem cessa o clamor da turba, que rompera outra vez em aclamações, dirige-se o cortejo para a extremidade do largo oposto à matriz, onde se escolhera o lugar para os Paços do Conselho e a Cadeia. Com a mesma gravidade com que Rômulo dirigia a relha do arado, ao traçar a percinta sagrada da **Roma quadrata**, o ouvidor demarca o terreno e nele faz fincar três estacas... Estão terminadas as cerimônias ao ar livre.

Agora toda a gente vai para a **apousentadoria** do ministro, onde se faz a declaração do **rocio**, marcando-se para ele um quadrado de meia légua em cada lado, tendo por centro o pelourinho.<sup>1</sup> E logo, outra determinação: assinalam-se as divisas da nova vila, que fica separada de Jundiá pelo córrego da Rocinha.

Mas é tarde, e o doutor Caetano Luiz de Barros Monteiro precisa descansar. Com uma pena de ganso muito bem afiada, Vicente Ferreira vai lavrando os autos. O primeiro vai ainda datado da "povoaçam de Campinas", mas os outros já o vêm da Vila de São Carlos. Todos vão lançar suas firmas, uma simples, outras complicadas, ao uso do tempo. Está terminada a função.

Como não havia, naqueles tempos, festas cívicas sem luminárias, certamente teriam os novos cidadãos iluminado a frente de suas moradas, apenas escureceu. E nessa noite foram dormir orgulhosos, pois sentiam ter dado mais um passo na senda do progresso, como haveriam de repetir, mais tarde, os discursadores futuros. Felizmente para os são-carlenses, parece que essa raça ainda ali não era conhecida. Pelo menos, nenhuma homilia pronunciada pelo reverendo padre vigário, registram os autos.

(**Monografia...**, pp. 53-54)

(1) Houve, aqui, pequeno lapso do autor: a medida do rocio era não de meia légua, mas de um quarto de légua, aproximadamente um quilômetro e meio nas medidas atuais. Assim o diz o próprio termo de demarcação.

## A PRIMEIRA LUTA POLÍTICA E O PRIMEIRO CAPITÃO-MOR DE CAMPINAS

Celso Maria de Mello PUPO

(...)

Em 15 de dezembro (de 1797) realizou-se a eleição do Conselho. "Homens bons", o que quer dizer pessoas conceituadas, merecedoras da confiança pública e capazes, pelo senso de alta responsabilidade, letrados ou analfabetos, escolheram os juizes ordinários, vereadores e procuradores da primeira Câmara de Campinas.

(...) Como coroamento da organização militar-político-administrativa, o cargo de **capitão-mor**, constituía, no ápice, o de maior autoridade local; seu preenchimento se fazia com a eleição, pelo Senado da Câmara, de três nomes de candidatos que se apresentavam a o Capitão-general da Capitania, a quem competia, destes três, escolher o seu preferido e nomeá-lo, com a faculdade de conservá-lo nessa investidura enquanto bem servisse.

Campinas, no júbilo das festividades comemorativas da sua autonomia, exercendo a plenitude de seu direito de escolher autoridades, já havia, nos círculos sociais, escolhido o seu preferido para capitão-mor, embora a tríplice apresentação de candidatos facultasse um pouco as preferências governamentais; de qualquer forma, dentro das normas legais, o capitão-mor seria, de três, um nome da confiança da Vila. Eleitos os juizes e vereadores, preparavam-se eles para o exercício de suas funções, quando o ouvidor Barros Monteiro, que presidia à instalação da Vila, transmitiu-lhes o desejo do capitão-general de ver incluído na lista tríplice o nome de um protegido seu, **Raimundo Álvares**, que seria evidentemente, o escolhido, e, portanto, o capitão-mor de Campinas.

Não é de se admirar, então, a prepotência governamental. O capitão-general, com poderes quase absolutos, distante da fiscalização real,

solicito em satisfazer aos anseios autonomistas dos campineiros, não julgara demasiado pretender, a seu juízo e talante, ter candidato próprio para capitão-mor de Campinas; isto pouco representava como retribuição dos campineiros às solicitações com que satisfez aos desejos desta terra. Por outro lado, os campineiros, na consciência de sua prerrogativa de escolha, na retidão do seu critério de constituir autoridades, não se dispunham a abrir mão do mais alto cargo em sua vila e não se poderiam conformar com a escolha governamental não condizente com a vontade dos seus habitantes e com o nível da sua sociedade.

Raimundo Álvares era novo em Campinas, onde talvez já tivesse residido; chegara, havia pouco, vindo de São Paulo, onde residira por dois anos; em sua terra, Jundiaí, vivera agitado em aperturas e arranjos monetários que muito o não recomendavam à autera e abastada gente de Campinas. Astuto, de boa linhagem, relacionado, pouco lhe teria custado obter do capitão-general os favores que o fariam capitão-mor de Campinas, do que lhe adviria prestígio e influência bastantes para a estabilidade de sua vida até então nômade e sem fortuna.

Manifesta-se, então, em toda a sua pujança, o civismo campineiro, incapaz de entregar o mais alto posto de sua administração civil e militar a elemento inidôneo; os juizes e vereadores eleitos recusaram-se a atender ao pedido do Governador de incluir o nome de Raimundo Álvares na lista triplíce. E o Ouvidor Geral não teve dúvidas em recusar posse à Câmara eleita, terminando tristemente os acontecimentos jubilosos de 1797.

Retirando-se para São Paulo o ouvidor geral, transmitiu ao capitão-general as notícias dos acontecimentos de Campinas; e o governador obrou como ainda hoje agem muitos dos nossos homens públicos: determinou a dissolução da Câmara eleita, a realização de novas eleições, e fez a nomeação imediata de Raimundo Álvares para Comandante da vila, uma vez que lhe recusavam os meios legais de nomear o amigo capitão-mor.

Sob a presidência do Ouvidor-geral Barros Monteiro, novas eleições foram feitas e estas aprovadas pelo governador; foi empossada a nova Câmara aos 26 de abril de 1798, em sessão realizada nas "casas de residência do Juiz Ordinário, Presidente Alferes Antônio de Camargo Penteado" (filho do capitão José de Camargo Pais), que teve como juiz companheiro a Alexandre Barbosa de Andrade e oficiais Manuel Pereira Tangerino, Alferes João José da Silva, Rafael de Oliveira Cardoso e procurador Albano de Almeida Lima, elementos todos das mesmas famílias e do mesmo grupo que preponderou na Câmara anterior. Não se pôde evitar

que na mesma sessão Raimundo Álvares assumisse as funções de capitão-comandante da vila, mediante a portaria governamental que fez sua nomeação.

A influência governamental parece ter aumentado; dois amigos do comandante da vila foram aproveitados em encargos temporários; a maioria, entretanto, representava ainda a reação campineira, cujo espírito predominava no legislativo local, altivo e independente, apenas acolhedor de ordens formais que não poderiam ser desobedecidas sem o desencadeamento de represálias violentas e sem o sacrifício integral da paz e sossego do lugar.

Determinou o governador eleições para escolha do sargento-mor da vila, procurando extinguir a situação precária do seu protegido como comandante nomeado fora de normas legais. A vereança de 18 de novembro escolheu o capitão Felipe Néri Teixeira para sargento-mor da vila, cargo de influência militar e só subordinado ao de capitão-mor; no qual, entretanto, não nos consta que se tenha o eleito empossado, faltando-lhe para isso aprovação do governador.

Como findava o mandato dos camaristas, que era então ânua, procedeu-se à eleição da nova Câmara, cuja posse se deu a primeiro de janeiro de 99, pelos seus elementos componentes, de maior prestígio e independência: juiz presidente o capitão José de Camargo Pais (da 1ª Câmara eleita e dissolvida), juiz companheiro capitão Joaquim José Teixeira Nogueira, oficiais Bernardo Guedes Barreto (da 1ª Câmara eleita), tenente Inácio Ferreira de Sá, Alferes Inácio Caetano Leme e procurador alferes João de Barros Pedroso. E o legislativo campineiro continuou na sua altivez e independência, escolhendo seus amigos para cargos de nomeação e enfrentando as invectivas de Raimundo Álvares, sempre acobertado com ordens e portarias das autoridades de São Paulo.

A Câmara de 1800 não desmentiu a fibra campineira; eram juízes ordinários o dr. José Barbosa da Cunha e o capitão Felipe Néri Teixeira, que conduziam o legislativo pela mesma trilha de hombridade, até que, ao findar o ano, novo ato impositivo da governança da capitania veio medir a solidez de suas convicções. Ansiava o capitão-general, ou os seus áulicos, por consolidar o comando militar de Campinas e, neste sentido, dirigiu-se, por officio, ao senado da vila, operando, como sempre, em palavras medidas de aparente sinceridade e legal aspecto, mas acobertando o desejo incontido de satisfazer seu protegido de sempre. Dizia o governador:

"Por ser absolutamente preciso haver nessa vila um sargento-mor que a governe para melhor expedientadas ordens expedidas por este Governo relativas ao Real Serviço, ordeno, portanto, a

vossas mercês que, convocando o capitão-mor da vila de Jundiáí Antônio de Siqueira e Moraes, de cuja vila foi ela desmembrada, com ele me proponham três pessoas de capacidade e suficiência para eu dela prover no dito posto de sargento-mor aquela que me parecer mais conveniente ao meu Real Serviço. Deus guarde a vossas mercês. São Paulo, 27 de novembro de 1800. (a) Antônio Manuel de Mello Castro e Mendonça".

O portador deste carta foi o próprio capitão-mor de Jundiáí, Antônio de Siqueira e Moraes, o difamador de Campinas, que em 1796 dificultou a criação da vila campineira, informando ao capitão-general Bernardo de Lorena, ser a nossa povoação habitada por desordeiros; esquecia-se ele que havia aqui gente para, em 1797, presidir à Câmara de Jundiáí.

Chegou o capitão-mor Siqueira a Campinas em 3 de dezembro; no dia seguinte reuniu-se o Senado da Câmara tomando conhecimento oficial da mensagem do capitão-general e tratando-se de cumprir sua ordenação, que constava da eleição de três nomes para sargento-mor. O mais velho dos vereadores foi o primeiro a dar seu voto, e o fez a inteiro contento do capitão-mor presidente da sessão, indicando os nomes do alferes Floriano de Camargo Penteado, do capitão Raimundo Álvares e do capitão Joaquim José Teixeira Nogueira; os demais vereadores votaram **uniformemente** numa só chapa, composta dos nomes do capitão Joaquim José Teixeira Nogueira, alferes Floriano de Camargo Penteado e alferes Antônio de Camargo Penteado (estes dois filhos do capitão José de Camargo Pais), chapa vencedora e bairrista, significando a persistente e inabalável atitude da gente campineira.

Mais uma vez Campinas derrotava o governador da Capitania; o capitão-mor de Jundiáí, presidente da sessão que havia insinuado aos camaristas o desejo do capitão-general, não pôde conter o seu azedume; deu por nula a escolha da Câmara que excluiu o nome de Raimundo Álvares e retirou-se agastado do recinto, recusando-se até a assinar o termo de eleição. Prosseguiu, entretanto, a sessão da Câmara, que resolveu comunicar-se com o Governador "mostrando a insuficiência de um homem a quem as leis proibem o exercício de semelhantes cargos".

(...) O primeiro semestre do novo ano (1801) decorreu em calma; "a moral, a justiça, o direito e a boa política estavam ao lado da Câmara de Campinas, em oposição ao espírito de descarada afilhadagem e de inauditas violências que, nesta questão, caracterizou o procedimento e os atos do capitão-general Mello Castro". Este governador, prepotente e orgulhoso, não capitularia perante as decisões de um vilarejo, por mais legítimas que fossem

elas; e se lhe foi vedado o caminho legal com que mascarar o seu favoritismo, ele, autoridade suprema, fez, como lhe pareceu, a nomeação do amigo por ato de sua vontade.

Em 24 de junho, sob a presidência do capitão Francisco de Paula Camargo, achava-se reunida a Câmara quando compareceu o capitão Raimundo Álvares, dizendo-se nomeado sargento-mor da vila, em cujo posto desejava ser empossado. Faltando-lhe, porém, a prova documental de sua nomeação, foi-lhe indeferida a pretensão. Só em 9 de agosto pôde ele prestar juramento e iniciar o exercício do posto, "sem nomeação da Câmara e contra a vontade dela e do povo".

Já estaria esgotada a paciência do prepotente governador; a patente se fez acompanhar de determinações sobre a posse. Mas como não se curvavam os campineiros, resolveu o general "prender na enxovia de Santos ao dr. José Barbosa da Cunha e ao juiz ordinário Francisco de Paula Camargo, e a Câmara descomposta e ultrajada na sala, em presença de muitas pessoas; e ainda não satisfeito com isto, porque continuassem as intrigas e enredos do Comandante, mandou ir preso ao capitão Felipe Neri Teixeira, ao capitão Joaquim José Teixeira e ao guarda-mor Manuel Teixeira Vilela, que também era juiz ordinário, e depois de serem descompostos e presos nove dias, foram soltos, depois de bem injuriados".

(...) O criador da Vila de São Carlos manteve a luta com a irredutível gente de Campinas durante os cinco anos do seu governo, até que o entregou, aos 10 de novembro de 1802, a Antônio José da Franca e Horta, com gáudio dos campineiros e pesar de Raimundo Álvares que, crônico candidato a capitão-mor, sentiu, então, a temporariedade do seu poderio, iniciado e terminado com o governo anterior por falta de outro esteio que o amparasse. Vindo para Campinas com o intuito único de ocupar o posto cobiçado, que não conseguiu, provocou a animosidade dos campineiros, assim como a de muitos que foram seus amigos.

(De um ofício da Câmara de Campinas a Franca e Horta):

"Tem sofrido este povo da Vila de São Carlos há mais de cinco anos um comandante que só pela obediência e subordinação de fiéis vassallos o poderão tolerar. É este, Exmo. Senhor, um Raimundo Álvares, capitão de cavalaria miliciana, natural e morador em Jundiá, a quem os seus próprios parentes o fizeram desterrar daquela Vila pela sua má conduta..." (conclui solicitando a nomeação do capitão-mor).

Na penúria do tempo para estender nossas pesquisas, não entramos em detalhes sobre as providências do novo governador; entretanto, no mesmo ano, posteriormente à carta acima referida, encontramos Felipe Néri Teixeira como "capitão-comandante da vila", posto que possivelmente tenha assumido em caráter temporário, com o que se findou a primeira oposição democrática de Campinas, persistente e consolidada na vontade popular.

Finalmente o capitão-mor! O novo governador não olvidou o pedido da Câmara de 1803; afastado do governo, por licença, de junho a outubro, depois de reassumir determinou por carta aos edis campineiros a realização das eleições para a escolha do capitão-mor, o que foi feito, com a convocação prévia, por editais, dos republicanos da vila, aos 2 de fevereiro de 1804, remetido logo no dia seguinte o seu resultado para a nomeação pelo governador.

Dias depois já estava nomeado o capitão-mor que, em 18 de mesmo mês, fez o seu preito de homenagem a Sua Alteza Real, o Príncipe Regente, e ao governador e capitão general, na cidade de São Paulo, perante as testemunhas coronel Luís Antônio de Sousa e tenente-coronel Francisco Antônio de Sousa. Aos 4 de março era ele empossado pela Câmara de Campinas, do que nos ficou o seguinte termo:

Aos quatro dias do mês de março de mil oitocentos e quatro anos nesta vila de São Carlos, comarca da cidade de São Paulo, sendo presente o Juiz Presidente e oficiais da Câmara, e sendo presente o capitão João Francisco de Andrade, o qual apresentou sua patente de capitão-mor desta vila, sendo por eleição deste Povo e oficiais deste mesmo Senado e Carta Patente pela Secretaria da Cidade de São Paulo mandado pelo Ilmo. e Excelentíssimo Senhor Antônio José da Franca e Horta, governador e capitão-general da Capitania de São Paulo e pelos oficiais desta mesma lhe foi deferido o juramento dos Santos Evangelhos em um Livro deles em que pôs sua mão direita sob o cargo do qual lhe encarregam de bem e fielmente fazer suas obrigações como na mesma carta patente determina.

(...) A posse do capitão-mor (João Francisco de Andrade) foi marco inicial de nova vida política em Campinas.

(Monografia..., pp. 197-212)

## POR QUE SÃO CARLOS?

Roberto THUT

Historiadores de fastos campineiros costumam afirmar, a propósito da elevação da freguesia de Campinas à categoria de Vila com o nome de São Carlos que tal denominação se deu em homenagem a um príncipe ou princesa da Casa Real de Portugal.

O historiador ituano F. Nardy Filho, em "O Estado de S. Paulo", de 17 de setembro de 1947, publicou algumas notas interessantes a propósito do fato, afirmando que a denominação de Vila de São Carlos se deu "em homenagem ao nascimento da Senhora Infanta D. Carlota".

Ricardo Gumbleton Daunt, na sua monografia **Os primeiros tempos de Campinas**, publicada em 1879, já dizia que a alteração se fez "em honra de um príncipe recém-nascido e que pouco viveu". Anteriormente, em trabalho semelhante, publicado em 1871, e intitulado **Campinas: notícia histórica**, F. Quirino dos Santos atribuía o fato já não mais a um natalício principesco, pois diz que "o caso foi todo em honra da Sr<sup>a</sup> D. Carlota Joaquina, esposa d'El-Rei D. João VI".

Benedito Otátio e Vicente Mellilo, no **Almanaque de Campinas** (1912), pretendem dois motivos, como causa: "essa denominação lhe proveio, talvez, do santo do dia 4 de novembro (S. Carlos Borromeu), e foi dada à vila em homenagem a uma princesa lusa recém-nascida". Vê-se que o fator "santo do dia" é duvidoso, mas o do nascimento de uma princesa, categórico.

Em **Monografia de Campinas** (1912), da autoria de "um professor campineiro", encontramos a versão de que "a denominação foi dada a uma princesa recém-nascida e por causa do santo do dia 4 de novembro (dia da provisão), S. Carlos Borromeu". Num trabalho em que não consta o nome do autor, intitulado **Resenha histórica de Campinas**, inserido no número único de **Nossa Terra - 1739-1939**, pretende-se ter sido lembrada a denominação de São Carlos em homenagem à rainha D. Carlota.

Creemos ser desnecessário prosseguir com outras citações, em que se pretende sempre ora homenagear o nascimento de uma criança real, ora o santo do dia 4 de novembro.

Analisemos a primeira versão, de homenagem à pessoa da Família Real.

A freguesia das Campinas teve o predicado de "vila" por uma provisão de 4 e portaria de 16 de novembro de 1797, do capitão-general Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, determinando nesta última que "no Real nome de Sua Majestade e por serviço da mesma Senhora", se fizesse "erigir a sua povoação em vila, cuja se denominará Vila de São Carlos". Verifica-se, principalmente, que a rainha na época era D. Maria I e não D. Carlota, mulher de D. João VI, como afirmaram mais de um dos autores citados, pois D. Carlota nasceu muito anteriormente ao fato (em 1777) e somente se tornou rainha após o falecimento de sua sogra, ocorrido em 1816. Por isso, voltamos nossa atenção para o terreno genealógico, a fim de verificar se na época teria nascido algum príncipe português que se chamou **Carlos**.

A rainha D. Maria I, nascida em 1734 e falecida em 1816, teve seis filhos, sendo o mais moço a princesa D. Isabel, que nasceu em 22 de dezembro de 1776 e teve pouco tempo de vida, pois faleceu em 14 de janeiro do ano seguinte. Aliás, o marido da rainha, rei consorte chamado D. Pedro III, faleceu em 1786, cerca de 11 anos, portanto, antes da erecção da vila de São Carlos. Por isso, o rebento real, a quem se teria prestado a homenagem, não poderia ser filho de D. Maria I. Vejamos se poderia ter sido algum dos seus netos.

Excluindo-se seu filho, D. João VI, apenas a filha D. Mariana (1752-1783) lhe deu netos, dois ao todo, mas ambos nascidos muito antes de 1797, uma vez que sua progenitora falecera em 23 de novembro de 1783. O segundo filho dessa princesa D. Mariana chamava-se realmente Carlos, mas não só nascera 19 anos antes do fato, como também era um infante de Espanha, visto seu pai ser o príncipe D. Gabriel, terceiro filho de D. Carlos III, daquele país. De qualquer maneira, portanto, o preito não poderia ser a esse neto de D. Maria I.

Quanto a D. João VI, teve nove filhos, mas nenhum com o nome de Carlos, como também nenhum de seus netos. Não seria admissível a hipótese de algum filho bastardo, por não ser conhecido tal nascimento e nem figurar nas genealogias reais, onde de registram também as bastardias. Ainda que fosse caso de uma bastardo secreto (não consignado nas

genealogias), evidentemente que não se cuidaria de homenagear um personagem cuja origem se procurava ocultar, e nem o capitão-general de São Paulo teria conhecimento de um segredo tão íntimo. Muito mais fora de cogitação seria a hipótese de um natimorto, pois não teria nome por falta de batismo que, em tais casos, não é realizável em face do direito canônico.

Pelo exposto, devemos afastar de todo a versão de homenagem a um príncipe recém-nato. Mesmo D. Carlota Joaquina, não é de acreditar tenha sido a homenageada, pois se assim fosse não se faria à vila um nome masculino, sobretudo de um santo, de maneira tão vaga, tão obscura e tão indireta.

Assinalemos finalmente que, se houvesse tido, da parte do capitão-general de São Paulo, a intenção de lisonjear a família real, tê-lo-ia feito preferindo o nome da rainha ou do príncipe-regente e, o que é importante, consignaria textualmente o fato nos documentos respectivos expedidos a 4 e a 16 de novembro de 1797. Nesses documentos e no auto de erecção da vila, não consta, todavia, qualquer referência à pretendida homenagem que, estamos certos, não passa de uma lenda ou afirmação graciosa, que nos vem sendo transmitida e endossada em trabalhos históricos.

Por isso, a segunda versão é a única aceitável, pois a realidade do ocorrido foi a de se ter dado o nome da vila em louvor do santo da data da provisão (4 de novembro), que é **São Carlos Borromeu**, arcebispo de Milão, o mais jovem sacerdote que até hoje fez parte do Sacro Colégio, pois tinha apenas 23 anos de idade quando recebeu o chapéu cardinalício<sup>1</sup>.

Em nosso passado, o costume de se dar a localidades nomes em louvor de um santo era vulgarizadíssimo, em virtude de intenso espírito de religiosidade católica de nosso povo. Aí estão, espalhados pelo Brasil, milhares de exemplos de capitais, cidades, vilas, freguesias, arraiais, distritos e até bairros e subúrbios, cuja denominação evocativa daria para formar um "flos sanctorum"! Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, ao determinar em sua provisão de 4 de novembro de 1797 que se desse à nova vila o nome de **São Carlos**, assim foi levado unicamente por espírito religioso ou devoção ao santo do dia em que assinara aquele documento; jamais por disposição bajulatória. Esta é, a nosso ver, a verdade histórica.

(**Monografia...**, pp. 189-191).

(1) Falecido a 4 de novembro de 1584, São Carlos Borromeu foi canonizado em 1610. Uma extensa biografia do patrono de nossa cidade pode ser encontrada no vol. XI da importante **Vida dos Santos**, de Alban Butler, trad. de Attilio Brunetta, pp. 41-50. Petrópolis, Vozes, 1993.

# ACLAMAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA NA VILA DE SÃO CARLOS

Benedito OTÁVIO

A 23 e 30 de setembro e 3 de outubro de 1822, a Câmara de Campinas três sessões de pequena importância, tendo, na segunda, recebido o manifesto que D. Pedro havia dirigido aos brasileiros, e na última oficiado ao vigário da paróquia, ao capitão-mor e ao capitão Domingos da Costa Machado. O assunto desses ofícios não vem exarado em ata, mas supomos tratar-se de preparativos para a grande sessão solene em que devia ser feita a aclamação do príncipe regente para Imperador do Brasil.

Refere a tradição que, não obstante o esforço e zelo da Municipalidade em acompanhar o movimento patriótico de que resultou a Independência, a notícia desta foi recebida pelo povo com certa desconfiança. Mas, afinal, raiou festivo o dia 12 de outubro, que era um sábado, e povo, clero e nobreza, revestidos de suas galas, se aprestaram para a grande sessão, descrita no livro competente da Câmara, de fls. 37 **usque** 39 **verso** e transcrita abaixo:

Aos doze dias do mês de Outubro de mil oitocentos e vinte e dois anos, nesta vila de São Carlos, em casa de morada do Juiz pela lei presidente da Câmara por não haver casa da Câmara, onde se juntaram em vereação extraordinária, onde se achava o mesmo Juiz e mais Vereadores e o Procurador do Conselho José de Souza Campos, comigo, escrivão de órfãos, no impedimento do atual Silvério Gurgel do Amaral Coutinho, esta Câmara em sessão, neste dito dia compareceram nela as diferentes corporações eclesiásticas, civis e militares e o corpo das ordenanças com seu chefe, e todos representaram unanimemente com o maior prazer, paz e patriotismo jamais visto, cujas representações foram por escrito, que queriam e pediam se aclamasse a Sua Alteza Real Imperador Constitucional do Brasil, ao que o dito Senado da Câmara gostosamente respondeu que para maior solenidade de

um ato tão importante e de tanto prazer, e geral contentamento, se dirigissem à Igreja Matriz para ali se celebrar a mesma aclamação em presença de todo o povo que para este efeito se achavam reunidos; o que sendo por todos aprovado, se dirigiram à dita Matriz onde depois de um breve discurso que fez o Presidente da mesma Câmara, celebrou-se a aclamação, dando princípio a ela o mesmo presidente que em alta voz aclamou com vivas o Senhor Dom Pedro de Alcântara primeiro Imperador Constitucional do Brasil; viva a Imperatriz do Brasil; vivam todos os que juram morrer por eles e pela Independência e Liberdade, o que foi respondido por todos os que ali estavam com o maior entusiasmo, prazer e patriotismo que apareciam em seus exteriores os vivos transportes de seus regozijos, não se podendo dar mais decisivas provas de amor, prazer e gratidão. E logo imediatamente se procedeu a prestar juramento de fidelidade à Sua Majestade Imperial e Constitucional e Assembléia Brasiliense, a cada um em suas respectivas atribuições, a defender a causa do Brasil em geral, jurando primeiramente o Juiz Presidente nas mãos do Reverendo Vigário Colado sobre um livro dos Santos Evangelhos, cujo juramento é do teor seguinte: "Juro aos Santos Evangelhos tributar à Sua Majestade Imperial e Constitucional fidelidade e obediência e prestar-me a tudo quanto for a bem da defesa do Brasil, sustentando à custa de meu sangue sua Independência". Findo o qual juramento, seguiram-se prestar o mesmo juramento Câmara, autoridades e nobreza, tropa e povo nas mãos do Juiz Presidente; do que, para constar, se lavrou a presente ata em que se assinou o mesmo Juiz Presidente e os acima nomeados. Eu, José Custódio de Oliveira, escrivão de órfãos, no impedimento do escrivão atual a escrevi e assino. (Seguem-se 92 assinaturas de pessoas gradadas, das quais a primeira era Raimundo Álvares dos Santos Prado Leme).

E como o ato já era celebrado na matriz da Vila, passou-se logo à realização dos demais atos religiosos que, naturalmente, constaram de solene **Te Deum Laudamus** e oração análoga, como se dizia nesse tempo. E assim, aos sons da música de Manoel José Gomes, às descargas do Corpo de Ordenanças à voz do capitão-mor João Francisco de Andrade, e ao rebentar as girândolas de Antônio Joaquim Ribas, o fogueteiro da vila, terminou em Campinas (São Carlos) o episódio da independência do Brasil.

(Campinas e a Independência, 55-56).

# DEPOIMENTOS DE VIAJANTES SOBRE A VILA DE SÃO CARLOS

## 1. LUIZ D'ALINCOURT (1818)

S. Carlos de Campinas é Vila ainda pequena, situada em uma alegre planície, na latitude austral de 22<sup>o</sup> 50' e longitude de 47<sup>o</sup> 20' de Greenwich, 18 léguas ao noroeste de São Paulo; o terreno que a cerca, a curta distância, é algum tanto mais elevado, representando à vista a forma circular, todo coberto de curto, e espesso arvoredo. Foi S. Carlos ao princípio uma freguesia, pertencente ao termo de Jundiá; depois, pelos poderes, que vieram ao Governo da Província, foi criada Vila, no dia 4 de novembro, e proclamada tal em 14 de dezembro de 1797, com o título de S. Carlos, em comemoração do Augusto Nome da Rainha, a Senhora D. Carlota Joaquina.

Antes de ser Vila, constava somente de nove moradas de casas, hoje chegam estas a mil, e a seis mil almas a população de toda a Freguesia (em 1818), cujo oragó é N. S. da Conceição. A Igreja, que foi erecta em Freguesia, e em que se celebrou a primeira missa, no ano de 1776, está bastante arruinada.<sup>1</sup> É vigário actual dela o Reverendo Joaquim José Gomes, que serve há 22 anos; homem muito cuidadoso em seus deveres, e dotado de alguns conhecimentos, além dos que são privativos de seu ministério: com ele contam-se dez vigários.

A Vila estende-se do Sueste quarta de Sul, ao Noroeste quarta de Norte, e, à esquerda da rua de entrada, é lindo o local para se continuar a mesma. No lugar marcado na planta com uma cruz, projeta-se edificar um novo templo. O terreno para a direita da rua do comércio, e para além da segunda rua, por detrás da Matriz, declina suavemente até ao ribeiro, que fica próximo e corta a estrada à saída da Vila, o qual se passa por uma ponte de

---

(1) A fonte de que serviu o viajante levou-o a cometer engano quanto ao ano da celebração da primeira missa, que foi 1774 e não 1776.

pranchões; e a poucos passos, subindo-se uma ladeira pouco inclinada, existe o Bairro de Santa Cruz, formado de algumas casas em torno de um largo, e uma ermida na frente.

As ruas de S. Carlos são direitas, e de boa largura, mas não guarneçadas de casas, em toda a sua extensão, por haver nelas repetidos espaços murados; principalmente nas ruas extremas à direita, e esquerda, e na segunda por detrás da Igreja. As casas são térreas, exceto uma propriedade; em geral de telha vã, e construídas de taipa. A cadeia é um pequeno edificio velho, com grades de pau, e a Casa da Câmara é pouco melhor; uma grossa estaca de madeira toscamente lavrada, com a Era, em que foi erecta a Vila, forma o Pelourinho, que está no largo da Matriz.

O açúcar faz o primeiro, e mais considerável ramo de exportação, que monta a cem mil arrobas, por ano; a aguardente o segundo; abunda em milho, feijão, arroz, capados, e outros gêneros, de que, depois de deduzido o preciso para o consumo do país, o restante que monta a quantidade não pequena, vai abastecer S. Paulo, Itu e Sorocaba. Tem muito boas frutas, como figos, uvas, limões doces, limas, pêssegos, laranjas, jaboticabas, melões, melancias, ananazes, algumas silvestres, e o terreno é apropriado para a cultura de muitas outras, se não obstasse a isso a incúria dos habitantes. A escravatura forma o principal ramo de importação, depois o sal, ferro, aço, gado, e outros gêneros em menor quantidade.

Geralmente sustenta-se o povo de feijão, toucinho, carne de porco, arroz e milho. Os preços correntes das produções do país são os seguintes: o açúcar em 1817, regulou a 1280 réis a arroba; o alqueire de feijão a 400 réis; o de milho a 160; o de arroz a 320; os capados de quatro arrobas a 3200; os lombos frescos a 160; as galinhas a 80 réis, etc.

Todo o terreno de Campinas é ótimo para a plantação da cana; de maneira que, há doze anos a esta parte, tem se conhecido um aumento considerável na exportação do açúcar. O lugar chamado Anhumas<sup>2</sup> tem a primazia entre os mais para a dita plantação; basta dizer-se que, a perto de 60 anos, que recebe a planta, sem que tenha sido preciso deixar-se o terreno em descanso, por se não conhecer menos abatimento na produção. Tal é a sua força! Tem o terreno todo de Campinas a grande vantagem de não ser minado pelas formigas, que são fatais às plantações, em outros muitos lugares da Província.

Há no termo desta Vila 60 engenhos, contando os do fabrico de aguardente; quinze dos quais são movidos por água; e outros muitos se

(2) Este sítio, que dista da Vila légua e meia, tira o nome de um ribeiro, que lhe passa junto, a que os antigos chamaram Anhumas, de umas aves deste nome que ali apareciam.

podem levantar por esta maneira cômoda. O principal senhor de engenho é o Coronel de milícias Luiz Antônio, morador em São Paulo, homem ajudado pela fortuna de um modo espantoso, e que possui uma das mais sólidas casas do Brasil; só ele, em Campinas, tem 16 engenhos, um dos quais lhe rendeu em 1817 nove contos de réis; a sua colheita anual não desce de 30 mil arrobas de açúcar, e a renda da sua casa anda em 80 mil cruzados.

Além desta, existem outras de bons fundos. A do Coronel Francisco Antônio de Sousa anda de dez a doze mil arrobas, em cinco engenhos, quatro dos quais são próprios. A do Sargento-mor Floriano de Camargo Penteado chega a oito mil arrobas em dois engenhos. A do Capitão Teodoro Ferraz Leite de três a quatro mil; e outras muitas deste lote; de maneira que se podem regular 20 engenhos a três mil arrobas cada um. O terreno é próprio, tanto para a cana miúda, como para a de Caiena; contudo, fazem mais uso desta última, que chega a dez e doze palmos de alto. Apesar do grande número de arrobas de açúcar, que se extraem de Campinas, a cultura deste fertilíssimo e delicioso país deve reputar-se nascente; ainda há léguas e léguas de terreno inteiramente coberto de mato virgem; e o mesmo se vê em muitas sesmarias, que deixam de ser cultivadas, pela falta de forças de seus donos.

São grandes as proporções que tem S. Carlos para ser uma vila opulenta; além da admirável posição, que ocupa, e da fertilidade do terreno, respira-se ali um ar puro, goza-se de um clima sadio, e de belas águas; e finalmente ainda se não tem conhecido uma só moléstia endêmica. Os Senhores de Engenho compõem a classe principal da terra; são homens assás polidos e de agradável trato; entre eles, há um notável, o Capitão-mor João Francisco de Andrade, por sua altura, e extraordinária gordura, que o priva de montar a cavalo; e outro, por nome José Rodrigues do Amaral, dotado de muitos bons princípios de Geometria, e até de alguns de Hidráulica.

(Memória..., 51-54).

## 2. SAINT-HILAIRE (1819)

Chegando a Campinas, alojei-me, à entrada da cidade, num espaçoso rancho coberto de telhas, de sólidas paredes construídas com terra socada (**taipa**). Entre Campinas e São Paulo vê-se certo número de ranchos construídos da mesma forma e que são denominados **ranchos reais**. A administração os construiu à sua custa, e, sob esse ponto de vista, é

merecedora de todos os encômios. Constituem assinalada proteção à agricultura livrar as caravanas da cupidez e incúria dos proprietários e procurar garantir contra desastrosa deterioração, aliás muito fácil, os valiosos produtos da terra. Oxalá que fosse uma constante preocupação a de favorecer assim os esforços dos agricultores e o comércio!

A cidade de Campinas deve sua origem ao fabrico do açúcar. Durante muito tempo acreditava-se que as terras pretas dos arredores de Itu eram as únicas, de toda essa parte da província, apropriadas à cultura de açúcar; entretanto, apesar desse preconceito, algumas pessoas ensaiaram, em 1770, plantar gramínea nas terras vermelho-escuras do atual termo de Campinas. Completo êxito coroou esse ensaio, e o exemplo foi logo seguido por grande número de agricultores. Sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição, foi construída uma igreja, cuja primeira missa foi rezada em 1770.<sup>3</sup> Uma aldeia se formou, recebendo o nome de **Campinas (vastos campos)**. Em pouco tempo a igreja de Nossa Senhora da Conceição tornou-se paroquial. Enfim, em 1797, o capitão-general Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça a elevou à vila e à cabeça de termo, sob o nome de **São Carlos**, desmembrando-a do termo de Jundiaí, a que pertencia. A **juízes ordinários**, eleitos pelo povo, foi confiada a administração da justiça. De 1818 a 1825, a vila de São Carlos ou Campinas teve grande desenvolvimento, e o seu progresso foi muito mais notável depois que o Brasil se tornou independente. Em 1840, o governo provincial de São Paulo deu-lhe o título de cidade - **Cidade de São Carlos**.<sup>4</sup>

Quando de minha viagem, o nome oficial não tinha ainda prevalecido, e parece que ainda hoje não é geralmente adotado, porque unicamente o de Campinas é visto nos relatórios dos presidentes da província à Assembléia Legislativa (**Relatórios** etc. 1845, 1847)<sup>5</sup>. Numa extensão de cerca de oito léguas, o termo de Campinas contava, em 1819, 6.000 habitantes, aproximadamente, e, em 1838, contavam-se 6.689, dos quais 3.917 escravos (negros e mulatos). O crescimento da população foi, guardadas as proporções, muito menor ali do que em muitas outras partes do Brasil; mas isso não é para causar admiração, pois esse termo, encerrado dentro de

(3) Com base em D'Alincourt, Saint-Hilaire incidiu no mesmo erro, situando a primeira missa em 1770, quando, na realidade ocorreu em 1774.

(4) Novamente as fontes utilizadas levaram o viajante francês a outro engano. A elevação à cidade ocorreu em 1842 e não em 1840, e, na categoria de cidade teve restabelecida a denominação **Campinas**. Não faz sentido, pois, a expressão "Cidade de São Carlos".

(5) Deve-se ter em conta que, embora visitando Campinas em 1819, o viajante francês só publicou seu relato em 1851, tendo tido, pois, oportunidade de consultar fontes posteriores à sua viagem.

limites muito acanhados, já era, relativamente, muito povoado em 1819, não permitindo, assim, importante imigração, e, no atual estado de cousas, as terras dos engenhos de açúcar não são susceptíveis de grandes divisões.

A cidade de Campinas é cercada de matas por todos os lados. As suas ruas não são muito largas e suas casas são novas (1819), unidas umas às outras, cobertas de telhas, e construídas em sua maioria com terra socada (**taipa**). Algumas delas podem ser consideradas muito bonitas. A igreja paroquial, pequena e mesquinha, eleva-se numa praça que forma um longo quadrado. Quando de minha viagem, era intensa, nessa localidade, a construção de casas, sendo por aí fácil de perceber que a mesma, um pouco tempo, adquiriria notável importância.

A maior parte dos habitantes dos arredores de Campinas era constituída por agricultores. O seu termo é, de toda a província, o que mais açúcar produz. Desde 1819, contava ele com cerca de uma centena de engenhos de açúcar compreendidos entre os mesmos as usinas de destilação de **cachaça**; e, em 1838, existiam 93 engenhos de açúcar propriamente ditos, e igual número de usinas de destilação.

Entre os **senhores de engenhos** (proprietários de engenhos), contavam-se muitos com avultada fortuna. Luiz D'Alincourt cita um, entre outros, cuja renda atingia, em 1817, a cerca de 80.000 cruzados (200.000 frs.). As propriedades (**fazendas**), consideradas, na época de minha viagem, como tendo alguma importância, possuíam, pelo menos, uns vinte escravos, e me afirmaram que, com o trabalho dos mesmos, fabricavam, facilmente, 2.000 arrobas (29.480 quilos) de açúcar. Quanto mais vermelha é a terra, mais favorável é à cultura da cana de açúcar. As plantações produzem, na região, três anos seguidos; depois de três anos, arraza-se o canavial, para novo plantio. As boas terras, depois da derrubada das matas, produziram 20 anos; no vigésimo ano, pareciam fatigadas, pelo que foram deixadas em repouso, por três anos; mas não se sabia ainda se essa segunda vez as mesmas renderiam, sem interrupção, um lapso de tempo tão considerável como o primeiro.

Tudo o que aí fica dito prova que, se o solo do termo de Campinas não é igual em fertilidade ao dos **Campos dos Goitacazes**, é, entretanto, mais fértil do que geralmente o são as regiões de Minas Gerais, em que se cultivava a cana de açúcar. Creio poder garantir a autenticidade dessas informações sobre as terras de Campinas, porque me foram fornecidas pelo **capitão-mor** dessa localidade e por um sacerdote, não desprovido de instrução.

Alguns proprietários do termo de Campinas possuem tropas, de que se servem para expedir o açúcar que produzem, até o porto de Santos; outros recorrem a arrieiros, que se encarregam do transporte, à razão de \$ 340 a \$ 400 (2 frs. a 2 frs, 50 cents) a arroba (14 quilos, 74). As caravanas levam doze dias nessa viagem. Cada muar carrega oito arrobas, divididas em dois sacos, cada um deles encerrado num grande cesto de bambu (**taquara**) denominado **jacá**. Os jacás são achatados e pouco mais ou menos quadrados, muito semelhantes aos que servem para o transporte de queijos, de Minas Gerais à capital do Brasil.

Na tarde do dia em que cheguei a Campinas, fui visitar o capitão-mor, que me recebeu com muita gentileza, convidando-me a almoçar em sua companhia no dia seguinte. Logo que cheguei à sua residência, fui convidado a tomar, à guiza de chá, uma decocção de **mate** ou **erva do Paraguai**. Como se verá a seguir, essa bebida acabou por me parecer deliciosa; mas, nessa primeira vez, achei-a pouco agradável, seja porque a **erva**, como se diz no Brasil, não fosse de boa qualidade, seja porque eu tivesse necessidade de ao uso da mesma me acostumar.

A sala de recepção e a sala de jantar da residência do capitão-mor, únicos apartamentos que me foram mostrados, tinham as paredes pintadas imitando mármore até a altura do peitoril das janelas; daí, para cima, até o teto, eram pintadas de branco, com uma barra imitando um cordão de flores. Na época, esse sistema de decoração, que não era de todo deselegante, parecia ser muito usado nas casas dos brasileiros ricos. O dia seguinte ao de minha chegada a Campinas caíu num domingo. Vi passar diante do **rancho** em que me alojei um grande número de agricultores, homens e mulheres, os quais, a cavalo, vinham à missa. A localidade encheu-se, assim, de gente.

Aí, como em todo o interior do Brasil, as mulheres montam a cavalo na mesma posição que os homens; quando cavalgam, usam um chapéu de feltro e vestem uma espécie de **amazona** feita, comumente, de pano azul. Desde Mogi, nem um só homem encontrei, mormente quando a cavalo, que não tivesse seu **poncho**. Durante a missa, as mulheres de Campinas mantinham, como as da costa, o corpo e a cabeça envolvidos numa longa mantilha de tecido preto.

(Viagem..., 147-151).

## DANIEL P. KIDDER (1839)

Por volta de uma hora da tarde chegamos à vila de São Carlos, onde fomos cordialmente recebidos e hospedados por um cavalheiro ao qual levámos cartas de apresentação. A povoação está situada no início de uma vasta série de planícies que se projetam para o interior. O caminho pelo qual viemos do litoral só dava passagem para animais, mas, a partir desse lugar, podia-se viajar em carruagem por cerca de 300 milhas.

Pela sua posição, o lugar tornou-se o ponto de encontro das tropas que levam açúcar para o litoral e de lá trazem sal e outros artigos. Aí viam-se diariamente animais carregando e descarregando. À medida que esvaziavam os jacás onde transportavam os sacos de sal, eram postos de lado como imprestáveis. Sobre eles caíam então os garotos em animada disputa a fim de empilhá-los, e, à noite, ver qual deles fazia a fogueira mais alta. Essa competição não constituía o único divertimento em São Carlos.

O Largo, ou a praça principal da cidade servia de campo de exercício militar. A segurança de todo o país havia sido recentemente ameaçada pelas desordens ocorridas em Vila Franca.<sup>6</sup> Tinha-se, portanto, tornado necessário preparar novos defensores da ordem para futuras eventualidades. O destacamento da localidade era constituído por cerca de vinte homens e meninos, alguns de botas altas e roupa de algodão, outros vestidos com mais simplicidade, em resumo, dificilmente havia dois fardados e equipados da mesma maneira. Quando formavam para a instrução que lhes era diariamente ministrada por algum subalerno do exército, sua aparência bastava para evidenciar sua fraqueza. Seriam muito mais poderosos se montados à maneira do país, armados de pistolas e facas de ponta, pendentes da cinta, para trás, e, portanto, em muito melhores condições de sufocar qualquer movimento, que presos às regras da disciplina.

Conquanto aparentasse mais vida e energia em vários setores comerciais que diversas outras cidades do mesmo porte, ainda assim reclamam que São Carlos passa, de vez em quando, por períodos bem difíceis. Certo comerciante septuagenário com quem tivemos ocasião de conversar, lamentou seriamente a instituição do sistema de crédito por meio do qual pessoas sem capital podiam estragar o negócio dos que dispunham de recursos próprios. Suspirou pelos áureos tempos de D. João VI, quando

---

(6) Refere-se o autor ao episódio conhecido na história de Franca pelo nome de **Anselmada** e ocorrido pouco antes, e que resultou numa série de desordens que perturbaram muito a vida da comunidade. Episódio típico de política local.

circulavam livremente barras de ouro tão grandes, que com elas se podiam quebrar nozes! Mas agora, nem prata se via; nada mais a não ser notas depreciadas e patações de cobre.

A nosso ver o lugar foi inutilmente sacrificado com a substituição de seu bonito e adequado nome de Campinas. Conquanto apreciemos a denominação de São Carlos, tanto quanto o nome de qualquer outro santo, não podemos nos conformar com o sistema de denominar os lugares, imposto aos brasileiros pelo clericalismo, a despeito de seu bom gosto e melhor critério.

**(Reminiscências..., I: 217-219).**

## A GEOGRAFIA DE MEU BAIRRO

Benedito Barbosa PUPO

Ao voltar os olhos da imaginação para os meus primeiros anos de vida, o que surge na minha mente é o grande pátio do Leprosário administrado por meu avô, nas proximidades do Piçarrão, com a casa onde nasci, a igreja de São Lázaro e os prédios destinados aos doentes. O bairro da **Vila Industrial**, em que morei a maior parte de minha infância, vêm-me à memória, mais nitidamente. Até aonde a memória me leva, reconstituo em meu espírito a Vila Industrial, o "Bairro dos Bucheiros", como era chamada, em que vivi, surgindo diante de mim aquela "vila" de ruas compridas, Dr. Sales Oliveira e Francisco Teodoro, ligadas por pequenas ruas que iam da cerca de arame da Paulista, nesta última, até a primeira, que era a grande artéria do bairro, além da Avenida João Jorge, via de acesso à cidade. Tenho a impressão que havia duas "Vilas", a nossa, que ia mais ou menos até a rua Coronel Antônio Manuel, e a outra, dali em diante, cuja ligação com a cidade era feita pela rua Pereira Lima. Havia uma certa rivalidade entre as duas "nações", acentuando-se essa rivalidade por ocasião das disputas futebolísticas entre o "Ipiranga F. C." e o "Vila Industrial F. C.", o primeiro do lado de cá e o segundo do lado de lá... Uma terceira ligação com a cidade, era a que se fazia, transpondo o leito da "Paulista", junto à máquina Piconi, onde hoje há um pequeno túnel. O túnel ligando a rua Coronel Antônio Manuel à rua Lidgerwood, ainda não existia.

A Avenida João Jorge ia da Porteira do Capivara até a venda do "seu" Bernardo, situada no local em que se acha hoje a Agro Cam, proximidades do quartel do 8º BPM. Dali, ela prosseguia na forma de estrada, que se bifurcava, indo um ramo, o da direita, para o Piçarrão, e o outro, o principal, para Itu. O local onde agora se implantou o Parque Itália e o Hotel Vila Rica era conhecido como o "Pasto da Viúva". Essa designação provinha do fato de o terreno pertencer à viúva Mota, D<sup>a</sup> Ernestina. À esquerda da estrada, havia o campo de futebol do Ipiranga, bem junto ao Hospital de

Variolosos, que ficava dentro de um quadrilátero cercado por bambus, de grosso calibre, formando uma cerca impenetrável. A Vila de São Vicente de Paulo era constituída do grupo de casinhas, numa das quais, para o lado da rua Maria Soares funcionava a capela, que também era utilizada para as aulas de D<sup>a</sup> Henriqueta de Carvalho, minha primeira professora. Só alguns anos mais tarde, as portas dessas casinhas, que davam para a rua, foram transformadas em janelas, e o cerco do terreno em cujo centro se construiu a atual capela e a casa das irmãs de caridade, foi completado, para que o acesso às habitações fosse feito unicamente pelo portão da rua Dr. Sales Oliveira.

A rua Francisco Teodoro prolongava-se ainda além da rua Coronel Antônio Manuel, tendo casas só de um lado. Deste ponto em diante, entretanto, não havia mais casas. Do lado esquerdo de quem ia da Avenida para o pátio das oficinas da Mogiana, onde terminava, encontrava-se a Fundação dessa ferrovia e do outro o pátio ferroviário da estação de Campinas. Depois de transposta a Fundação, a rua Francisco Teodoro tinha trilhos, de um lado e do outro. Posteriormente, ela própria foi transformada, com a construção do túnel, em leito ferroviário para manobras. Naquele tempo não havia ainda o muro, mas sim uma cerca de arame, o que permitia uma visão ampla do pátio da estrada de ferro. Dessa cerca, à distância, assisti a parte dos funerais de Francisco Glicério.

A Dr. Sales Oliveira, desde a Avenida João Jorge até a rua Pereira Lima, tinha trilhos da "Tração", por onde circulavam dois bondes, um em cada sentido, de 20 em 20 minutos cada um. Isso depois de um período em que o bonde chegava apenas até próximo ao Jardim Correia de Lemos e retornava para a cidade. Nele se localizava o "Depósito", como era conhecido, mas que não era propriamente um depósito, mas apenas o ponto de estacionamento do "bondinho", tracionado por muareş na vinda do Matadouro, mas que descia por gravidade, vazio. O "bondinho" chegava à tarde trazendo o resultado da matança do dia, que, imediatamente, era passado para o carroção fechado, puxado a burros, também, distribuidor da carne aos açougues. Nesses caminhões lia-se "Carne Verde", o que me deixava encabulado, porque eu não podia atinar a razão de a carne, sendo vermelha, pudesse ser chamada de "verde"...

Em frente ao jardim havia a entrada para o Curtume Campineiro e logo adiante a casa da família Rafael Pisani, que tinha ao lado uma extensa faixa de terreno ocupada por um grande parreiral (grande, dentro da conceituação urbana). Logo a seguir, após o prolongamento da rua Prudente de Moraes, que era a estrada para o Matadouro para o Hospital de Morféticos,

ficava a chácara Patton. Cerca de cem metros além, terminava a nossa "Vila", pois depois da rua Coronel Antônio Manuel, a "nação" era outra, a dos "Bucheiros" propriamente dita, porque o termo era aplicado a nós por extensão... À esquerda, descendo-se uma ladeira ia-se ter ao local onde um cidadão de sobrenome Discola manipulava vísceras, rabadas, mocotós, línguas, etc... para fornecimento à população, fazendo a distribuição desses artigos em carrinhos, puxados por um muar, cuja presença na rua era anunciada por um toque prolongado de buzina, feita de chifre, daquelas que os vaqueiros chamam de "berrante".

Do Jardim Correia de Lemos, já mencionei alguma coisa. Esqueci-me, porém, de referir-me ao grande tanque circular que havia no seu centro, no qual a molecada tomava banho, quando o "Manelis" lá não estava. O "Manelis" era o português que tomava conta do jardim, era o jardineiro. Não sei se o seu nome verdadeiro era "Manelis", porque naquele tempo, para a turma da rua, todo português que usasse tamancos, jaleco de veludo e falasse "à moda do Reino", tinha que se chamar "Manélis"...

Em 1919, algumas escavações foram feitas pela empresa de Águas e Esgotos, para colocação de encanamentos. Vi retirarem da terra na rua São Carlos, ossadas humanas. Ali, antes da abertura do Cemitério do Fundão (atual "da Saudade") servira para sepultamentos, também. Quando passo pela praça Correia de Lemos, lembro-me dos companheiros com quem me reunia nela. Do pessoal que nela morava. Uma coisa não posso compreender: por que a praça não ocupa a quadra toda, indo até a Francisco Teodoro?

Na rua São Carlos, onde residi antes de mudar-me para a Avenida e posteriormente para a Dr. Sales Oliveira, bem na praça, morava a menina que, no futuro, seria uma grande pianista: Estelinha Epstein. Foi em 1919, creio, que conheci o futuro pintor Salvador Caruso e o futuro comerciante Argemiro Andreolli. Conheci também o homem de letras que foi Vitor Caruso e o editor de um semanário, Florêncio Caruso, que residia no sobrado da esquina de São Carlos com a Dr. Sales Oliveira. O semanário era o órgão dos ferroviários da Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Foi nas oficinas desse semanário instaladas no andar térreo do sobrado que o Salvador e o Argemiro compuseram e imprimiram um jornalzinho infantil chamado "A Gazetinha", que só circulou uma vez... Eu colaborei com eles nesse jornalzinho...

Lembro-me de alguns nomes, que alguns anos mais tarde estiveram em evidência no Brasil. Um deles foi o Hugo Borghi, que fez carreira política. Outro, o Benedito Moreira Lopes, o "Toio", grande

automobilista, várias vezes campeão, sem contar Estelinha e Salvador Caruso, já mencionados. O Mário Monteiro, maestro e compositor, também, ao que parece, era da Vila. Ia-me esquecendo de mencionar um edifício importante: o da "Imigração, como era conhecido. Quando o conheci, pertencia à "Mogiana", em cujos terrenos se localizava. Nele morava o "seu" Lulu Monteiro com a família. "Seu" Lulu era chefe de um dos setores das oficinas da "Mogiana". Creio que foi ali que nasceu o maestro Mário Monteiro.

Se estivesse fazendo um trabalho sistemático de Geografia, de acordo com a sua metodologia, eu deveria ter apresentado uma descrição dos aspectos físicos da Vila Industrial, a morfologia do sítio por ela ocupado. Como, entretanto, não tenho tal preocupação, tratei primeiramente da paisagem humanizada, isto é, daquela parte em que a natureza foi trabalhada pelo homem, modificada nos seus aspectos naturais. A parte da Vila, que conheci já urbanizada, compreendia uma faixa comprida, que se estendia ao lado da via férrea da "Paulista", cortada pela Avenida João Jorge, já descrita. O terreno nesta parte é plano. Ao lado desta faixa urbanizada, estendia-se outra, ainda com muitos claros, ainda não ocupada pelo homem, na sua totalidade. Era uma faixa acidentada, cheia de depressões, as nossas conhecidas barrocas, onde íamos caçar lagartos, na qual se localizavam os curtumes: Campineiro, na nossa zona, e Cantusio e Firmino Costa, na outra. Hoje essa faixa está quase totalmente povoada, nela se achando a Igreja de São José, matriz da paróquia da Vila Industrial, sob os cuidados de uma congregação de sacerdotes holandeses.

Eis aí, em rápidas linhas, uma visão em "vão de pássaro", a Vila Industrial que conheci no meu tempo de criança. Terei feito um retrato do meu bairro com exatidão? Não sei. Recorrendo à memória, procurei recompor a Vila de outros tempos, com os aspectos que consegui recordar. É possível que não seja, para os amigos da objetividade, um retrato fiel, científico, mas essa é a maneira pela qual eu vejo a "Vila" dos idos tempos de 1910 a 1920, uma vila pacata, sem o tumulto e a trepidação de hoje.

(Oito bananas...: 37-40)

## OS BONDES: UMA ETAPA DE MODERNIDADE EM CAMPINAS

Maria Lúcia de Souza Rangel RICCI

Escrever sobre Campinas é descobrir, continuamente, a riqueza de sua história e o significado de a revisitarmos. Daí nos preocupamos, se bem que num *vôo de pássaro*, em observar como era a cidade a partir do surgimento de seus bondes, um dos marcos de seu modernismo.

Ao falarmos em modernidade<sup>1</sup>, referimo-nos ao surto que atingiu a cidade, marcado por contrastes e contradições, um vez que a visão de mundo e os padrões de comportamento que passaram a influir em sua aristocracia e na posterior burguesia, exigiram-lhe um dado rompimento com *determinado* passado que, a partir da década de 1870, tornaram possível o novo ritmo de vida então a ela incorporado, decorrente, basicamente, das inovações técnico-científicas daquele momento, se bem que tal modernidade tivesse exigido o controle sócio-econômico-político-cultural de seu espaço urbano.

Em verdade, tudo fora estabelecido pelas próprias limitações dos moradores e da cidade, que ainda vivia repleta de buracos em suas poucas ruas, com falta de saneamento básico, apresentando as melhores habitações circunscritas ao seu centro e com precários meios de comunicação e transportes, além de já, conviver com a mão-de-obra livre ao lado da escrava.

O advento da estrada de ferro - 1872 - ao lado do surgimento da indústria na cidade (à princípio, manufaturas e fábricas ligadas à agricultura, chapéus, velas de cera e olaria), proporcionou marcante alteração na paisagem urbana, o que veio propiciar à pacata Campinas, possibilidade de erigir novos edifícios e equipamentos, alterando o desenho da cidade, acelerando

---

(1) Utilizamos a expressão *modernidade* entendendo-a como capaz de abrigar diferenças e especificidades, fruto da criação burguesa-cultural, advinda com a Revolução Industrial. Nesse sentido, o moderno identifica-se com o presente, que é bom, enquanto que o passado, seria ruim. Sobre o assunto consultar, LE GOFF, Jacques, *História e Memória*. Campinas, UNICAMP, 1990, p. 165 e segs.

não apenas a dilatação de seu perímetro urbano, mas também, a criação de vários bairros.

Seu comércio era bastante desenvolvido e crescia a atividade bancária. Nos primeiros anos da década dos 70, os mais abonados da cidade já começavam a colocar na fachada, de suas casas lampiões a querosene, o que levou a Câmara Municipal de Campinas a sentir a importância de abrir concorrência para a exploração desse tipo de sistema de iluminação pública.

Em junho de 1872, foi assinada a concessão desse serviço, ficando a cargo de uma companhia que contou também com a participação do capital de algumas famílias abastadas da cidade - era a Companhia Campineira de Iluminação a Gás - de início, com um capital de 40 contos de réis, dividido em 2.000 ações de 200 mil réis cada<sup>2</sup>. A inauguração das iluminação a gás ocorreu a 29 de julho de 1875, em meio a grande festividade.

O caminhar da modernidade, possibilitando à cidade outros tipos de melhoramentos (água encanada, luz e bonde elétrico, entre outros), atingiu tanto os homens livres quanto os escravos, o que fez com que o poder público e o capital agrícola e comercial se articulassem a fim de obter cada vez mais resultados positivos aos seus usuários, além do controle dessa nova realidade.

Constatamos que o poder público teve sérias dificuldades para corresponder aos serviços de sua alçada, apesar da arrecadação municipal proveniente de subvenções e dos impostos, taxas e emolumentos cobrados de atividades existentes nos estabelecimentos comerciais, além da prestação de serviços, dos aluguéis dos prédios da Câmara e da atividade criatória, dos impostos sobre aferição de pesos e medidas, taxas de água e esgotos e das sepulturas<sup>3</sup>, bem assim das multas judiciais<sup>4</sup>. Mas, com tudo isso, a Câmara era pobre em recursos, apesar de possuir um orçamento bastante alto para a época.

Entre os anos 1870-80, prosseguiu a expansão cafeeira - e com sucesso. Os sobradões já eram uma realidade na cidade, foi fundado o Clube da Lavoura (1876) para defender os interesses da lavoura e do comércio campineiro, multiplicaram-se oficinas e fábricas para atender não apenas o

(2) CPFL. *Energia e Desenvolvimento. 70 anos da Companhia Paulista de Força e Luz*. Campinas, 1982, p. 56.

(3) Sobre o assunto ver: TELLES, João Carlos da Silva. *Repertório das Leis Promulgadas pela Assembleia Legislativa da Província de S. Paulo desde 1835 até 1875*. São Paulo, Typ. do Correio Paulistano, 1877, p. 282-83, Resolução nº 123.

(4) CAMPINAS, CAMARA MUNICIPAL. Arquivo, *Livro de Correspondências, Posturas e Editais: 1856 a 1872*, p. 46.

comércio local, mas já ao regional, utilizando-se também o capital financeiro, proveniente de imigrantes, que então investiam em pequenas empresas. Enfim, como tempo depois se expressara o jornalista Henrique de Barcellos, fora "exatamente depois de 1872 que se acentuou o progressivo caminhar desta cidade".

Não houve exagero em sua afirmativa, pois, em 1873, Campinas já possuía veículos de aluguel, puxados por animais, como transporte público coletivo e, em 1878, foi fundada a Companhia Carris de Ferro, com capital inicial de 10 contos de réis, dividido em 500 ações distribuídas por 98 acionistas fundadores.

A 25 de setembro de 1879, ocorreu a inauguração da primeira linha de bondes puxados a burros, por essa Companhia, contando com quatro veículos: A, B, C, D. A concessão para explorar tal serviço era por cinquenta anos<sup>5</sup>.

A linha A fazia o trajeto da Estação da Companhia Paulista de Estradas de Ferro ao Centro da cidade; a B, do Centro ao Jardim Público; a C, do Centro ao Bairro do Guanabara (via Gasômetro), e a D, até o alto da Ponte Preta (via rua José Paulino).

Depois, foi criada uma linha intermediária - E - da rua Aquidabã ao Frontão<sup>6</sup>.

Notamos que o ponto de referência era a Estação para a indicação das direções e ruas da cidade<sup>7</sup>, e que o transporte, passando pelo centro, tinha a incumbência de levar e ou/trazer passageiros e cargas, atender a cortejos fúnebres, bem assim levar a carne do Matadouro para os açougues de Campinas.

Apesar do *bonde de burro* (como ficou conhecido) representar um avanço para a cidade, significou, ao mesmo tempo, um sério problema, já que deixava muito a desejar, não apenas por não cumprir horários, como também pelos frequentes descarrilamentos.

(5) *Aurora Campineira*. Campinas, fev., 5, 1860, traz informações outras sobre o assunto.

(6) *Correio Popular*. Campinas, jun., 23, 1941.

(7) Foi a 19 de maio de 1873 que a Câmara de Campinas propôs em suas Posturas Municipais, certa disciplina ao trânsito a partir da Estação. Em seu Art. 1º, lê-se: *Todas as séges, carros omnibus, gôndolas, carroças e outros veículos de condução que tiverem de subir com direção à Estação de Estrada de Ferro da Companhia Paulista, demandarão a rua de São José, a partir do Largo da Matriz Nova, bem como descerão pela rua da Constituição, até o mesmo Largo. Os infratores pagarão a multa de 4\$000.*

É simples entender o porquê das preocupações do poder municipal nessa esfera que de perto tocava o espaço urbano, pois, a cidade se expandia, as distâncias aumentavam, a sujeira deixada pelos animais era enorme, o que perturbava os transeuntes, além do mau odor exalado... Além disso, novas normas capitalistas eram impostas à sua população, exigindo, conseqüentemente, não só a racionalização daquele espaço, como também o repensar da convivência simultânea com a escravidão e o trabalho livre.

Mas, o *bondinho* da Companhia Carris de Ferro não conseguiu sobreviver sequer ao vencimento do prazo de sua concessão, sendo ela extinta em 1912 e, logo a 24 de junho desse mesmo ano, ocorreu a inauguração do *bonde elétrico* em Campinas.

Os carros da Companhia Campineira Tração, Luz e Força, ou simplesmente Campineira, ou ainda Tração, como popularmente era chamada, ocuparam, pois, o lugar dos *bondinhos* que, pouco a pouco, foram recolhidos ao depósito existente próximo ao Gasômetro (hoje Almozarife, Casa da Força e Luz e Museu Histórico da CPFL), situado à Av. D<sup>a</sup> Libânia.

Fora, portanto, o ano de 1912, decisivo para a história dos transportes coletivos urbanos em Campinas, com a organização da Companhia Campineira de Tração, Luz e Força, que encampou as Companhias de Carris e Gás.

A 24 de junho de 1912 foi então inaugurada a primeira linha desse novo tipo de transporte, com um percurso inicialmente curto: partia de sua estação situada à rua General Osório, dirigindo-se para a rua Augusto César (no Jardim Público Municipal). Todavia, logo outras linhas vieram juntar-se a essa, estendendo-se a todos os bairros da cidade, o que marcou, definitivamente, o fim dos antigos bondes puxados por burros.

Os bondes elétricos procuraram atender às necessidades da população campineira, e, por isso mesmo, percorriam seus principais bairros e ruas, a partir de 1913, quando foram instaladas as linhas Botafogo e Cambuí; em 1916 e 1917, foram inauguradas as linhas da Ponte Preta e Bonfim; 1935, fora a vez da linha Proença e daí, até 1940, aos demais, quando então já encontramos doze linhas de bonde, trafegando com vinte carros, com velocidade média de 12,40 quilômetros por hora e percorrendo uma média mensal do 136.797.686 quilômetros.

Dado o crescimento da cidade, mais uma linha foi acrescida àquelas já existentes - a de prefixo treze - já nos primórdios dos anos 50.

O itinerário dos bondes<sup>8</sup> sem mencionar as ruas que atravessavam - praticamente não sofreu mudança ao longo dos anos que existiram na cidade. Aliás, quando houve uma tentativa de alterar o percurso da linhas de prefixo 3 e 4 (Guanabara e Taquaral), os moradores desses bairros, insatisfeitos com a mudança, encaminharam um memorial ao chefe do executivo campineiro, para que intercedesse junto à Tração, a fim de que fosse restabelecido o antigo percurso, ou seja, *que o bonde 3 faça ponto terminal na Praça Bento Quirino e o 4 termine seu percurso no Largo do Rosário*<sup>9</sup>.

Assim, para o bairro da *Vila Industrial*, dois carros realizavam o serviço de transportes: a *Linha nº 1*, tendo como ponto de partida a rua Francisco Glicério, em frente aos Correios e Telégrafos, seguindo pelas ruas Conceição, Barão de Jaguará, Moraes Sales, Viaduto da Paulista, Av. João Jorge, ruas Sales de Oliveira, Pereira Lima, Jôquei Clube, Dr. Mascarenhas, Av. Andrade Neves, Rua 13 de Maio e, por esta, até o ponto de onde partia. A *Linha nº 2*, partia da Praça José Bonifácio (Largo da Catedral), seguia pela Av. Francisco Glicério, Rua General Osório, Av. Andrade Neves, Ruas Dr. Mascarenhas, Pereira Lima, Sales de Oliveira, Av. João Jorge, Viaduto da Paulista, Rua Moraes Sales, Av. Francisco Glicério e, por esta, até a Praça de partida.

A *Linha nº 3 - Guanabara* - partia da Praça José Bonifácio (Largo da Catedral), seguia pela Av. Francisco Glicério, Ruas General Osório, José Paulino, Barão Geraldo de Resende, Av. Barão de Itapura, até o Liceu N. S. Auxiliadora, de onde voltava pelo mesmo percurso até a Rua José Paulino, entrando pela Rua 13 de Maio em direção ao seu ponto inicial.

A *Linha nº 4 - Taquaral* - partia da Praça Bento Quirino, atingindo as Ruas Sacramento, Marechal Deodoro, Dr. Quirino, Major Solon, Paula Bueno até a Amador Bueno, de onde retornava pelo mesmo percurso.

A *Linha nº 5 - Estação* - circular, saía da Praça José Bonifácio (Largo da Catedral), seguindo pela Av. Francisco Glicério, Rua General Osório, Av. Andrade Neves, Praça Floriano Peixoto (Largo da Estação, Rua 13 de Maio até o ponto inicial.

(8) Valemo-nos para a reconstrução do percurso e história dos bondes elétricos em Campinas, dos depoimentos prestados pelos historiadores Odilon Nogueira de Matos, Lycurgo de Castro Santos Filho, além de *Anotações Esparças* deixadas por meus pais - José Bueno Rangel e Olga de Camargo Souza Rangel. De igual maneira recorremos aos vários *Guias de Campinas*, referentes aos períodos de 1945/68, especialmente aos: *Guia Princesa D'Oeste*. Campinas, Empresa Jornalística A Tribuna Ltda, 1950; *Indicador Portátil. Guia de Campinas*. Campinas, s/e, 1956 e *Guia Banyan de Campinas*. Campinas. 1959/1968.

(9) *Correio Popular*. Campinas, jan., 20, 1947.

Os bondes que faziam o percurso para o bairro do Cambuí, possuíam, como a Vila Industrial, dois carros. A *Linha nº 6* (Vila Almeida - circular) - saía da Rua Dr. Quirino, descia a rua Thomas Alves, prosseguia pela Av. Anchieta, rua General Osório, Av. Júlio Mesquita, ruas Olavo Bilac, Santos Dumont, Cel. Quirino, Conceição, Av. Júlio Mesquita, ruas General Osório e, pela Dr. Quirino, atingia o ponto inicial.

Quanto a *Linha nº 7*, também circular, como o outro, partia da Rua Dr. Quirino descia a Thomaz Alves, caminhava pela Av. Anchieta, rua General Osório, sendo o restante do percurso similar ao anterior.

A *Linha nº 8 - Bonfim* - partia da Praça José Bonifácio, seguindo pela Av. Francisco Glicério, rua General Osório, Av. Andrade Neves, Rua Dr. Mascarenhas, Av. Governador Pedro de Toledo e Praça Izidoro Dias Lopes, rua Erasmo Braga, de onde voltava pelo mesmo percurso até a Av. Andrade Neves, passando pela Praça Floriano Peixoto (Largo da Estação), descendo, depois, a rua Treze de Maio até à Praça de partida.

Quanto a *Linha nº 9 - Botafogo* - era, sem dúvida, a mais alegre por transportar grande número de adolescentes que se dirigia ao tradicional Colégio Culto à Ciência. Além de sempre festivo e risonho, muito trabalho acarretava ao seu cobrador, pois, tanto os meninos, quanto as meninas, além da gritaria, e do gargalhar, procuravam sempre, contrariar as normas estabelecidas e se aboletavam pelos estribos do bonde, a fim de demonstrar sua valentia e o descumprimento às leis... O trajeto era: Praça José Bonifácio, seguindo pela Av. Francisco Glicério, ruas General Osório, Saldanha Marinho, Hércules Florence, Culto à Ciência, Barão de Itapura, Av. Andrade Neves, Praça Floriano Peixoto (Largo da Estação), rua 13 de Maio, até o ponto inicial.

A *Linha nº 10 - Castelo* - o ponto de partida era na Praça Bento Quirino, seguindo pelas ruas Sacramento, Marechal Deodoro, Dr. Quirino, Av. D<sup>a</sup> Libânia, Av. Brasil, ruas Joana de Gusmão, Barros Monteiro, Pereira Tangerino, onde estava, o final da linha. A volta era pelo mesmo itinerário.

A *Linha nº 11 - Avenida Saudade - Ponte Preta - Fundão* - saía da Av. Francisco Glicério, defronte aos Correios e Telégrafos, indo pelas ruas Conceição, Barão de Jaguará, Abolição, Álvaro Ribeiro, Av. Saudade até o portão do cemitério, de onde voltava pelo mesmo trajeto até o cruzamento das ruas Barão de Jaguará e Moraes Sales, prosseguindo por ela até a Francisco Glicério, e por esta, até o ponto inicial.

A *Linha nº 12 - Bosque* - partia da Av. Francisco Glicério, em frente aos Correios, seguindo pelas ruas Conceição, Barão de Jaguará, Moraes Sales,

Antônio Cesarino, Duque de Caxias, Padre Vieira, Proença (final da linha), de onde voltava pelo mesmo percurso até as rua Moraes Sales, quando entrava pela Francisco Glicério até o ponto inicial.

A *Linha nº 13 - Praça Municipios de São Paulo ou Praça Municipios* - partia da rua Dr. Quirino com Thomaz Alves, seguindo pela rua Major Solon, Av. Orozimbo Maia, ruas dos Alecrins, Antônio Lapa, Capitão Francisco Paula, Querubin Uriel, até a Vila Estanislau, seu ponto final. Voltava pelo mesmo itinerário.

Todavia, Campinas crescia, crescia... E, em nome desse crescimento acelerado, *24 de maio de 1968*, marcou o último circular do bonde elétrico na cidade. Os trilhos dos bondes foram retirados e o transporte coletivo totalmente substituído pelos ônibus que, pouco a pouco, juntamente com os bondes, já transitavam por suas ruas e avenidas. Os elétricos já não mais satisfiziam as necessidades locais de transporte, mesmo porque havia deficiência no número de carros utilizados e na quantidade de linhas, sem se falar na morosidade com que cobriam as distâncias que, cada vez mais, se tornavam longas.

Pelo que analisamos, a média diária de passageiros transportados em bondes foi, no ano de 1947, de 57.000, tendo crescido nos anos de 1948 e 49, para 66.000. No entanto, nos anos 50, apresentou sensível retrocesso, caindo para 61.000 passageiros e, em 1951, recuou mais ainda - 57.000.

Sem dúvida que, ao adentrarem<sup>10</sup> os ônibus para realizar o transporte de passageiros, os bondes não puderam lhes fazer concorrência e seu fim estava determinado, aliás, como aconteceu às demais cidades que, como Campinas, utilizaram-se por bons anos desse tipo de veículo - caso, entre outras, das cidades de São Paulo, Santos, Sorocaba, Guaratinguetá e Piracicaba.

Convém lembrar que, entre os anos de 1930 até final dos 50, fora a época de consolidação da sociedade urbano-industrial em todo Estado de São Paulo, com ampliação da divisão social do trabalho, crescimento das cidades, embora certos setores tradicionais ainda predominassem nelas, principalmente os que se referem ao consumo de massas, praticamente inexistente.

Finalmente queremos mencionar, ainda com base nos depoimentos coletados que, *passar de bonde* foi, por bom tempo, uma das grandes diversões dos campineiros, principalmente aos domingos, pela

(10) GUIMARÃES, Alôr Malta. *Campinas - Dados Históricos e Estatísticos*. Campinas, Livr. Brasil, 1953, p. 104.

novidade que representava. Seus ocupantes trajavam-se com esmero: os homens, com terno e gravata e as mulheres, notoriamente as abonadas, com vestes luxuosas e luvas de crochê, esmeradamente confeccionadas, tudo harmoniosa e perfeitamente combinados, deixando no ar o odor de delicados perfumes, a adocicar mais o trajeto... Interessante observar é que ricos e pobres confundiam-se nesses passeios, lado a lado, divertindo-se...

Mas, havia também o percurso pouco escolhido para os passeios domingueiros: o bonde 3, destino Taquaral, pois, ao chegar ao seu ponto final - no Liceu - descendo a rua, ainda sem asfalto, encontravam-se as casas das chamadas *mulheres* de vida fácil, com suas luzes roxas e vermelhas acesas às portas... local esse onde a presença das famílias não era permitida. E, com isso, a Lagoa, praticamente, não era visitada.

O bonde 12, que se dirigia ao Bosque dos Jequitibás, era também muito freqüentado nos dias de folga, por ser local aprazível da cidade, ponto ideal para realização de convescotes. Principalmente as famílias de classes média e pobre eram freqüentadoras assíduas daquele recanto, o mesmo não ocorrendo com as abonadas, sobretudo após a década dos 40, uma vez que se dirigiam amiudamente as suas fazendas e clubes. É o evidenciar já da diferenciação sócio-econômico-cultural na cidade, que assumia, de fato, sua fase moderna.

Ao adentrar os anos 1955/60 um surto inovador atinge Campinas, notoriamente voltado para os setores de bens de produção e duráveis de consumo, o que ocasionou complexidade maior à sociedade, ao mesmo tempo que se acentuavam as desigualdades sociais.

O crescente desenvolvimento da cidade com base industrial interiorizada, a partir dos anos 1970, o crescimento do transporte rodoviário, do setor financeiro e do comércio externo, transformaram-na radicalmente, reforçando e propiciando o aumento das empresas de serviços, de sua população (a partir da segunda metade da década dos 70), da oferta de serviços urbanos (sobretudo na periferia), acelerando mais o papel urbano de Campinas que, de pólo regional passou para o de centro metropolitano. A partir de então, e com nitidez, constatamos que ela foi o centro de atração migratória do Estado de São Paulo.

Tais mudanças afetaram sua constituição sócio-cultural que acabaram, na década dos 90, a se refletir na deterioração do padrão de vida de sua população, apesar do grande aumento da riqueza gerada na cidade. Isso também veio a exigir uma atenção mais efetiva do setor público, no intuito de

evitar maiores estragos na qualidade de vida, além de repensar o ônus social decorrente da crescente industrialização. Tal problemática, todavia, persiste em nossos dias, o que vem se constituindo numa, das bandeiras fundamentais da esfera municipal de Campinas que, até o momento, vem se revelando incapaz de conter a degradação das condições de vida urbana, principalmente relativas ao setor de saúde, higiene, habitação e transporte.

Dai a necessidade ora sentida pelo poder municipal e população campineira em repensar *coletivamente* seu espaço urbano, a fim de reencontrar seu *habitat* e possíveis soluções para os percalços que hoje enfrenta e onde estejam inclusos, esperamos todos os segmentos sociais, setoriais e regionais do universo econômico-político-cultural em busca de desenvolvimento com justiça social.

# BONFIM: ORIGEM E FORMAÇÃO

Duílio BATTISTONI FILHO

## 1. INTRODUÇÃO

Um dos pilares do grande desenvolvimento urbano de Campinas foi a rápida expansão de sua lavoura cafeeira, que, graças aos seus rendimentos, proporcionou condições financeiras para o rápido desenvolvimento da cidade. Inúmeros historiadores campineiros já resgataram o passado campineiro e somente agora existe um interesse pela história dos bairros.

Quero crer que o exemplo proporcionado pela Prefeitura de São Paulo ao desenvolver o estudo de vários bairros da Paulicéia foi determinante especialmente nos historiadores da **Unicamp** que já tem quase pronto um projeto denominado **Persistências e Mudanças do Viver Urbano em dois bairros de Campinas: Cambuí e Vila Industrial**. Tal projeto foi de início coordenado pelo prof. Hector Herman Bruit e atualmente pela prof<sup>a</sup> Olga Moraes von Simson com a participação de meia dúzia de colegas da referida Universidade.

Estudar um bairro é vivê-lo, tanto que o filósofo francês Georges Gusdorf, no seu livro **A Agonia de nossa Civilização** comenta que “fixar residência em algum lugar, escolher a cidade, o bairro, no bairro a rua e nesta a casa, é depositar em um espaço desde então privilegiado o conjunto das exigências vitais, das simpatias e antipatias, dos valores de que o homem é portador. A casa e o jardim são lugares encantados da infância, de onde o adulto conservará sempre a nostalgia”<sup>1</sup>.

Foi pensando nestas palavras que começamos a pesquisar o bairro Bonfim, pois aí deitamos raízes que nos marcaram profundamente, ao

---

(1) Gusdorf, Georges. *A Agonia de nossa Civilização* - tradução de Homero Silveira, Editora Convívio, 1978, p. 27.

passarmos praticamente nossa infância, estabelecendo com os horizontes da paisagem familiar uma aliança fundamental que muito contribuíram para o nosso equilíbrio psíquico.

Ao sentirmos estas raízes, não poderíamos nos silenciar e, graças às informações colhidas nos documentos oficiais, nos arquivos familiares e nos depoimentos de antigos moradores do bairro, os quais, diga-se de passagem, nos valem de sua experiência, já que os velhos são os “guardiões do passado” no dizer de Eclea Bosi<sup>2</sup>. Eles desempenham a função para a qual estão maduros, a se unir o começo ao fim e a necessidade, segunda a autora, de “lembrar e lembrar bem”<sup>3</sup> “já que a memória não é um substituto do documento escrito, mas é resultado de realidades que não estão registrados nesse tipo de documento. Foi com este propósito que nos propusemos a divulgar, num primeiro balanço, o nascimento e as transformações ocorridas neste espaço campineiro, especialmente na primeira metade do atual século.

É claro que são apenas apontamentos esparsos, talvez crônicas ligeiras, longe da pretensão de um trabalho definitivo, mas que representa o ponto de partida para futuros trabalhos e um compromisso com a verdade histórica. Bairro é a introdução à cidade. Representa para seu morador, o conjunto dos itinerários percorridos a partir de sua casa. É o lugar do conhecimento mútuo: cada qual é conhecido num certo número de particularidades de sua vida privada por pessoas que não são parentes e que no entanto não são estranhas - os vizinhos. A proximidade espacial cria um conhecimento pelo menos aproximativo: quem não é conhecido parece um intruso. Cada morador do bairro auferir certo proveito dessa vizinhança, desde que pague o devido preço. Ele recebe pequenas gratificações dos outros: sorrisos, saudações, cumprimentos, troca de palavras que dão a sensação de existir, de ser conhecido, apreciado, estimado.

Um bairro atua, sobretudo, em função de fatores culturais ou espirituais como suprimento às exigências vitais a que chamamos de recursos.

Não agrega num espaço determinado o conjunto anônimo de indivíduos de total suficiência. Ao contrário, é uma reunião orgânica que vive, expande ou se contrai com maior ou menor plenitude daqueles recursos. Assim, nos parece um truísmo que um bairro se organiza na medida da qualidade dos seus moradores, como na proporção em que a administração pública ampara ou descuida dos benefícios e dos equipamentos.

(2) Bosi, Eclea. Memória e Sociedade - Lembranças de Velhos, TA. Queirós, Edit. Ltda, 1979, p. XVIII.

(3) Bosi, Eclea - op. cit. p. 24.

Temos a certeza que a história de um bairro se fará ao buscar no passado o momento exato de sua formação geográfico-urbana e de sua estrutura político-social, evidenciando o valor de suas realizações no decurso de sua vivência.

Com este trabalho objetivamos traçar a história do bairro Bonfim, contar, na medida do possível, como e porque surgiu, como se vivia no bairro, suas ruas e avenidas, seu desenvolvimento econômico e social, suas instituições mais importantes, para que as gerações atuais possam entender a formação, as estruturas de uma comunidade campineira. Devemos acentuar que pesou na escolha deste estudo, razões de caráter sentimental, como vimos, entretanto, isto não inviabiliza o nosso estudo, pois o Bonfim representa um importante capítulo no desenvolvimento urbano do Município, um dos primeiros redutos da industrialização fora do eixo central e pela mútua colaboração entre o homem e o poder político.

## **2 - A REVOLUÇÃO URBANA EM CAMPINAS NO INÍCIO DO SÉCULO XX**

Campinas ao final do século passado sofreu uma transformação radical, quando a cidade passou de 33.000 habitantes em 1872 a 70.000 no limiar do novo século, fruto de transformações econômicas e sociais, principalmente com a chegada de imigrantes italianos e portugueses que serviriam de mão-de-obra não só para a lavoura como à indústria nascente.

A abolição da escravatura em 1888, liberara capitais e a Nova República proporcionaria autonomia ao Estado e Município, que puderam assim administrar sua própria riqueza.

Havia na região, na passagem do século, 259 fazendeiros de café, com 278 propriedades, produzindo 1.041.605 arrobas de café. A retomada do desenvolvimento industrial veriticar-se-ia somente em 1908, com a lei 129 da Câmara Municipal que concedia favores à indústria, como por exemplo, a isenção do pagamento de impostos durante cinco anos àquelas firmas que viessem a ser instaladas na região, chegando ao máximo de trinta anos para aquelas cujo capital excedesse a 2.000\$000<sup>4</sup>.

---

(4) Bergo. Maria Estela de Abreu. Estudo Geográfico da Cidade de Campinas. Anais do X Congresso Brasileiro de Geografia, vol. III, 1952, p. 687.

A administração municipal, empolgada com o progresso que a eletricidade proporcionaria à fábrica Carioba no município de Americana, empreende a fusão da Companhia Campineira de Iluminação a Gás com a Companhia de Iluminação e Força. Neste sentido, a Usina Hidrelétrica de Salto Grande é comprada e incorporada, surgindo daí a Companhia Campineira de Tração, Luz e Força.

No plano urbanístico a cidade continua a expandir, apesar de contar com uma arquitetura colonial com casas baixas, sobressaindo-se, pela sua altura, a Catedral. Contudo, algumas transformações ocorrem. Por exemplo: palacetes habitados por imigrantes ricos começam a surgir, fazendo séria concorrência com os sobradões dos campineiros antigos. As técnicas construtivas já começam a se alterar e novos materiais são introduzidos e vulgarizados. O tijolo já tinha aparecido em 1867 fabricado pela Olaria de Sampaio Peixoto que substituíra a taipa que vigorara até então. Além dele, outros materiais vão surgir como a telha francesa, pinho de Riga, ardósia, para citar algumas. É evidente, que estes materiais, com exceção do tijolo, vão surgir graças à importação, já que nossa indústria ainda incipiente não os produzia.

Será exatamente dentro deste quadro campineiro, balizado grosso modo pelas três últimas décadas do século passado, que nasceu o bairro Bonfim. Até então, o pequeno núcleo central urbano ficava adstrito ao local em que se dera a fundação da cidade, separado pelos bairros da Vila Industrial e Guanabara em função das oficinas das Companhias Paulista e Mogiana, respectivamente.

No centro da cidade como nas chácaras, residiam as famílias campineiras tradicionais. As chácaras eram auto-suficientes, possuindo pomar, criação e cultivo de gêneros para a subsistência dos moradores.

Com a formação dos novos bairros no início do século surge um novo programa residencial. A burguesia já superara a novidade do imigrante acostumado aos chalés lambrequinados. Com a influência do cinema americano ocorre o estilo **missões** que permite a formação de sobrados de tijolo à vista guarnecidos por molduras brancas em volta das envazaduras e beirais.

Ramos de Azevedo, o empresário oriundo do café que aglutinava em torno de si, o que havia de melhor na época, em termos de concepção arquitetônica, como por exemplo, a Cadeia Nova, o Grupo Escolar Francisco Glycério ou o Instituto Profissional Bento Quirino, todos do século passado, já estava superado.

A nova arquitetura caracterizava-se pela **movimentação**, dos telhados. Tanto as casas de tijolo à vista como as de estilo colonial deveriam

ter telhados recortados, cheios de dobras e espigões. Estas casas já estavam sendo construídas em importantes artérias da cidade como na avenida Barão de Itapura, Júlio de Mesquita e ruas como a Conceição.

As novas casas não eram mais construídas nos alinhamentos da rua. Haveria passagens laterais largas para a entrada de carros, surgindo assim a garagem. Aliás, diga-se de passagem, o automóvel passa a ocupar as ruas, entretanto, não faz concorrência com os bondes elétricos. A população somente o utiliza em dias de festa e cortejos. Com o surgimento da copa nas residências, a varanda de nossos avós perde muito de seu interesse como centro da casa.

As casas campineiras aos poucos perdem aquela austeridade caipira do campineiro velho. Os palacetes recém-aparecidos apresentam salões ricamente ornamentados e com uma novidade: as paredes são empapeladas, substituindo as pinturas. O prédio da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro é um exemplo típico.

As famílias abastadas, porém, não se privam dos quadros e litografias que ornamentam suas paredes, mostrando cenas, geralmente de romances célebres vindos diretamente de Paris ou da rua do Ouvidor do Rio de Janeiro. Esta aristocracia vive às custas da agricultura do café, optando por padrões culturais europeus, notadamente franceses.

A classe média freqüentava estabelecimentos como o Café Guarani ou a Charutaria do Lalá. O café, o bar, a casa de chopp eram de freqüência exclusivamente masculina. Para as mulheres existiam os salões de chá e as confeitarias, como o Grande Hotel de França onde havia um rico sortimento de bebidas finas ou o Clube Campineiro.

O Rink de patinação aberto desde 1878, além de proporcionar uma forma de exercício para a população, oferecia números especiais de patinação e atos de variedade. Também neste mesmo ano era aberto ao público, o Hipódromo Campineiro onde a elite podia se deliciar assistindo corridas de cavalo.

No início deste século havia um bulício em cada canto, um anseio de progresso e desenvolvimento e o fluxo imigratório se intensificava. Destinados à lavoura, os imigrantes logo estavam na cidade, localizando-se em bairros periféricos como a Vila Industrial, Guanabara, Ponte Preta e Bonfim. Surgem as moradias coletivas sob a forma de cortiços ou **cabeças de porco**, casas de cômodos ou vilas.

É preciso destacar que os novos bairros que surgiam eram resultantes de uma nova mentalidade capitalista que se formou no Brasil

urbano, propiciados pelo alto índice demográfico das cidades, o que teve como conseqüência, a valorização sempre crescente dos imóveis. Os próprios proprietários de chácara, conscientes da valorização que suas terras alcançavam nas zonas urbanas, deram início a tais atividades.

Alguns melhoramentos vão ser introduzidos na cidade, na gestão do Dr. Heitor Penteado, a partir do segundo decênio do atual século. Assim, as ruas centrais vão ser calçadas com paralelepípedos e iluminadas com energia elétrica, substituindo os tradicionais lampiões a gás; casas serão desapropriadas para alargar ruas centrais como a Bernardino de Campos e a Tomás Alves. Amante da natureza, em 1915, o prefeito compra a área e forma o Bosque dos Jequitibás, assim como ajardina as praças Carlos Gomes e Bento Quirino e reforma as da Imprensa Fluminense, São Benedito, Luís de Camões e a do Pará<sup>5</sup>.

Com a eclosão da Primeira Guerra Mundial houve uma natural recessão como era de se esperar. Porém, cessado o conflito e com a liberação da navegação mercantil, houve um recrudescimento da indústria, principalmente a de tecidos, laticínios, couro e madeira, para atender ao comércio interno, ocasionando o primeiro processo de substituição de importações. O parque industrial campineiro cresce principalmente com a instalação em 1921 da Fábrica de Tecidos e Elásticos de Godoy e Valbert, sediada na rua José Paulino. Ressalte-se que, até esta data, os produtos elásticos eram importados da Inglaterra, Itália e Suíça.

O Município, no período de 1912 a 1920, conta com 83 fábricas, empregando mais de 3.000 operários. Em 1917, com a entrada de imigrantes, especialmente italianos e espanhóis, de acentuada orientação indicialista, ocorre uma greve, primeiramente na capital e que depois se estenderia a outros centros. A causa principal do movimento foi a carestia vigente, lutando os operários por melhores condições salariais. Em Campinas, 800 operários entram em greve e conseguem trazer para a causa os empregados da Cia Mac Hardy, Lidgerwood, Tração Luz e Força, das oficinas de Alfonso Ramasco e Alexandre Sim, Cervejaria Columbia e Serraria Lochino de Sousa. As primeiras firmas a elevar o salário foram a Mac Hardy e a Paulista<sup>6</sup>. A repressão policial foi violenta no sentido de paralisar o movimento, quando quatro operários foram mortos.

Em 1919 haveria outra greve liderada pelos operários da Cia Mogiana que conseguem a cooperação dos empregados dos coletivos,

(5) Santos Filho, Lycurgo de Castro. Heitor Penteado, Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, vol. XXXVI, 1980, p. 11.

(6) Fiorentino, Terezinha Aparecida del. O Processo de Industrialização Campineira: origem e evolução (1850-1930). Campinas, 1972, p. 27. Exemplar mimeografado

dos lavradores da Fazenda Santa Elisa e dos empregados da Prefeitura Municipal<sup>7</sup>. Entretanto, parte das reivindicações seria atendida como a reorganização da Liga Operária, uma tabela de preços e a construção de Vilas Operárias.

A maioria das vilas campineiras surgiu nas primeiras décadas do atual século como reflexo da expansão dos estabelecimentos fabris às quais geralmente estavam vinculadas. Terrenos de baixo custo, disponibilidade de grandes áreas foram fatores determinantes para a fixação desses conjuntos ao longo dos principais eixos de circulação periférica. Nas décadas de 20 a 30 a legislação municipal permitiu loteamentos com características específicas para viabilizar a moradia de trabalhadores e operárias. Desta forma, vários arrabaldes vão ser formados recebendo o nome de **vilas** como; Marieta, Nova, Itapura, etc. ou **jardins** como: Chapadão, Guanabara, para citar alguns. O bairro da Ponte Preta, outrora, pacato e sem vida, doravante ganha boa população operária e aumenta o seu espaço no sentido da estrada de rodagem para São Paulo.

No plano cultural, há um clima de euforia, com a inauguração em 1901, do Centro de Ciências, Letras e Artes, obra de cidadãos beneméritos como Edmund Krug, José de Campos Novaes e Cesar Bierrenbach, este último notável tribuno e homem de letras. Esta agremiação chegou a reunir a fina flor da intelectualidade campineira, pois em seu amplo auditório, eram realizados cursos, palestras e exposições de arte. Coelho Neto, grande escritor patricio, na ocasião, professor do Colégio do Estado, fizera parte de sua primeira diretoria, como orador.

A tradicional Casa Livro Azul, estabelecimento fundado por Antonio de Castro Mendes, abrigara o Clube Livro Azul que por sua vez convidara Coelho Neto a redigir um texto sobre a noite de Natal. Nascia assim **a Pastoral** composta de um Prólogo e três episódios, cuja montagem luxuosa se tornara impraticável para ser apresentada no Clube e por isso teve que ser representada no Teatro São Carlos na noite de Natal, em 1903, iluminado a luz elétrica. Foi uma apoteose, sendo posteriormente levada com igual êxito a outros centros como Rio e Lisboa<sup>8</sup>.

No campo educacional foram inaugurados o Colégio Progresso Campineiro, em 1900, por um grupo de leigas; em 1902 a Escola Complementar destinada ao grupo primário e que se transformaria no majestoso Instituto de Educação Carlos Gomes; em 1908, era a vez do Colégio Sagrado Coração de Jesus, das irmãs de Nossa Senhora do Calvário e em 1909, por iniciativa dos

(7) Idem, op. cit. p. 28.

(8) Lapa, José Roberto do Amaral. Coelho Neto em Campinas (1901-1904). Revista de História (43), 1960, p. 39.

padres salesianos, o Externato São João, enquanto que, em 1915, surgia o Colégio Diocesano.

Crescia a fama de Campinas como centro educacional que, fins de 1923 a imprensa reproduz a tradução de um artigo publicado no **Brazilian American**” rivaliza com Santos (...) por manter o logar de segunda cidade do Estado (...) mais de 90 escolas, Gynasio, Escola Normal, três Grupos Escolares, algumas escolas particulares de educação especializada em várias profissões e ramos technicos”<sup>9</sup>.

No plano religioso, em 1908, era criada a Diocese, sendo nomeado para primeiro bispo, D. Joao Batista Correia Nery. Este piedoso antístete campineiro foi o criador do teatro amador em Campinas e do primeiro jornal católico, **O Mensageiro** e que, em 1921, passou a se chamar A Tribuna.

Quanto à Imprensa tivemos a fundação em 1912 do **Diário do Povo**, jornal que circula até hoje e o ressurgimento, em 1921, da **Gazeta de Campinas**, das cinzas de um jornal de igual nome. Alguns anos mais tarde, este jornal abrigaria uma coluna chamada **Seção dos Novos** destinada a publicar trabalhos literários daqueles que assim o desajassem. E, um dos mais assíduos colaboradores foi o poeta Aristides Monteiro.

Outro acontecimento que muito concorreu para o revigoramento das letras foi o aparecimento da revista **A Onda** obra de Vitor Caruso, voltada para o humorismo, cujos trocadilhos proporcionaram momentos de muita alegria à população. Acontecimento auspicioso para esta revista foi quando o também poeta Hildebrando Siqueira passou a dirigi-la em 1923, procurando adaptá-la à corrente modernista, respeitando a índole reacionária da sociedade local. No final de 1924, com a redução do número de colaboradores, quase todos os artigos foram de sua lavra. Desprovida de recursos e diminuindo o número de patrocinadores, **A Onda** encerraria suas atividades nesta época, não chegando, contudo, esmorecer em momento algum, o ânimo da mocidade sequiosa de cultura. É verdade que muitos de seus leitores eram moços e salvo poucas exceções não possuíam cultura literária aperfeiçoada. Não seguiam nenhuma escola filosófica e pensavam através do coração. **Nietzche** e **Schopenhauer** tinham admiradores, sem dúvida, mas o filósofo da moda era **Bergson**<sup>10</sup>. O movimento editorial cresce, destacando-se a Casa Genoud e a Livro Azul, cujos livros primavam pela perfeição gráfica.

Ao final do século passado, em 1896, com a invenção do cinema pelos irmãos Lumiere, Campinas teria este divertimento no ano seguinte

(9) *Gazeta de Campinas*, 12/12/1923.

(10) Depoimento de Aristides Monteiro.

quando o empresário e pretigitador, Faure Nicolay fez a primeira apresentação do cinematógrafo no Teatro São Carlos. Um ano depois era o famoso dr. Cunha Salles que, no mesmo local, apresentava sua Companhia de Novidades Êxcentricas acompanhado por um cinematógrafo que se dizia Lumiere. Daí por diante as mais diversas companhias de variedades se apresentam em Campinas, como o American Biograph e o Cinematógrafo falante, ora no Rink, ora no São Carlos.

O gosto pelo cinema é grande e o comerciante Antonio Benedito de Castro Mendes, chega a adquirir um aparelho Bioscopio quando visita a Exposição Internacional de Paris, fazendo em Campinas diversas projeções.

As primeiras salas equipadas para a nova diversão o Bijou, o Recreio, o Cassino Carlos Gomes, além de salas efêmeras aparecem a partir de 1909, mas seu funcionamento devia ser precário. Embora as experiências com geradores de eletricidade datassem de 1898, apenas em 1908 se constituía definitivamente a Companhia de Tração, Luz e Força que, em 1912, eletrifica a rede de iluminação pública e substitui os bondes de burro por bondes elétricos. A partir de então raro é o momento em que pelo menos três cinemas não funcionem na cidade ao mesmo tempo. O novo divertimento rapidamente se instala e o público o consagra. Já em 1912 surgem reclamações. "Pode-se dizer que Campinas nocturna resume-se apenas aos cinemas, onde assiste a gente às corridas do Tontolini, ao lado dos dramas da Pathé e das tragédias de Norksk (...) e para mal dos nossos pecados, até o Cassino tombou para a valla comum dos cinemas, suprimindo as variedades.(...) Até quando irá esta pasmaceira, santo Deus?"<sup>11</sup>.

Em 1916 inaugurava-se, adaptado para cinema um antigo barracão destinado a touradas, o Colyseu que ao lado do Rink e do Cassino eram as salas disponíveis na ocasião.

Em termos artísticos, Campinas passa por uma fase de grande euforia. A imprensa noticiava que "Campinas atravessa a phase mais gloriosa de sua história artística"<sup>12</sup>. Aparentemente a elite cultural da cidade participava pouco do entusiasmo popular que transformou o cinema na principal diversão da primeira metade do século. A Música, a Escultura, a Pintura e a Poesia eram as fontes onde essa elite ia procurar os seus objetivos de prazer. Contudo, o cinema campineiro entraria numa fase de apogeu arrancando aplausos do Brasil inteiro. O cinema campineiro viveu esta fase de grandeza no período de 1923 a 1926 quando foram realizados filmes importantes como: **João da Mata, A Carne, Amar para Sofrer** chamando a atenção da crítica especializada do país.

(11) Diário do Povo, 8/5/1912.

(12) Gazeta de Campinas, 26/5/1923.

Na Música e Artes Plásticas, Campinas contou com uma plêiade de artistas que já estava despontando no cenário artístico nacional. Poderíamos destacar: nas Artes Plásticas, Marcelino Velez, Nicota Bayeux, Maria Pompeu de Camargo e Sampaio Peixoto; na Música, Santana Gomes, Maria Monteiro, Ofélia Nascimento e tantos outros.

### **3 - BONFIM - SUA ORIGEM E FORMAÇÃO**

As primeiras sesmarias concedidas na região de Campinas pelo governo da capitania de São Paulo, abrangem o período de 1728 a 1754. Contudo, numa primeira fase, deve-se ressaltar que não deixaram marcas, já que o número de pessoas que receberam as terras era pequeno e considerando-se a pouca capacidade financeira das mesmas em investir em projetos mais ambiciosos, acabou não resultando numa produção que envolvesse um grande povoamento.

Entretanto, com a vinda do primeiro povoador, simples posseiro, Francisco Barreto Leme, em 1741, conforme o Recenseamento de 1775, deu-se o início do povoamento rural do Município<sup>13</sup>.

A localização das sesmarias em Campinas é um problema extremamente complexo, de difícil solução já que apresentam erros de medição, sérios embaraços de localização e a própria nomenclatura apresenta erros de difícil interpretação. Compulsando os documentos poderíamos constatar uma grande confusão de nomes de proprietários rurais, vendedores de sítios, vizinhos, como se todos fossem sesmeiros.

As datas das concessões das sesmarias, ou aquisições latifundiárias, não significam que os seus proprietários, na mesma data, fizessem a montagem de seus engenhos com produção.

A partir de 1790 constatamos um grande afluxo de pessoas abonadas a Campinas interessadas na produção de cana e fabricação de açúcar, pela excelência das terras e perspectivas de mercado. Os antigos roceiros tinham desde os primeiros tempos seus pequenos canaviais, com engenhocas e fabricação de cachaça, porém, faltava-lhes capital, transporte e produção para a montagem de um grande engenho.

(13) Pupo, Celso Maria de Mello. Campinas, Município no Império. Imprensa Oficial do Estado, 1983, p. 119.

Com o exemplo de Itu, grande centro produtor e exportador de açúcar, Campinas procura seguir-lhe *os passos* e para tanto a região eleva a produção açucareira concedendo benefícios àqueles que porventura quisessem se estabelecer com engenhos.

Os novos engenhos não apresentam uma arquitetura grandiosa. Entretanto, suas casas-solares são assobradadas, mas de um só andar. Morar no campo foi uma contingência de trabalho, que se tornou hábito elegante da aristocracia rural campineira. No início do século passado as construções apresentam telhados de quatro águas sobre um quadrilátero perfeito ou de três águas com partes térreas adidas a sobrados. As construções dos roceiros, senhores de pequenos sítios, inicialmente de pau-a-pique passam para a taipa especialmente nas paredes mestras.

No período de 1788 a 1822 verificamos uma segunda fase de concessões de sesmarias, sobretudo na época do grande florescimento da indústria açucareira. São aquinhoados aqueles que apresentam maiores recursos financeiros, adquirem sítios por posse, pequenas propriedades que se reúnem a outras áreas contíguas de terras devolutas, compondo, assim, uma área enorme para a exploração canavieira<sup>14</sup>. São personalidades ilustres, nomes respeitáveis na história e nos registros da vida da cidade. É o caso do proprietário rural, Joaquim José Teixeira Nogueira, um dos mais importantes sesmeiros da região e um dos primeiros a instalar engenhos de cana-de-açúcar em Campinas.

Esse magnata do açúcar nasceu em Lavras do Funil, Minas Gerais, em 1759 de tradicionais troncos mineiros e paulistas. Era filho do capitão Domingos Teixeira Vilela e Ângela Isabel Nogueira do Prado. Estabelecendo-se inicialmente em Itu, teve um ótimo relacionamento com tradicionais famílias ituanas, casando-se com Ângela Isabel Maria de Sousa. Nesta cidade pôde observar as vantagens da cultura da cana e o fabrico do açúcar. Seu irmão frei Antonio de Pádua chegou a ser prior do Convento São Luís e o primeiro vigário de Campinas<sup>15</sup>.

Mais tarde, Joaquim vendo grandes possibilidades econômicas em Campinas, transfere-se para esta cidade juntamente com seus irmãos. Aqui, recebe cinco sesmarias a saber: Sítio Grande, Atibaia (entre os rios Jaguari e Atibaia), Quilombo (próximo a Nova Veneza), Atibaia II (próximo a Paulínia) e Barreiro (município de Americana).

(14) Pupo, Celso Maria de Mello. Campinas, seu berço e juventude. Publicação da Academia Campinense de Letras, 1969, p. 66.

(15) Pupo, Celso Maria de Mello. Campinas, Município... p. 138.

Destas sesmarias recebidas, a principal foi o Sítio Grande, nome depois mudado para Engenho e Fazenda Chapadão na época do café. A propriedade cresce de tal forma que em 1798, a produção açucareira era orçada em 1.000 arrobas, quantia respeitável na ocasião.

Além de proprietário rural, Joaquim teve destacada participação na vida política de Campinas, quando chegou a ser vereador, juiz de órfãos e juiz ordinário. Aliás, na sua família, seu primo-irmão Manuel Jacinto Nogueira da Gama foi lente na Academia Real da Marinha em Lisboa e mais tarde ministro de Estado no Brasil, onde recebeu em 1825, o título de Marquês de Baependi.

Ao falecer em 1832, Joaquim José foi sucedido pelo seu filho o major Luciano Teixeira Nogueira que construiu a nova sede da fazenda. Teve destacada atuação na Revolução Liberal de 1842 contra as forças de Caxias. Em 1869, já como fazenda de café, foi vendida ao Barão de Itapura, contando em 1885 com 110 mil pés de café, máquinas de benefício a vapor e terrenos atijolados<sup>16</sup>.

Com a abolição da escravatura, em 1888, seu novo proprietário Otaviano Alves de Lima, com a perda da mão-de-obra escrava, resolve desmembrá-la, iniciando assim, a processo de loteamento da área, resultando em sítios e chácaras<sup>17</sup>. Desta forma, surge o Bairro Bonfim, fruto do desmembramento desta propriedade. Um dos primeiros a residir numa destas chácaras foi o padre Antonio Teixeira Nagueira, descendente de Joaquim José Teixeira Nogueira, situada em terras do atual Bonfim<sup>18</sup>.

A planta da cidade de Campinas elaborada por Leopoldo Amaral em 1900 e editada pela Casa Livro Azul já aparece delineado o bairro Bonfim, salpicado por imensos cafezais, somente despontando o Hipódromo Campineiro. Entretanto, não registra o nome de uma rua sequer, donde concluímos que o seu povoamento ainda não tinha sido iniciado.

No início deste século a zona central campineira era o reduto das famílias tradicionais. À medida que os aluguéis subiam, a população mais pobre se afasta do centro e busca regiões periféricas mais a oeste, como o Bonfim e a Vila Industrial.

Graças às suas excelentes condições topográficas, climáticas e perspectivas de progresso, o arrabalde passa a atrair interessados na aquisição de suas terras, especialmente imigrantes portugueses, italianos e mais tarde, alemães.

---

(16) Idem, p. 179.

(17) Parte da gleba da fazenda foi adquirida, em 1942, pelo Exército Brasileiro, para ali instalar mais tarde a sede do comando e unidades da 11 Brigada de Infantaria.

(18) Pupo, Celso Maria de Mello. Campinas, seu berço... p. 257.

A partir de 1910 a Prefeitura Municipal inicia o processo de divisão e arruamento do bairro, quando vários decretos da Câmara Municipal desapropriam áreas para a conseqüente abertura de ruas.

Um dos primeiros chacareiros a ceder suas terras foi o sr. Luís Bueno de Miranda que permitiu a abertura de ruas designadas por números que iriam desembocar na rua Pereira Lima e que o prefeito Heitor Penteado incorporaria ao patrimônio público a 11 de novembro de 1913<sup>19</sup>.

O abastecimento d'água começa por volta de 1915. As redes eram distribuídas pelas ruas mais habitadas. A cobrança da taxa d'água era a domicílio pagando de acordo com o tamanho do prédio sendo essa cobrança feita mensalmente por funcionários da Repartição de Águas, que auferiam porcentagens pelas cobranças feitas.

Mais tarde o prefeito José Pires Neto decretava o plano de arruamento e divisão em lotes das terrenos de propriedade do sr. Manoel Teixeira situados nos altos do Bonfim<sup>20</sup>.

Pelo decreto-lei nº 127, de 1941, era a vez do loteamento das terras pertencentes ao coronel Bento Bicudo, assim como a abertura de ruas de propriedade da firma Rossi, Borghi & Siqueira determinada pelo prefeito Miguel de Barros Penteado. Dois anos antes o prefeito Euclides Vieira autorizara que a Câmara Municipal, pelo ato nº 153, desse os nomes de três ruas transversais da governador Pedro de Toledo, respectivamente de Café, Açúcar e Algodão.

A maioria dos historiadores concorda que uma das primeiras famílias a se instalar nessas localidades foi a Bonfim, cujo descendente é o poeta, Paulo Bonfim. Daí o nome do bairro.

Fator importante para o progresso destas paragens foi a inauguração dos trilhos do bonde 8, em 1916, quando este veículo partia do centro da cidade da praça Visconde de Indaiatuba, percorria as ruas Gal. Osório, Andrade Neves, Dr. Mascarenhas e na altura do pontilhão da Mogiana, penetrava na governador Pedro de Toledo até o ponto final na esquina com a rua Alberto Sarmiento.

A Imprensa, nesta ocasião, divulgava a venda de terrenos próximos à linha do bonde nos altos do Bonfim, enaltecendo seus preços baratos e condições muito vantajosas para adquiri-los<sup>21</sup>. Entretanto, o bairro não possuía

(19) Resoluções, Leis e Actos promulgados durante o ano de 1913. Tipographia Casa Mascote, 1914, p. 62.

(20) Câmara Municipal. Resoluções, Leis e Actos, ano de 19131, p. 7.

(21) Diário do Povo, 3/06/1916.

uma estrutura previamente traçada. Porém, todos procuravam a rua principal, a atual Pedro de Toledo, uma espécie de estrada que partia do pontilhão da Mogiana e terminava na altura da rua Erasmo Braga. Aos poucos o bairro se estenderia com o seu contingente populacional para a direção do Castelo.

Foi somente na década de 40 que o bairro alcançou grande progresso quando muitas indústrias vão ser ali instaladas. As residências localizavam-se tanto na avenida principal onde trafegava o bonde, único meio de locomoção na época, como nas suas trinta e três ruas tanto paralelas como transversais, muitas delas tendo nomes de vultos campineiros ou nacionais. Digno de registro foi o nome dado a uma delas de Paulo Tansini, por determinação do prefeito Miguel Vicente Cury, a 2 de abril de 1949, como homenagem ao herói da Força Expedicionária Brasileira. Está situada paralelamente à rua Luís Gama.

## 4 - AVENIDAS E RUAS: ASPECTOS PITORESCOS

### AVENIDA GOVERNADOR PEDRO DE TOLEDO

Antigamente chamada de Pará, em alusão ao grande Estado brasileiro que acolheu o maestro Carlos Gomes, quando este já cansado e doente retornou ao Brasil para viver os seus últimos dias. O prefeito, João Alves dos Santos, pela Lei nº 515, de 1937, deu o nome de Pedro de Toledo, como justa homenagem ao grande governador de São Paulo que, galhardamente conduziu o grande Estado durante os meses turbulentos da Revolução Constitucionalista de 1932.

Tal avenida, sendo a via principal do bairro constituía a grande saída em direção a Sumaré e Americana. A sua esquerda, de quem partia do pontilhão da Mogiana, o transeunte avistaria a colossal pista do Hipódromo do Bonfim. Mais adiante na mesma direção estavam localizados os depósitos imensos da **Standart Oil of Brazil**, para em seguida pegar a estrada da fazenda Roseira que passava sobre o pontilhão da Estrada de Ferro Paulista cujos trilhos corriam paralelos à avenida. Ainda neste local estavam os armazéns reguladores de café da firma Moreira e que hoje ficam na rua da Constituição.

Já a direita da avenida ficavam as ruas principais, tanto paralelas como transversais e que falaremos mais adiante.

A partir dos anos 40, a avenida Pedro de Toledo foi toda calçada de paralelepípedos deixando de ser uma “rua poeirenta” para adquirir uma nova

fisionomia. Em seu longo trajeto foi cercada de finos palacetes, modernos bangalôs, sobradões em cujas sacadas havia ricas floreiras e casas construídas diretamente na avenida. O cenário embora tenha sofrido inúmeras alterações, conserva ainda hoje as mesmas características de outrora.

Nas tardes de domingo, moços e moças faziam o tradicional “footing” nas imediações da Igreja Matriz. Naquele tempo, moravam na avenida, famílias tradicionais de muita importância para a vida econômica e social do bairro. É justo destacar algumas delas como: os Brandão, os Ferreira, os Carvalho de Moura, os Raposo, os Scaramuza, os Ceconelli, os Padula e os Pascoal. Esta última tinha um posto de gasolina e mais tarde fundaria uma Casa de Pneus com filiais em diversas cidades brasileiras. No lado par, após a rua Alberto Sarmiento, ficava o restaurante Fidalga, ponto de reunião das pessoas para um bate-papo<sup>22</sup>.

Dois outros pontos de reunião de pessoas naquela época eram: a Barbearia de Antonio Correia e a Farmácia dos irmãos Carvalho de Moura. Com relação a esta última, merece uma referência especial.

Localizada na avenida governador Pedro de Toledo e fundada em 1930, a farmácia Santa Rita teve como primeiro proprietário o sr. Sílvio Carvalhaes e alguns anos mais tarde seria adquirida pelo sr. Adorno Borelli.

Somente em 1939, o sr. José Carvalho de Moura Janio juntamente com o seu irmão Francisco compram o estabelecimento e nela permanecem como proprietários por mais de 30 anos quando resolvem vendê-la.

Sendo prático de farmácia, José Carvalho obteve a devida licença para exercer a profissão devido à falta de profissionais formados.

Com o surgimento das escolas de farmácia foram desaparecendo nossos antigos boticários. José Carvalho era muito zeloso em sua profissão, quer na arte de manipular e aviar receitas, quer na prescrição de remédios, suprimindo, muitas vezes, a falta de médicos.

Sua farmácia era muito bem organizada, tanto na sala de recepção aos fregueses como a do fundo, onde havia uma cômoda e sobre ela, as prateleiras fechadas com portas envidraçadas. Nelas eram guardados os cálices, os funis e pistilos, espátulas, frascos e também os sais e as tinturas, usados no preparo das fórmulas farmacêuticas. Estas eram tiradas da **Farmacopéia** ou do famoso **Formulário de Chernovizque**, além de ensinar a arte de manipular, servia como guia médico indicando os remédios para cada doença.

---

(22) Depoimento de Conceição Machado Lomo

José Carvalho aplicava injeções, fazia curativos, incluindo pequenas suturas, receitava de vez em quando e já se aventurava na arte de manipular.

Em 1960 passa a ser chamado de “oficial de farmácia” e assim fazer parte dos Conselhos Federal e Regional por força da lei 3.820 de 11 de novembro daquele ano. Será agora farmacêutico provisionado com responsabilidade técnico-profissional em sua farmácia.

Fazendo da profissão um sacerdócio, José Carvalho tinha um carinho todo especial pelo Laboratório da farmácia. Para isto adquiriu material necessário à melhoria das condições de preparo das fórmulas farmacêuticas: vidraria, gral, espátulas, pilulador, cacheteira, livro de receituário, armário para guardar medicamentos controlados, enfim, todo o equipamento de uma farmácia de manipulação. Ao modernizar o seu estabelecimento, sua preocupação agora era na compra de livros e assinatura de jornais e revistas para manter-se sempre atualizado.

Os periódicos mais consultados eram **A Gazeta da Farmácia** e o **Farmacêutico Brasileiro** editado pela Bayer, que respondia cartas de farmacêuticos de todo o Brasil, esclarecendo dúvidas sobre diversas assuntos, desde terapêutica até as mais complexas operações farmacêuticas. Os cinco volumes do livro **Formulário Magistral de Terapêutico** do Dr. Urias A. Silveira, edição de 1914, eram avidamente consultados, pois continha milhares de fórmulas e eficazes métodos de tratamento.

Nas décadas de quarenta e cinquenta, uma presença obrigatória no cenário da farmácia era a figura do viajante de drogas. A sua chegada era motivo de alegria, pois trazia novidades desde prospectos de propaganda de remédios às amostras grátis e brindes que os laboratórios davam freqüentemente como folhinhas e almanaques. Diferentes das folhinhas, os almanaques vinham em maior quantidade e eram ansiosamente esperados pela freguesia. Lançados em grandes tiragens pelos laboratórios a fim de promoverem os produtos que fabricavam, os almanaques alcançaram milhões de leitores em todo o Brasil e se tornaram tão populares que é impossível imaginar uma farmácia daquela época sem a existência dessas publicações. As pessoas mais velhas ainda se lembram dos almanaques como: **Phimatosan, Saúde da mulher, Moura Brasil, Capivarol, Biotônico Fontoura**, para citar alguns.

As rodas de bate-papo eram bastante animadas, nas décadas de quarenta e cinquenta, quando viveriam seu período mais florescente. Eram

constituídas por pessoas influentes do bairro. Ali, se discutia de tudo, desde política, futebol, clima, festas, religião até fofocas e piadas<sup>23</sup>.

Durante muitos anos foi assim. Apenas os personagens foram mudados. Alguns mais idosos contavam fatos, testemunhando às novas gerações de freqüentadores, experiências e estórias da comunidade, vividos ou contados na farmácia.

É inegável que a Medicina tem avançado no campo da farmacologia, melhorando em muito nossa perspectiva de vida e por isso não gostaríamos de voltar àqueles tempos nebulosos. É claro que a farmácia perdeu aquela aura de romantismo dos velhos tempos. Entretanto, o que dá pena, é verificar que muitas das nossas atuais farmácias viraram supermercados cuja preocupação maior é o lucro fácil, ganancioso.

## PORTUGUESES

Segundo o depoimento de uma antiga moradora do bairro, quando os portugueses se estabeleceram no início do século, provenientes da imigração dedicaram-se inicialmente ao cultivo da terra, plantando verduras e flores. Possuíam eles também vacas leiteiras, cabritos, aproveitando as encostas do Bonfim, daí fazer parte do cardápio o célebre “cabrito ao vinho”

Era comum verem-se esses verdureiros e leiteiros durante a manhã percorrerem as ruas do bairro, os primeiros com carrinhos puxados por um animal, carregados com verduras de diversas qualidades e, os segundos, os leiteiros, com latões de folha de flandres às costas e a tiracolo numerosas canecas de tamanhos variados. Entre esses vendedores de leite haviam também os desonestos que adicionavam água ao leite ou alteravam as medidas, e, vez por outra, quando os fiscais da Prefeitura faziam diligências de fiscalização para conferir o teor de leite ou a capacidade das medidas esses maus comerciantes então fugiam, deixando no local suas latas e medidas que eram recolhidas ao depósito da Prefeitura.

Tinham esses portugueses o seu próprio modo de vida, à parte dos moradores do bairro, porque os costumes e língua diferentes dos alemães eram um impecilho, naqueles tempos de pouca instrução e quase nenhum convívio social. Cuidavam eles de suas chácaras e criações, trabalhando durante a semana toda nessa lida pesada e bruta, de manhã à noite, uns como patrões,

(23) Depoimento de José Carvalho de Moura Janio

outros como empregados, procurando amearhar um dinheiro para um dia “ir à terrinha” matar saudades, ou preparando um futuro melhor para si e sua família, não se envolvendo em assuntos que não fossem de seus patrícios.

Era muito comum ouvir-se toda a tarde dos domingos, vindos das chácaras os acordes das músicas desses portugueses, dando vaza a sua nostalgia em guitarras ou sanfonas de oito baixos. Com o andar dos anos foram eles se espalhando e, depois, aos poucos essas chácaras foram se extinguindo para dar lugar às habitações que iam surgindo, com o aumento populacional do bairro. Seus descendentes já com mais instrução, não quiseram seguir o duro trabalho de seus pais, preferiram o comércio, o trabalho de artífices ou profissões liberais e se integrando com os outros habitantes do bairro. Aos poucos esses descendentes de portugueses começam a monopolizar todo o comércio, montando padarias, armazéns, lojas, quitandas e bares. Todo o comércio estava circunscrito praticamente na avenida governador Pedro de Toledo.

No Bonfim não havia luminoso. O centro da cidade já tinha gás Neon, placas iluminadas com lâmpadas de manga para cima. Contudo, todos sabiam onde ficavam os açougues, a farmácia, os barbeiros, as oficinas de carrocerias e de automóvel e a loja de armarinhos. Não havia competição. A única que existia era entre as padarias, cada uma querendo mostrar novidades.

O português, Raul Brandão com seu armazém se destacava na paisagem com seu imenso bigode, empilhando relhas de bacalhau ou latas de sardinha, ajeitando os sacos de arroz ou feijão com a caneca de um litro por cima, pois estes gêneros eram vendidos a litro inicialmente. Muito mais tarde passa a serem vendidos por quilo. Outros portugueses como João Jorge Figueiredo e Manoel Dias estavam estabelecidos na avenida, o primeiro com seu estabelecimento fabril e o segundo com sua fábrica de balas.

Os portugueses constantemente se visitavam nos anos 40 e em cada residência se fazia um mutirão familiar uma vez ao ano para matar o porco, fazer chouriço, derreter a banha e acondicionar a carne frita em grandes latas para consumo durante os meses seguintes, pois geladeiras, só aquelas de madeira, no armazém da esquina.

Famosas foram as festas proporcionadas pela família Correa, especialmente as de aniversário quando os seus membros se reuniam para as grandes confraternizações.

É preciso destacar também as ruas do Bonfim próximas a governador Pedro de Toledo. Por exemplo: as paralelas principais destacamos: Dr. Arnaldo Vieira de Carvalho, Santana Gomes e Emílio Henking. Nas

transversais temos: Luís Gama, Germânia, Teodoro Langaard, Alberto Sarmento, Rafael Sales e Júlio Ribeiro, para citar algumas. Estas foram praticamente as primeiras vias do Bonfim e todas apedregulhadas em direção ao bairro Castelo. Receberiam o asfalto somente nos anos 50.

A seguir analisaremos algumas delas pela sua importância econômica e social, bem como de seus vultos que deram o seu nome a elas.

## RUA GERMÂNIA

Como o próprio nome indica era considerada a rua dos alemães, porque nela realmente viviam várias famílias germânicas como os **Schawart, os Demmel, os Wolfgang e os Moeller**. Algumas eram recém-chegadas da Alemanha fugindo dos horrores nazistas e que se ambientaram muito bem no início da Segunda Guerra Mundial. Eram muito unidas pela nacionalidade, porém amigas e muito prezadas pelos vizinhos. Apesar de tudo isto, durante a fase final da guerra, quando os aliados fizeram uma grande ofensiva sobre os alemães, a placa indicativa da rua foi retirada e guardada em um local da Prefeitura Municipal com a finalidade de evitar conflitos com as famílias alemãs. Terminada a guerra, foi recolocada no seu lugar.

Mas, voltando a estas famílias alemãs, estas levavam uma vida modesta, calma, dedicando-se a pequenas empresas e muitos de seus membros eram empregados nas fábricas do bairro. Todos eram de confissão luterana e, por isso, freqüentavam a igreja da cidade. Alguns eram associados do Clube Concórdia e gostavam de jogar boliche.

Todos gostavam de Música. Era comum nas tardes de sábado eles se reunirem na residência do sr. Max Demmel, professor e violonista, para ouvirem os grandes mestres da música erudita, proporcionados pelo próprio Demmel e sua esposa d Margarida. Também na residência do sr. Ernest Wolfgang, D<sup>a</sup> Vela, sua esposa, cantarolava **lieder** sentimentais, além de oferecer chá com biscoitos. Lembro-me bem que nesta casa vizinha à nossa as paredes estavam forradas de belos desenhos de artistas alemães.

O ponto centralizador da rua Germânia era a fábrica de tecidos e elásticos de propriedade do sr. Hermann Landwarkamps, que residia na cidade, porém, tinha familiares no Bonfim. Suas instalações eram modernas para a época, com um prédio majestoso ladeado por um portão de ferro onde entravam e saíam os operários, a maioria habitante da própria rua. Toda

esta agitação gravitatoria em torno dela com seu apito anunciando a entrada e saída dos operários.

João do Rio, famoso escritor brasileiro, dedicou todo um livro ao que chamou de **Alma Encantadora das Ruas**. Para ele existem ruas sinistras, trágicas e românticas. Penso que a rua Germânia se ajusta a esta última. Recordo-me bem que nela havia residências bonitas, espaçosaas, com imensos quintais cobertos de mangueiras, abacateiros, Iaranjeiras e videiras.

Como passei praticamente a minha infância nesta rua, ela foi palco de grandes recordações. Com alguns meninos, formávamos um grupo muito unido como o Nelsinho, o Pedrinho, o Airton e o Tae para lembrar os mais chegados. Brincávamos despreocupados nesta rua ainda de terra, jogando futebol, andando de bicicleta e patineta ou rodando o arco.

Fazíamos coleções de figurinhas de jogadores de futebol, com album e tudo. Comprávamos as balas com as figurinhas, mas também ganhávamos muitas figurinhas no conhecido “jogo do bafo” que consistia em colocar duas ou mais figurinhas de cara virada para baixo e com a mão em concha tentávamos fazer vácuo e na batida levantar a figurinha de cara para cima - figurinha virada, era figurinha ganha. Figurinha difícil era aquela que tinha um alto-relevo ou carimbo na cabeça de um jogador famoso que podia ser o Oberdam ou o Waldemar Fiume, por exemplo. Valia mais que muitas figurinhas fáceis. Na esquina da rua Germânia com a governador Pedro de Toledo havia um ponto de encontro onde os meninos trocavam muitas figurinhas por uma carimbada. De posse destas figurinhas preenchíamos o album e quando este ficava pronto íamos trocá-lo por um brinde que podia ser uma bola de futebol, na época chamada de “capotão” porque era costurada de couro e amarrada com barbante ou uma bicicleta, mas na verdade era por uma bola de futebol, porque para ganhar bicicleta o mínimo necessário de albums preenchidos era tão grande que poucos no Bonfim, conseguiam este prêmio. É possível que muito garotão, na ocasião, ia se confessar no Sábado e comungar no Domingo, para ver se tirava uma figurinha carimbada.

Outra diversão à qual estávamos entregues era o cinema. Pegávamos o bonde todos os domingos após o almoço e íamos para as famosas “matineés” do Cine São Carlos, no centro da cidade, para assistir a filmes famosos e seriados onde brilhavam os heróis das histórias em quadrinhos como o Capitão Marvel, Capitão América, Nioka, Arqueiro Verde e outros.

Um costume pitoresco que nos chamava a atenção na rua Germânia era a presença das lavadeiras. Não havia casa onde não houvesse roupa no varal. Própria e dos outros. Muitas donas de casa reclamavam dos roubos

freqüentes. Muito considerada era a chamada lavadeira de fora, pois lavava a roupa para famílias de outros bairros. Quando as freguesas eram do próprio bairro ganhava-se uma miséria porque todos sabiam do preço. Mas quando as freguesas eram de outro bairro, os preços subiam e muitas lavadeiras ganhavam bem. A roupa era trazida na cabeça. Se fosse suja a trouxa era redonda. Já a roupa limpa e passada, a trouxa era quadrada envolvida num lençol limpo de casa. Lavar a roupa tinha um segredo. Não importava muito sabão e sim “surrar” a roupa sobre uma pedra. Depois a roupa era estendida no sol e ao entardecer era recolhida pelas meninas. À noite as mães passavam a roupa com aqueles ferros aquecidos com brasa.

Famosas eram as costureiras do Bonfim. Para elas costurar para freguesas de outros bairros, como o Cambuí, na época o mais rico da cidade com famílias de grande poder aquisitivo - significava ascensão social e uma boa oportunidade de cobrar mais caro o feitio.

## **RUA DR. ARNALDO DE CARVALHO**

Arnaldo Vieira de Carvalho (1867-1920) foi médico de fama internacional. Doutorou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1888, com a tese **Coxalgia, formas clínicas, diagnóstico e tratamento**. A ele devemos a primeira gastrectomia total realizada no Brasil. Foi diretor da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo e catedrático de clínica ginecológica da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo. Nesta rua moravam famílias tradicionais como os Gadioli e os Ferrarezi.

## **AVENIDA ALBERTO SARMENTO**

Alberto Sarmento nasceu em Moji-Mirim a 10 de abril de 1864 e faleceu no Rio de Janeiro a 13 de abril de 1927. Muito honrou a profissão de jornalista militando na imprensa campineira por muitos anos defendendo nobres causas, especialmente na questão do abolicionismo. Em Campinas sua obra de filantropo foi notável, pois foi um dos fundadores do Asilo de Inválidos, do Asilo de Órfãos, da Associação Protetora dos Pobres e ainda a Liga Operária. Foi vereador em 1890 e Deputado Estadual em 1897, sendo

reeleito em 1909. Graças à sua iniciativa foi criado o Distrito de Sosas a 24 de junho de 1896.

Pela lei n 2001, de 4 de março de 1959, a Prefeitura Municipal cedeu terrenos para o alargamento desta via, a ponto de tornar-se uma das principais avenidas do bairro. A partir de 1945 tal avenida abrigou a Indústria Brasileira de Artefatos de Ferro de propriedade do sr. Paulo Nehring, hoje desativada.

### **RUA RAFAEL SALES**

Nasceu em Salvador, Bahia, a 24 de outubro de 1853 e faleceu em Campinas a 14 de novembro de 1923. Foi farmacêutico e filantropo. Fundou o Clube Semanal de Cultura Artística e muito auxiliou a Associação Protetora dos Pobres. Não deixando prole, sua fortuna foi doada à Santa Casa, Asilo de Inválidos e Asilo de Órfãos.

### **RUA ERASMO BRAGA**

Erasmo Braga (1877-1932) foi professor do Seminário Teológico e do Ginásio do Estado e membro fundador da Academia Paulista de Letras. Exerceu também uma ação pastoral em diversos municípios do Brasil. Escreveu obras didáticas, como os livros da “série Braga” e um glossário da língua hebraica, talvez a única publicação do gênero em nossa língua. Em 1933, pelo ato nº 48, o prefeito municipal, Alberto de Cerqueira Lima homenageou-o dando o seu nome a uma rua do Bonfim. Um dado interessante desta rua é que nos anos 30 ela foi palco de corridas de cavalo<sup>24</sup>.

### **RUA JÚLIO RIBEIRO**

Júlio Ribeiro (1845-1890) notabilizou-se como escritor, polemista, jornalista e professor, além de defensor do abolicionismo e

(24) Diário do Povo, 7/9/1982.

propagandista da República. Sua obra literária mais conhecida. **A Carne** levantou grande celeuma nos meios literários de todo o país pelo seu naturalismo exacerbado.

### **RUA TEODORO LANGAARD**

Notável médico dinamarquês, nascido em Copenhague em 1813 e falecido no Rio de Janeiro em 1883. Durante muitos anos residiu em Campinas onde chegou a ser vereador de nossa Câmara Municipal. Foi autor do livro **Dicionário de Medicina Doméstica e Popular** de grande repercussão aqui e no exterior.

### **RUI LUÍS GAMA**

Luis Gonzaga Pinto da Gama (1830-1882) foi notável escritor e poeta brasileiro. O pai vendeu-o como escravo e graças à sua tenacidade fugiu da casa do seu senhor e conseguiu formar-se em Direito.

Como advogado conseguiu a libertação de mais de quinhentos escravos. Sua fama cresceu de uma forma tal que foi um dos redatores do jornal **Radical Paulistano** e um dos oradores do Clube Radical Paulistano. Somente após a sua morte é que suas poesias políticas e satíricas foram publicadas.

### **RUA SANTANA GOMES**

Santana Gomes (1839-1908) foi compositor e regente de orquestra do teatro São Carlos em Campinas. Não tanto impetuoso como seu irmão Carlos Gomes, entretanto, compôs um prelúdio para a Pastoral com letra de Coelho Neto, além de duas óperas, Alda e Semira, ambas inéditas, sendo que esta última ficou inacabada devido ao seu falecimento. Santana Gomes era muito conhecido em Campinas, por suas várias atividades no campo musical como a Loja de partituras, Harpolina Musical, a banda formada por músicos ligados ao comércio, a orquestra que ele regia, as apresentações no Clube Semanal e a participação no carnaval e festas religiosas.

## RUA EMÍLIO HENKING

Professor de Português e Matemática do Colégio Culto à Ciência. Era casada com Joaquina Gomes, célebre concertista de piano e irmã de Carlos Gomes, Emilio fixou-se mais tarde, em Valinhos onde abriu uma Farmácia, exercendo muitas vezes o papel de médico ao aliviar o safrimento de seus pacientes. Vítima da inveja e incompreensão dos médicos locais, retirou-se para Sacramento, no interior de Minas Gerais onde veio a falecer<sup>25</sup>.

### 5 - INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TRANSPORTES

Em Campinas podemos dizer com segurança que não houve desenvolvimento industrial até a sétima década do século XIX, isto porque as culturas açucareira e cafeeira eram por demais afeitas à escravidão, não exigindo muito em matéria de mecanização.

Entretanto, isto não quer dizer que não houvesse até aí tentativas, algumas coroadas de pleno êxito, como aquela empreendida pelos irmãos Bierrembach, em 1857, quando fundam na cidade uma fábrica de chapéus, no bairro de Santa Cruz, ocupando um pessoal diário de 50 a 60 operários, com a assistência de chapeleiros europeus, como o alemão Johann Ziegleder.

O progresso foi tal que em 1867 a firma importaria da Inglaterra uma máquina a vapor, a primeira do interior de São Paulo; em 1873 vai ser criada uma fábrica de máquinas para beneficiar café, chegando a mesma a obter prêmios na Exposição Agrícola do Rio de Janeiro, em 1875, e na de Filadélfia no ano seguinte<sup>26</sup>.

Altamente realizadores, os irmãos Bierrembach fabricam carros, carroções, troleis e negociam com madeira, mantendo também uma fábrica de descarregar algodão. Um dado interessante é que os escravos chegavam a ser remunerados pelos serviços prestados.

Já ao final do século passado, Campinas passa por um surto industrial e alguns fatores explicam esse fenômeno. Por exemplo: a grande quantidade de capital de origem cafeeira; uma mão-de-obra com base na

(25) Monteiro Filho, João Gaetano. Quem foi quem nas ruas de Campinas. Exemplar mimeografados, 1990.

(26) Castro, Noêmia Bierrembach de. O Centenário de uma Indústria Campineira. Revista do Centro de Ciências, Letras e Artes (64), 1956-1957, p. 56.

experiência artesanal dos imigrantes e seus descendentes; um mercado representado pela própria cidade assim como pelas novas frentes pioneiras do café carentes de abastecimento e finalmente uma circulação para os seus produtos grandemente facilitada pelas ferrovias como a Paulista e a Mogiana.

Em 1858, em terras do Bonfim, foi instalada a indústria de fundição de Faber & Irmão, de propriedade do alemão de Berlim, Luís Faber, com capitais provenientes das rendas do café. Os seus operários fabricavam enxadas, arados, serras verticais e circulares, além de consertar todo e qualquer tipo de máquinas de lavoura importados da Europa ou das casas do Rio de Janeiro. A maioria desses operários era de descendência alemã, vindos ao Brasil movidos pela propaganda que a “Agência de Imigração” do fazendeiro Joaquim Bonifácio do Amaral, proprietário da fazenda Sete Quedas, fazia em Holstein, quando pretendia introduzir em sua lavoura, o “trabalhador livre”.

Direcionados inicialmente aos trabalhos rurais, muitos destes trabalhadores consideravam estes trabalhos por demais humilhantes e servis, em um país onde sempre fora desempenhado pelos negros escravos. Pouco depois abandonam os campos e vão engrossar as fileiras de uma classe artesanal em Campinas, contribuindo, desta forma, a formar o operariado campineiro.

A firma Faber & Irmão exerceu notável influência na vida industrial da cidade que outras firmas vão surgir como a Fundação de Ferro e Bronze, em 1868, de Sampaio Peixoto, no Cambuí, a de Pedro Anderson & Cia, em 1870, instalada à rua José de Alencar, tendo realizado quase todos os trabalhos de construção da Companhia Paulista, a Fundação de Guilherme Mac Hardy, localizada na rua Andrade Neves, girando com capitais cafeeiros e distribuindo máquinas e instrumentos agrícolas. Finalmente a firma Lidgerwood, filial das fábricas do Rio de Janeiro e São Paulo. Situada no largo da Estação da Paulista teve suas instalações ampliadas para serralheria, dando ao quarteirão um aspecto industrial, onde cada setor apresentava um tipo de arquitetura.

Aos poucos Campinas começa a se industrializar graças ao capital proveniente do comércio cafeeiro e segundo Miguel Alves Feitosa no período de 1857 a 1879, foram instalados 18 núcleos fabris<sup>27</sup>.

A verdade é que na maioria desses núcleos fabris imperava o artesanato, entregue a oficiais alemães voltados ao maquinismo quase que na sua totalidade. A preferência pelas máquinas agrícolas estava no ideário de Campos Sales, que nesta altura, achava que as condições do solo campineiro era propício para este tipo de investimento.

(27) Feitosa, Miguel Alves. A Volta da Exposição. s. ed., 1886, p. 118.

A população campineira tinha um grande preconceito contra a indústria, pois achava que as fábricas eram nocivas à saúde e que a região sendo uma área agrícola, não estava fadada ao desenvolvimento industrial<sup>28</sup>.

Contudo, ao findar a década de 70, a região possuía 62 indústrias<sup>29</sup> desde máquinas para lavoura, com fundição de ferro e bronze, até fábricas de cerveja, produtos alimentícios, chapéus, móveis e selaria. Neste último ramo teve importância o estabelecimento de Anastácio Cabral, fundado em 1878 e que muito contribuiria para o desenvolvimento da indústria de curtume em Campinas.

A partir de 1910 o Bonfim que já tinha uma função industrial, vê aumentar sua capacidade quando os industriais perceberam a vantagem de comprar extensos lotes de terra, especialmente ao longo da ferrovias Paulista e Mogiana, que os colocava em contato com o mercado e os estabelecimentos comerciais da cidade e do interior e, ao mesmo tempo, com o porto de Santos.

A indústria passa a ocupar grandes espaços no Bairro e, ao mesmo tempo estimula a ocupação dos espaços restantes com moradias operárias. É o caso por exemplo da instalação de uma das filiais da indústria de João Jorge Figueiredo, com sua fábrica de pregos e parafusos, aliás, a primeira a ter água encanada mediante a resolução nº 522, do prefeito Heitor Penteado, a 26 de maio de 1917<sup>30</sup>.

Na década de 40 novas fábricas vão ser instaladas, principalmente nos ramos da tecelagem e artefatos de ferro. Podemos mencionar duas firmas importantes e já citadas: a Fábrica de Tecidos e Elásticos, na rua Germânia, de propriedade do sr. Hermann Landwekamp, cuja produção era endereçada aos mercados do Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná e com mais de 100 operários. A outra, era a firma do sr. Paulo Nehring, criada em 1945, dedicada a artefatos de ferro, situada na avenida Alberto Sarmento com grande capacidade de produção. Ambas, infelizmente estão desativadas.

## COMÉRCIO

Em matéria de comércio, o bairro Bonfim apresentava uma condição razoável. A influência dos portugueses foi incontestável, daí o grande número de estabelecimentos comerciais, especialmente no ramo de secos e molhados

(28) Gazeta de Campinas, 8/5/1873.

(29) Cf. Hypolito da Silva (ed) Almanack Popular para o anno de 1878, s. ed. 1878, p. 110.

(30) Câmara Municipal. Leis, Resoluções e mais Actos, promulgados durante o anno de 1917. Typographia Casa Mascote, 1918, p. 67.

mediante a compra pelo sistema de cadernetas com pagamento no final do mês. Destacava-se o armazém de Raul Brandão, já citado, assim como o dos irmãos Perez, ambos na avenida principal.

Não podemos esquecer a importância da colônia libanesa que com o seu comércio de armarinhos muito contribuiu para o desenvolvimento comercial do bairro. Sabe-se que a primeira loja de tecidos foi a do sr. Alexandre Hadad também na avenida com grande afluência de fregueses.

As padarias, farmácias, barbearias e sapatarias funcionavam como pontos de encontro de amigos, para intercâmbio de idéias, locais onde se colocavam as notícias do dia, ouviam-se casos e histórias. Os barbeiros sempre foram eméritos contadores de caso. Se você quisesse saber de alguma “fofoca” nada como passar nestes estabelecimentos.

Local de muito movimento foram as oficinas mecânicas, em número pequeno, é verdade, porque naquela ocasião, poucas famílias se davam ao luxo de possuir automóvel. Nelas consertava-se de tudo, desde automóveis, até bicicletas, aparelhos domésticos como geladeiras e máquinas de costura.

Na rua da Constituição despontavam os armazéns reguladores de café do Moreira, hoje sede da Companhia Brasileira de Entrepósitos e Comércio (Cobec).

A 12 de julho de 1926, o prefeito municipal Orosimbo Maia autorizou a instalação do depósito de gasolina da Standart Oil Company of Brazil às margens da ferrovia Paulista, isentando-a do pagamento de impostos pelo prazo de 10 anos, desde que o valor da construção não fosse inferior a 350 contos de réis<sup>31</sup>. Com o comércio da gasolina o bairro teve o seu primeiro posto de abastecimento que foi o do sr. Antonio Malfatti situado na avenida principal e que felizmente ainda existe.

## TRANSPORTES

O Bonfim sempre foi um bairro privilegiado no tocante ao transporte ferroviário, cortado pela Companhia Paulista, Mogiana e um ramal da Sorocabana, quer no transporte de cargas, quer no de passageiros. As estações ferroviárias fervilhavam de passageiros assim como de mercadorias

(31) Câmara Municipal. Leis, Resoluções e mais Actos, promulgados durante o anno de 1926. Companhia Stella Limitada, 1927, p. 41.

que precisavam ser transportadas. A antiga estação da Mogiana, hoje depósito de Cimento Itaú, chamava a atenção das pessoas pela beleza de suas linhas arquitetônicas.

Porém, o meio de transporte dos moradores era o bonde, linha 8. Já comentamos o seu trajeto. Nesta época, pouca gente possuía automóvel e os ônibus coletivos apareceriam muito mais tarde e, em razão disso, nas horas de “pico” os bondes transitavam apinhados. Era perigoso viajar nos seus estribos por causa dos inúmeros acidentes.

O bonde era um atrativo para a população. O motorneiro fazia “dlém-dlém” com o pé para apressar o passageiro que subia ou descia e o cobrador puxava uma cordinha que dava o sinal para partir e os passageiros também a usavam para parar o veículo. Subir no bonde, onde fosse, sem pagar, era um desafio internacional que devia ser enfrentado a sério.

Para muitos dos campineiros, sobretudo aqueles mais idosos a lembrança dos bondes, agitados e barulhentos eram vias permanentes da memória. O folclore e as lembranças sobre os velhos carros de ferro que povoavam canções e adágios populares de décadas passadas conta a história desse meio de transporte. De vez em quando surgiam pequenos acidentes com os célebres “descarrilamentos” e as pequenas avarias dos veículos ou os problemas surgidos na rede aérea se resolviam com a chegada dos bondes da oficina mecânica ou de equipamentos de manutenção. Eram conhecidos simplesmente como carros de serviço com equipamentos importados. Excepcionalmente, participavam do assentamento de postes e do atendimento aos grandes acidentes.

Durante muito tempo no limite do bairro Bonfim com o da Vila Industrial, no cruzamento da rua Dr. Mascarenhas com a rua Pereira Lima, hoje praça Aldemar Tavares, quando os bondes dos dois bairros se cruzavam, os passageiros, principalmente estudantes, trocavam improperios, por causa da grande rivalidade que havia entre os dois bairros. Era comum os estudantes da Vila Industrial gritarem “cerca bode” ao pessoal do Bonfim. Este retribuía com o epíteto “bucheiro” aos passageiros da Vila Industrial. Esta rixa vinha desde a década de 30 e perdurou até o início dos anos 50. Por que tudo isto? Devido à existência da planta conhecida como barba de bode que havia em grande quantidade nas terras do Bonfim<sup>32</sup>. Enquanto que o habitante da Vila era conhecido como bucheiro em alusão ao seu curtume e pelo fato da presença

---

(32) A barba de bode era palha útil para se fazer colchões. Muitas vezes os homens tinham que usar bengalas ou paus para tirar o mato do caminho.

de imigrantes italianos ou descendentes que com suas carrocinhas, vendiam carne, lingüiças e toucinho fresco ou defumado.

Quase não havia calçamentos nas ruas do Bonfim no início do século, como vimos, com exceção da avenida Governador Pedro de Toledo. Com a abertura das ruas a população tinha que enfrentar o problema da poeira. Verdadeiras nuvens, levantadas à passagem dos carros, charretes e bicicletas, atormentavam passageiros, transeuntes, moradores e comerciantes. Como eram constantes as reclamações, a Prefeitura não tinha outra alternativa senão providenciar carros-pipa, providos de irrigadores, que entravam em ação nos piores momentos de estiagem. Assim aconteceu de 1910 a 1950.

Mas o que era apenas um serviço oferecido pela Prefeitura muito cedo se tornou uma exigência da comunidade<sup>33</sup>; fato que levou a Prefeitura a firmar contrato oneroso para que a irrigação fosse feita regularmente e duas vezes ao dia. Incluía, ainda, a limpeza das ruas depois das feiras ou concentrações populares, e os carros eram considerados como auxiliares das brigadas contra o fogo.

## 6 - VIDA RELIGIOSA

### PARÓQUIA DE BOM JESUS

A vida religiosa do bairro teve um grande impulso com a inauguração da capela dedicada a Bom Jesus do Bonfim, por iniciativa de várias famílias. A igreja foi erguida pelo cônego Samuel Fragoso e pertencia canonicamente à paróquia do Sagrado Coração de Jesus do bairro Botafogo. O movimento religioso cresceu de tal forma que a capela tornou-se pequena. Foi organizada uma comissão de pessoas influentes da comunidade para pedir junto à Diocese, após vários encontros com o bispo D. Francisco de Campos Barreto, a criação da paróquia. Após várias reuniões, finalmente, a 30 de junho de 1942 com a presença do novo bispo diocesano, D. Paulo de Tarso Campos, era solenemente instalada a paróquia<sup>34</sup>, sendo o primeiro pároco, o padre Roque Francisco Neto.

(33) Depoimento de José Pensuaski.

(34) Poliantéia do Cinquentenário da Diocese de Campinas. Livro Gráfica Edit. Ltda, 1958. s/p.

## ASPECTOS DA VIDA PAROQUIAL

O que nos chama a atenção segundo o relato de pessoas e da imprensa da época foi a riqueza da vida paroquial a começar pelo movimento mariano a partir da década de 40. Além do aprimoramento espiritual que cada um deveria buscar na vivência dos princípios cristãos, aquela juventude participava coletivamente das manifestações públicas da igreja dando testemunho de plena adesão aos seus postulados. Os jornais da época ilustram com fatos noticiários e fotografias a presença de jovens nas concentrações públicas, quer fossem procissões, sobretudo à Virgem Maria e ao Senhor Bom Jesus - missas solenes, congressos, semanas de estudo, enfim tudo quanto exigisse deles a confirmação de sua vida cristã.

O padre Nazareno Maggi esmerava-se na celebração das solenidades da Semana Santa. Cumpria a liturgia tanto quanto lhe permitiam as condições e recursos da paróquia. Convidava os padres redentoristas para pregar na Semana das Missões, assim como nas confissões e no cerimonial evocativo da Paixão de Cristo. Contava também com a participação dos marianos no Ofício de Trevas, quer no coro, quer nas leituras em cantochão.

Naquele tempo Semana Santa não era pretexto para turismo. Desse modo, praticamente o bairro todo, mesmo aqueles mais afastados da religião acompanhavam o cortejo ou se postavam nas calçadas ao longo de todo o percurso para reverenciar a passagem do Senhor Morto, ou simplesmente por mera curiosidade.

Todo o ritual ortodoxo da Quinta-feira Santa e Sexta-feira da Paixão era organizado pela zeladora da igreja, Argentina Maria Ceconelli, que havia sido religiosa em Minas Gerais. Sua dedicação era tal que muitas vezes prejudicava sua própria saúde. É claro que contava com a colaboração dos jovens que sentiam um enorme prazer na ornamentação dos andores e outras cerimônias.

Muito interessante era a malhação dos Judas. Desde a madrugada de Sábado, todos preparavam o Judas, para ser malhado ao bater do sino da igreja ao meio-dia.

Os homens preparavam todos os tipos de Judas, mas o sentido era de efetivamente malhar o Judas Iscariotes, o traidor de Cristo, sem nenhum outro simbolismo. A preparação era muito séria, com muito esforço dispendido para construir o boneco, arrumando trapos, palha seca e serragem de marcenaria para encher braços e pernas do Judas de pano.

As mulheres, por sua vez, estavam preocupadas em preparar roupas para a procissão. Na Semana Santa as máquinas de costura zuniam para aprontar as batas de lamê branco, cor de rosa e azul, sobre as quais deviam se pregar armações de arame com penas brancas para preparar os anjos da procissão.

O coral da igreja era organizado pela organista, Dalila Assumpção Leite Battistoni com a participação dos violinistas, Thomas Morato do Canto e Messias Dutra de tradicional família de artistas de Piracicaba, o violoncelista, Luís Monteiro e os organistas, Antonio Brandemburgo e Vitalina Rosatelli<sup>35</sup>.

Além das procissões da Semana Santa havia mais duas: a da coroação de Nossa Senhora no mês de Maio e a do Bom Jesus no mês de Agosto, padroeiro do bairro.

Por ocasião da festa do padroeiro havia uma quermesse montada uma semana antes. As pessoas que a montavam levantavam arcos quadrados de madeira com ripas pregadas para segurar as colunas de cada lado da rua. Sobre as ripas se esticavam fios de eletricidade e nos arcos se acendiam muitas lâmpadas.

Durante a quermesse o padre se reunia com grupos de pessoas de ruas diferentes, ou de situação econômica diferente. Planejava como organizar as barracas e quem iria arrecadar no bairro e fora dele contribuições para tal evento.

A contribuição de que o padre falava, podia ser em trabalho ou espécie. Dai os homens do Bonfim arregaçarem as mangas para pregar tábuas, parafusar soquetes, pintar ripas e fazer ligações de fios. As mulheres se comprometiam a pedir dinheiro ou objetos que servissem de prendas nas diferentes barracas.

Após semanas de preparo, a avenida governador Pedro de Toledo aparecia iluminada nas imediações da igreja pelas lâmpadas que eram pregadas sobre ripas rodeando a porta da igreja e as saliências das paredes. As barracas então eram montadas e o povo inteiro vinha à noite jogar tómbola, acertar argolas em garrafas de vinho, fazer sorteio de bordados e de trabalhos de crochê, comer pizza em prato de papel, sardinhas e ouvir alto-falantes iguais aos do carnaval tocando marchas e dobrados.

(35) Depoimento de Joaquina Assumpção Leite de Oliveira.

A competição entre as barracas era grande. Quem iria arrecadar maiores lucros para a igreja? A seqüência era avaliada dia a dia e cada vez havia maior animação.

A quermesse tinha muitas vezes atrações artísticas como tenores, barítonos, sambistas e passistas que faziam sua exibição num tablado e era um não acabar de alegria. A quermesse durava uma semana e durante o dia os habitantes se ocupavam muito com os planos e resultados das noites.

Hoje quase não há procissões suntuosas em Campinas. A complexidade da vida moderna numa metrópole como esta em que se transformou o modesto núcleo de Barreto Leme de 1774, não permite a ocupação das ruas pelo povo a que foram destinadas. No entretanto de forças contrárias, a procissão pacífica dos fiéis foi alijada pela procissão agressiva das máquinas.

Uma cerimônia religiosa que despertava curiosidade era o casamento. Muitos queriam conhecer os noivos, como se vestiam, assim como os padrinhos e familiares. Normalmente o casamento era celebrado às cinco horas da tarde, no altar sempre enfeitado de flores-lírios ou margaridas de acordo com a condição social dos conjugues. Com exceção da quaresma, em todos os Sábados havia casamento.

Casamento de papel passado como mandava a regra. No Bonfim não havia Juiz de Paz para realizar o casamento civil. Os proclamas, de acordo com a lei eram feitos na igreja mesmo, e após a celebração do casamento o padre entregava os papéis oficiais sacramentando e legalizando ao mesmo tempo o casamento com comunhão de bens. A saída da igreja após a cerimônia era acompanhada de montanhas de arroz.

Casamento de rico ou pobre, de branco ou preto, ou mulato e mesmo de mistura entre eles, tinha sempre fotografia obrigatória para eternizar os personagens.

Como não havia Velório Municipal, o falecido era pranteado em casa. Quando alguém morria, a vizinhança se tornava proprietária do lar do falecido. Os parentes eram isolados na sua dor e os compadres e vizinhos é que faziam a arrumação e o ritual do velório.

Assim como em batizados havia doces e nos casamentos bolo, no velório havia café e cachaça. O café preparado na casa do velório era distribuído por toda a noite em que os amigos se reuniam para velar o defunto. A cachaça era trazida de fora e os copos em que eram servidos vinham de toda a vizinhança. O café no velório era servido em canecas e não em xícaras. Não sei o porquê desta diferença. Altas horas da noite, alguém preparava pipocas na espiriteira,

quando havia azeite e álcool nela. De madrugada alguém trazia pão fresco da padaria.

No começo do velório a conversa girava sobre a vida do falecido, suas relações, suas vitórias e insucessos, como se fora um herói enquanto vivo. A seguir a conversa passava para os mexericos do bairro, sobretudo de que as mulheres tomavam conhecimento junto às portas das residências e os homens nas barbearias, nos bares ou nos botequins.

Uma coisa temos certeza: a igreja católica, nos anos 40 tinha o monopólio das idéias no bairro. Nem mesmo havia bibliotecas públicas ou centros culturais. A prática estava compulsoriamente divorciada da teoria.

Quanto às igrejas protestantes, a primeira a funcionar no Bonfim foi a Igreja Batista na década de 60, cujo culto ainda funciona em edifício próprio, na rua Quintino Bocaiúva, 570. Nela é celebrada a Ceia do Senhor todos os domingos, sendo que o primeiro domingo de cada mês é feita a coleta de contribuições para os pobres da igreja.

## **7 - EDUCAÇÃO, VIDA SOCIAL, OBRAS ASSISTENCIAIS E LAZER**

Quanto à Educação, o Bonfim contou com a primeira escola primária particular que funcionava em terras do Asilo de Inválidos, numa sala anexa à residência de João Batista Padovani, chacareiro que alugara ao próprio Asilo, uma boa porção de terra para o plantio e cultivo de frutas e hortaliças, as quais eram vendidas na cidade<sup>36</sup>.

Também as irmãs Francisca e Amélia Thompsom, nos altos do Bonfim, possuíam uma escola primária particular que atraía as crianças que molecavam pelos cafezais.

A 21 de outubro de 1930, no governo do prefeito Orosimbo Maia, a Câmara Municipal decreta a transferência de uma Escola Municipal do bairro do Hipódromo para o do Bonfim<sup>37</sup>.

Durante algum tempo contou também o bairro com aquelas “escolas isoladas” existentes no passado. Em dadas circunstâncias o Governo

(36) Depoimento de Dalida Assumpção Leite Battistoni.

(37) Câmara Municipal. Leis, Resoluções e mais actos promulgados durante o ano de 1930. Companhia Selera Ltda, 1931, p. 37.

confiava a uma professora o ensino de alunos do primeiro ao quarto ano, reunidos numa única sala de aula. Uma dessas escolas funcionava por volta de 1939, na rua Erasmo Braga. A professora era d. Maria Nogueira.

Com o crescimento da população do bairro foi criado, em 1932, o Grupo Escolar do Bonfim, na rua Erasmo Braga, em frente à praça Thompsom, sendo que em 1938, receberia o nome de Grupo Escolar D. João Nery.

No meu tempo do Grupo Escolar, o diretor era o sr. Jaime dos Santos. Usava óculos de lentes muito grossas, porque era muito miope. Era autoritário, falava muito alto e freqüentemente castigava os alunos com a palmatória. Era auxiliado pelo inspetor de alunos, sr. Delfim, que tinha um defeito na perna em virtude de um ferimento recebido na revolução de 1932.

Nesta ocasião havia um forte sentimento de amor à pátria. Nas festas cívicas, especialmente a do dia da independência do Brasil, nós os alunos, decorávamos o Hino da Independência e os mais endiabrados procuravam satirizar o mesmo cantando "japonês tem quatro filhos". No dia 15 de novembro decorávamos o Hino da Proclamação da República e no dia 19 de novembro, o Hino à Bandeira.

No Grupo Escolar tínhamos que obedecer a umas determinadas regras sendo a mais importante a questão da fila. Desde as entradas ao estabelecimento tudo era feito em fila. Fila do primeiro ano, do segundo e assim por diante. Para se tirar a distância um do outro, o aluno teria que estender o braço, com os livros no chão. Depois teria que baixar o braço e ficava na posição de sentido para cantar o Hino Nacional olhando para a bandeira. O diretor enfatizava a necessidade de ser brasileiro com boa dose de patriotismo e isso nos contagiava

Recordo-me bem dos ensinamentos da professora, Maria Amélia de Carvalho, muito exigente, especialmente nos estudos da taboada e redação. Foi uma professora que muito me marcou pela sua honestidade e capacidade didática. Aluno que não estudasse sofreria sanções muito severas. Depois de muitos anos, já aposentada, a revi e recordamos com enorme alegria e emoção os anos de aprendizagem no velho Grupo.

Em 1976 o Grupo Escolar se fundiria com o Colégio Estadual Hildebrando Siqueira e o estabelecimento passou a ser chamado de Escola Estadual de Primeiro e Segundo Grau D. João Nery na mesma rua e em outro número. Atualmente conta o estabelecimento com 1467 alunos, distribuídos em três períodos pela manhã, tarde e noite.

Dentro das atividades assistenciais deve-se destacar o Asilo de Inválidos. Inaugurado a 10 de dezembro de 1904 nos arredores do Bonfim, em

terrenos da antiga chácara República que tinha sido desmembrada da fazenda Boa Vista de propriedade do capitão Bento Augusto de Almeida Bicudo que a, vendera por 35000\$00<sup>38</sup>. Esta instituição tinha por finalidade dar todo o amparo à velhice desprotegida.

Figura de proa nesta ocasião era o seu presidente, Orosimbo Maia, que mais tarde seria prefeito municipal de Campinas. Um dos seus primeiros atos foi nomear o sr. Luís Antonio Assumpção Leite, como diretor administrativo, em 1910, cargo que ocuparia durante trinta e dois anos. Sua gestão foi dinâmica, pois empreendeu uma reforma geral na administração. Um dos seus primeiros atos foi a contratação dos serviços do botânico francês, Benoit Foret, de notável influência cultural entre a população do bairro. Uma grande amizade os unia, a ponto do francês, solteiro, morar no próprio Asilo até a sua morte.

Benoit Foret nasceu em Chambéry, departamento da Sabóia, em 1844. Veio ao Brasil contratado pelo Instituto Agrônomo de Campinas a pedido de seu diretor, Dafert. Lecionou na Escola Agrícola Luís de Queirós, de Piracicaba. A pedido do diretor do Asilo, em 1910 organizou o pomar do próprio Asilo, enriquecendo-o com a plantação de morangos, laranjas e uvas brancas, assim como toda a plantação de café da fazenda São Martinho, da família Prado, na região de Ribeirão Preto. Foret chamava a atenção das pessoas pela sua enorme cultura, notadamente a francesa, pois era assinante de revistas de grande circulação como **Illustration** e a **Revue de Deux Mondes**. Foi assíduo freqüentador do Centro de Ciências, Letras e Artes e da Casa Genoud famosa por reunir a intelectualidade campineira. Faleceu em 1921.

Em 1972 passou o Asilo por grandes reformas. Suas antiquadas instalações foram derrubadas para se erguerem pavilhões melhores e modernos. Passou a ser chamado de **Lar dos Velhinhos**. Atualmente conta com mais de 200 idosos de ambos os sexos, assistidos pelas dedicadas missionárias de Jesus Crucificado, além de um corpo de médicos, enfermeiros e empregados. É necessário assinalar, que tal instituição, pelo plano de arruamento e divisão do bairro, não mais pertence ao Bonfim e sim à vila Proost de Sousa.

A 20 de agosto de 1877 era publicada na **Gazeta de Campinas**, uma crônica assinada pelo Dr. Joaquim de Paula Sousa, eminente médico, lembrando a necessidade de se abolir o velho costume de corrida de cavalo na esplanada onde hoje é a avenida Andrade Neves, pelo grande perigo proporcionado à população<sup>39</sup>.

(38) Livro de Contabilidade, 1904 a 1930, p. 7.

(39) Folha de São Paulo, 23/2/1965.

Assim é que na sessão da Câmara Municipal, a 17 de setembro de 1877, foi lido um requerimento assinado pelos srs. Francisco de Camargo Penteadó e Antonio Egydio de Sousa Aranha, organizadores da associação Hipódromo Campineiro, pedindo a concessão de um terreno situado junto à linha férrea da Companhia Paulista, para a contratação de um Hipódromo, prontamente atendido pela Prefeitura Municipal, assim como a doação de outro terreno contíguo ao já citado, pertencente ao Barão de Itatiba.

Por intermédio da venda de ações a sociedade particular pode levantar o capital suficiente para cercar o terreno de oito quadras. Com seis contos o fecharia com altos muros de tijolos, arquibancadas e toldos para o resguardo do sol.

A Câmara impôs algumas condições: "1 - o terreno seria utilizado para o fim específico; 2 - se a associação fosse dissolvida, o terreno reverteria para o domínio e posse da Prefeitura; 3 - se o Hipódromo deixasse de funcionar por qualquer motivo pelo espaço de seis anos o terreno seria revertido para a Câmara Municipal, com todas as obras nele existentes"<sup>40</sup>.

A primeira diretoria do assim chamado Jockey Club ficou assim constituída: presidente, Luís Antonio de Pontes Barbosa; vice-presidente, Antonio Alvaro de Sousa Camargo; primeiro secretário, Dr. João Egydio de Sousa Aranha; secretário-adjunto, Alfredo Pinheiro; tesoureiro, Joaquim A. de Almeida Salles<sup>41</sup>. Uma das glórias campineiras, o sr. Manuel Ferraz de Campos Sales, que mais tarde seria presidente do Brasil, foi o seu presidente, em 1880.

O Jockey Club fez parte da vida social do bairro e da cidade até 1966, quando se transferiu para o bairro Jardim Eulina. Teve momentos de glória como também de ostracismo quando por ocasião do surto da febre amarela e a posterior crise do café, quando seus portões permaneceram fechados temporariamente para depois reabrir. Na verdade, em termos financeiros, o Jockey era um negócio relativamente precário; durante as crises financeiras por pouco não fecha definitivamente as portas. Por que então tal instituição sobreviveu e durante muito tempo teve o favorecimento da elite? O motivo é simples. Seus membros provavelmente não se reuniam por amor ao turfe e aos belos animais, e sim porque o Jockey era um tipo da instituição cara, aristocrática, à qual era aconselhável pertencer. A lista de associados estava repleta de nomes importantes, fazendeiros e industriais, antigos e novos da elite campineira.

(40) Leopoldo Amaral. Campinas Recordações. Seção d'Obras d'O Estado de São Paulo, p. 361.

(41) Campinas, Turf & Sports, 1878-1928, p. 10.

O Jockey teve sua fase de bailes, mas eram danças de salão e não bailes de gala. Eles duraram enquanto o gosto da elite assim o exigiu. Poderia pertencer ao mesmo, famílias recém-enriquecidas e sem tradição, famílias tradicionais que, haviam perdido a prática ou o gosto por determinados aspectos de seu passado.

A partir de 1930 os bonfinenses começam a se divertir com as famosas corridas de **baratinhas** no circuito do Chapadão onde os carros chegavam a alcançar 80 às vezes 100 quilômetros por hora. Tal circuito compreendia: largada na rua Erasmo Braga, seguindo pelas ruas Maria Inês, 14 bis, Alberto Sarmiento, cônego Manoel Garcia, imediações do Castelo, bosque do Chapadão e retorno. Os moradores do bairro se empolgavam com tal acontecimento a ponto da Prefeitura Municipal instituir, em 1937, um prêmio denominado **Cidade de Campinas** no valor de 20.000\$000 (vinte contos de réis) para se conferido ao vencedor da corrida automobilística que realizar-se-ia neste ano. O grande vencedor foi Chico Landi. Na época seu mais direto rival era Benedito Lopes. Ambos campineiros. Em uma dessas corridas na rua 14 bis o piloto Moraes Sarmiento perdeu a vida e o bairro deixou de ter corridas<sup>41</sup>.

## O BAIRRO BONFIM E O CARNAVAL

O Bonfim vai ter o seu clube social fundado a 22 de abril de 1922. A primeira séde funcionava provisoriamente nos fundos do bar Luso na avenida governador Pedro de Toledo, sendo seu primeiro presidente, o sr. Antonio da Silva Pereira. Depois transferiu-se para a esquina da rua Rafael Sales com Arnaldo de Carvalho em um prédio comprado por 30.000\$000.

Além das reuniões dançantes semanais, havia periodicamente bailes em que eram obrigatórios os trajes a rigor. Promoviam-se também reuniões literárias, recitais, horas de arte, com números de música erudita.

É preciso convir que nos anos 40, o relacionamento entre os moradores do bairro era bastante humano e fraternal. Basta dizer que as pessoas se conheciam. Os instrumentos musicais, bailes e futebol eram as diversões mais constantes da época.

As manhãs de domingo eram reservadas às partidas de futebol. Havia um campo de terra batida entre o armazém do Moreira e o Hipódromo

---

(41) Diário do Povo, 7/09/1982.

Campineiro. O Bonfim Futebol Clube realizava seus jogos ali e disputava o campeonato da Liga Campineira de Futebol.

E por falar em futebol, tal esporte chamado das multidões foi introduzido em São Paulo, como esporte de elite. Aos poucos foi se popularizando e fazendo adeptos em todas as camadas sociais. Em meio à classe trabalhadora, nas fábricas e nos terrenos descampados dos bairros operários, ele conquistou uma posição de destaque.

Charles Miller, reconhecido como o primeiro divulgador do futebol no Brasil, era paulista, filho de um engenheiro ferroviário escocês que trabalhava na construção da **São Paulo Railway**. Na Inglaterra tomou conhecimento com a prática do futebol e ao retornar ao Brasil, em 1894, ficou surpreso ao perceber que o futebol era praticamente desconhecido pelos brasileiros, apesar da forte presença britânica no país, com suas indústrias, empresas de comércio e serviços.

Charles Miller empreendeu então, uma verdadeira conversão dos ingleses aqui radicados ao futebol, ensinando-lhes técnicas e táticas de jogo. A primeira partida propriamente dita, no Brasil, só foi disputada no ano seguinte, em 1895, no grande descampado da Várzea do Carmo (hoje centro da cidade e conhecida por Glicério) entre as equipes da Gas Company e a São Paulo Railway.

Em Campinas o futebol tornou-se popular a partir da fundação da Associação Atlética Ponte Preta a 11 de agosto de 1900 e mais tarde a do Guarani a 2 de abril de 1911, quando mobilizava as atenções das camadas sociais menos favorecidas e integrava o seu cotidiano. Ele fazia parte de todas as conversas no bairro; por todos os lados, viam-se grupos de meninos dando pontapés numa bola, nos fins de semana, os inúmeros campos da cidade ficavam repletos de espectadores. O sucesso do futebol podia ser facilmente constatado especialmente com a força do Bonfim Futebol Clube.

Mas voltando ao clube social do Bonfim podemos verificar o progresso havido em seu patrimônio. A 14 de novembro de 1970 era inaugurado o seu parque esportivo<sup>42</sup> e seis anos mais tarde, a sua sede campestre. Atualmente a sede principal funciona em um magnífico prédio situado à rua Bento da Silva Leite, 330, no Jardim Chapadão<sup>43</sup>.

Contam os antigos moradores que o carnaval do Bonfim no segundo quartel do século, era muito animado, especialmente o da avenida, fazendo com que os foliões, muitas vezes, dispensassem o do salão. O único

(42) Correio Popular, 23/11/1978.

(43) Diário do Povo, 26/03/1972.

bairro que se rivalizava com o do Bonfim, em termos de carnaval, e superior, segundo alguns, era o da Vila Industrial.

Os cordões carnavalescos, podemos dizer, se antecipariam às tradicionais escolas de samba que vemos hoje desfilar pelas ruas.

A partir dos anos 30 o Bonfim foi palco de grandes carnavais, tanto o de corso com desfile de carros alegóricos como nos de salão do seu clube social. Dentre os blocos alegóricos o do **Funil** era o mais importante, pela sua riqueza e luxo. Todavia, não podemos esquecer os **Unidos do Bonfim** que também se destacava.

Há casos pitorescos de carnaval de rua segundo depoimento de um morador<sup>44</sup>. Sabe-se que, em 1972 o Bloco do Funil levou um Moisés estilizado à frente de um bloco, com Bíblia, cajado e barba e que fazia até premonições, chegando a afirmar para um repórter de rádio que os três dias de folia não haveria chuva. Entretanto, tal premonição não deu certo. O pároco do Bonfim, na ocasião, cônego Geraldo Azevedo achava que o tal Moisés era um “atentado contra a religião”. Quando o Bloco do Funil se dirigia para o centro da cidade, defronte à Delegacia Seccional de Polícia na avenida Andrade Neves, seus componentes foram detidos e foram “descansar algumas horas no xadrez”. No dia seguinte, o Bloco voltou às ruas, contudo, sem a presença do Moisés. Foi o último carnaval de rua realizado por pessoas do bairro.

Ainda nesta área de diversões merece um destaque a praça pública Thompsom que depois passou a ser chamada de Isidoro Dias Lopes, em homenagem ao grande general comandante das tropas paulistas na Revolução Constitucionalista de 1932.

Sociologicamente falando a praça representa um espaço laico, longe da forte influência da igreja, especialmente com seus festejos religiosos. Sendo um espaço democrático para ambos os sexos, especialmente para a mulher que se vê livre do jugo masculino, o local era próprio para as relações mais intensas entre os sexos.

Cabe aqui uma referência especial ao coreto desta praça. Sabemos que os coretos de um modo geral, representaram uma forte projeção da sociedade européia na segunda metade do século passado, quando proporcionava momentos de diversão à população de uma comunidade, através da música e outros entretenimentos. A pintura impressionista francesa ao final do século passado revela a importância dada pela população tanto rica como pobre à vida ao ar livre.

(44) Depoimento de Alcindo Ferreira da Silva.

Ao final do século passado o ferro vai ter uma importância fundamental na ornamentação de grades e portões dos edifícios das cidades. E os coretos vão se destacar como peças de arqueologia industrial dentro das propostas do **art nouveau**<sup>45</sup>.

O coreto do Bonfim fez parte da sociedade local, a partir dos anos 30, não só como ornamentação, mas como instrumento de entretenimento musical, numa época em que as bandas de música da cidade com suas retretas se constituíam em pontos de atração popular ao desenvolver ritmos musicais tão em voga, como maxixes, posteriormente substituídos pelos primeiros sambas, valsinhas e dobrados.

De tudo quanto até agora desenvolvemos, fica assente, que o coreto representou um papel importante no lazer do bairro, até que com o advento da televisão, desapareceu, fazendo com que os bonfinenses se entregassem a um novo tipo de diversão<sup>46</sup>.

No campo das diversões ainda, não podemos esquecer que a população teve o seu cinema, o Real, inaugurado a 30 de setembro de 1953, com o filme **Luzes da Ribalta** estrelado por Charles Chaplin. Todavia, com a chegada da televisão, este belo cinema localizado na avenida governador Pedro de Toledo, foi obrigado a fechar suas portas ao final dos anos 60.

Quanto à Imprensa, podemos destacar dois jornais lidos, ambos de Campinas: o **Diário do Povo** e o **Correio Popular**. O **Correio Paulistano** e o **Estado de São Paulo** e mesmo os **Diários** ou **Folhas** eram jornais da elite. Pouca gente os lia, pois eram muito mal distribuídos. O **Fanfulla**, jornal da colônia italiana, era muito lido, com clientela certa. Noticiava acontecimentos sociais ligados à colônia como, batizados, noivados, casamentos ou bodas de prata e ouro. Até mudanças de domicílio eram anunciadas. Muitos destes italianos ou descendentes ficavam contentes quando seus nomes ou fotografias eram estampados no jornal.

Finalizando, hoje o Bonfim está mudado com sucessivos melhoramentos e novas construções. As atividades de lazer são inúmeras com belos jardins e praças públicas. São logradouros com farta vegetação para recreio das pessoas. As transformações são radicais, e por isto, neste pequeno ensaio, abordamos mais os aspectos dos seus primeiros tempos. Não existe mais o sossego de outrora, quando jogávamos futebol e andávamos de bicicleta em suas ruas poeirentas e pacatas. O tempo fluía vagarosamente.

(45) José Octávio de Arruda Mello. Os Coretos no Cotidiano de uma Cidade. Fundação Cultural do Estado da Paraíba, 1990, p. 81.

(46) A atual praça foi completamente remodelada em 1976 e nela foi construída a Biblioteca Municipal Joaquim de Castro Tibiriça.

Despreocupados, saboreávamos uvas, laranjas, mangas no belo pomar da residência do sr. Ernesto, um alemão muito gentil que nos acolhia ou então refestelados em nossas cadeiras, conversávamos na calçada com vizinhos após o jantar. Como na época não havia televisão e com a grande disponibilidade de tempo, as oportunidades eram enormes, para as pessoas se reunirem. Tempos românticos aqueles!

Hoje observamos que as cidades a cada dia se transformam. Mudam de rosto e de habitantes, cumprindo à risca o reparo de Jorge Luís Borges, o notável escritor argentino, quando nos diz que toda cidade, quando revista é sempre anacrônica. O mesmo podemos dizer do bairro Bonfim já diluído na grande metrópole campineira, só nos restando uma imensa saudade.

## **UNIDADES UNIVERSITÁRIAS**

### **I - INSTITUTOS**

1. Instituto de Artes, Comunicações e Turismo
2. Instituto de Ciências Biológicas
3. Instituto de Ciências Exatas
4. Instituto de Ciências Humanas
5. Instituto de Filosofia
6. Instituto de Informática
7. Instituto de Letras
8. Instituto de Psicologia
9. Instituto de Teologia e Ciências Religiosas

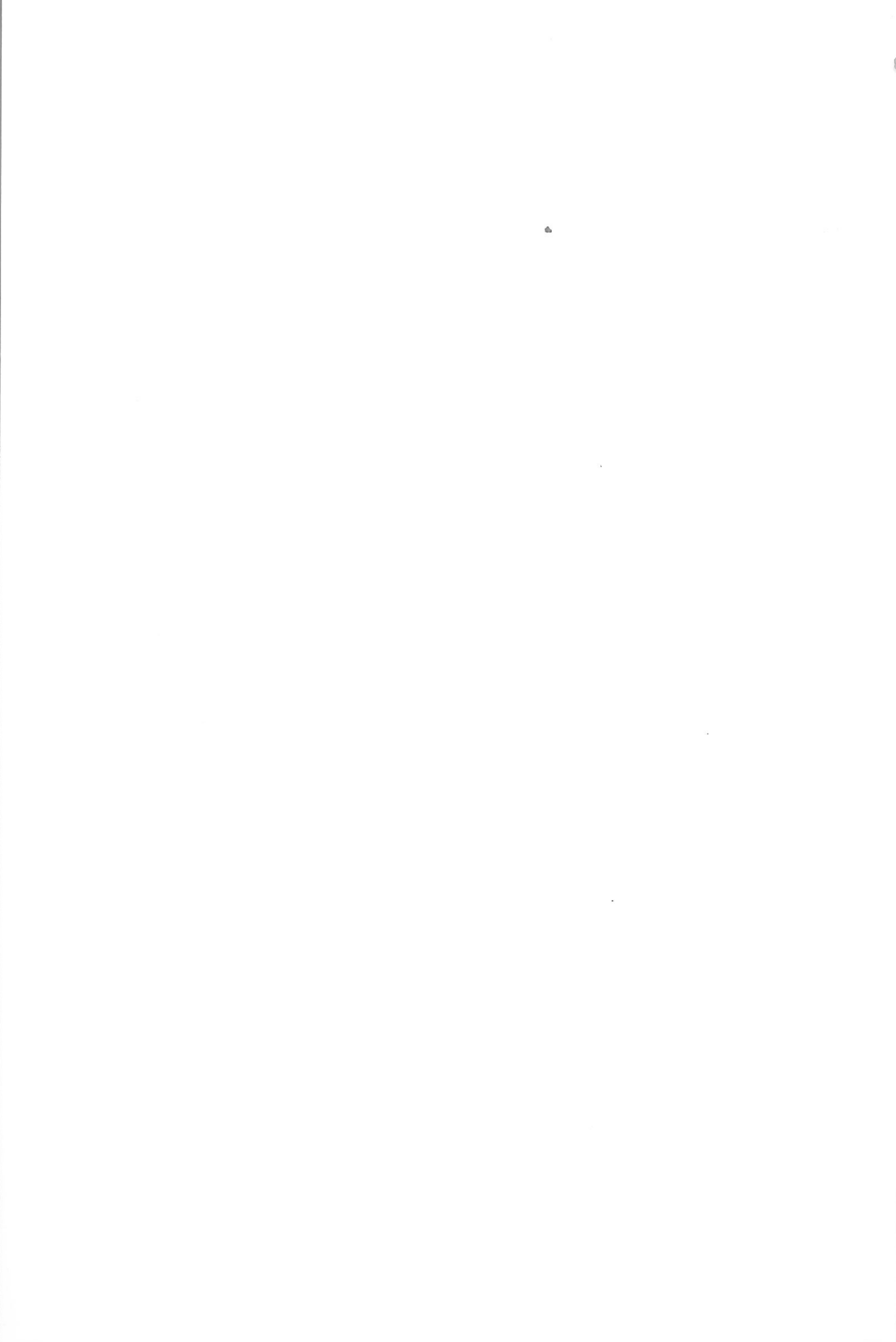
### **II - FACULDADES**

1. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
2. Faculdade de Biblioteconomia
3. Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas
4. Faculdade de Ciências Médicas
5. Faculdade de Ciências Tecnológicas
6. Faculdade de Direito
7. Faculdade de Educação
8. Faculdade de Educação Física
9. Faculdade de Enfermagem
10. Faculdade de Odontologia
11. Faculdade de Serviço Social

### **III - INSTITUIÇÕES COMPLEMENTARES**

- a) Biblioteca Central
- b) Centro de Ensino  
Colégio de Aplicação "Pio XII"
- c) Centro de Processamento de Dados
- d) Museu Universitário





ବିପ୍ ପୁକ୍କାମ୍ପ